

DIAGNÓSTICO SOCIAL 2025 – 2028



Diagnóstico Social aprovado em reunião de CLAS de 8/01/2025

Índice

Índice de Figuras	5
Índice de Tabelas.....	6
Siglas	9
Constituição do Conselho Local de Ação Social de Albergaria-a-Velha	13
Nota metodológica.....	15
Objetivos	16
Execução do DS.....	16
Enquadramento territorial	17
Retrato da população residente.....	22
Envelhecimento Demográfico	34
Retrato da População Estrangeira	42
Deficiência e/ou incapacidade	49
Minorias étnicas.....	52
Habitação	54
Caracterização das Famílias	57
Atividade Económica	65
Saúde.....	78
ULS da Região de Aveiro	79
A saúde em Albergaria-a-Velha	80
Crianças e Jovens	85
Educação.....	85
Caracterização do ensino não superior: ensino público, ensino privado e rede solidária.....	86
Educação pré-escolar.....	92
Ensino básico e secundário	94
Sucesso educativo	98
Apoios Municipais Complementares	102
Ação Social Escolar.....	102
Transportes Escolares.....	104
Outras respostas de apoio socioeducativo	105
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	109
Segurança	114
Desporto, Cultura e Lazer, Associativismo.....	125
Desporto	125
Cultura, lazer e associativismo.....	130

Análise participativa - SWOT	133
1. Educação, Formação e Qualificação:	134
2. Emprego/Desemprego	134
3. Crianças e Jovens.....	135
5. Deficiência/Incapacidade	136
6. Minorias Étnicas: comunidade cigana	136
7. Migração	137
8. Saúde	137
9. Segurança	137
10. Habitação.....	138
11. Respostas Sociais e Serviços de Apoio.....	138
12. Mobilidade e Transportes	138
13. Fenómenos de Exceção.....	139
14. Outros	139
Eixos Estratégicos	139
Medidas/Projetos/Respostas Sociais que foram implementadas e que tenham dado resposta às problemáticas identificadas pela Rede Social	140
Síntese	145
Bibliografia.....	146

Índice de Figuras

Figura 1 -Concelho e Freguesias.....	18
Figura 2 Principais acessos ao concelho	18
Figura 3 - Saldo migratório e componentes, Portugal, 2012-2013	32

Índice de Tabelas

Tabela 1- Instituições locais e respostas sociais	19
Tabela 2 - Instituições com fins lucrativos	21
Tabela 3 - População residente por local de residência à data dos Censos	22
Tabela 4 - População residente por local de residência à data dos Censos, por sexo e grupo etário	23
Tabela 5 - População residente por local de residência à data dos Censos	24
Tabela 6 -População residente por local de residência - freguesia - à data dos Censos	24
Tabela 7 - Taxa de variação da população residente, por local de residência	25
Tabela 8 - Densidade populacional n.º/Km, por local de residência, à data dos censos	26
Tabela 9 - Taxa de crescimento efetivo (%) por local de residência (NUTS - 2013)	27
Tabela 10 - Taxa de fecundidade (‰), por local de residência (NUTS - 2013)	28
Tabela 11 - Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013)	29
Tabela 12 - Taxa bruta de mortalidade (‰) por local de residência (NUTS - 2013)	29
Tabela 13 - Saldo natural (N.º) por local de residência (NUTS - 2013)	30
Tabela 14 - Taxa de crescimento natural (%) por local de residência (NUTS - 2013) ..	30
Tabela 15 - Saldo migratório (N.º) por local de residência (NUTS 2013)	31
Tabela 16 - Taxa bruta de nupcialidade (‰) por local de registo (NUTS - 2013)	32
Tabela 17 - índice de envelhecimento (N.º), por local de residência, à data dos censos	35
Tabela 18 - índice de dependência de jovens (N.º), por local de residência, à data dos Censos	36
Tabela 19 - índice de dependência idosos (N.º), por local de residência, à data dos Censos	37
Tabela 20 - índice de sustentabilidade potencial (N.º), por local de residência, à data dos Censos	38
Tabela 21 - Instituições locais com respostas para pessoas mais velhas	39
Tabela 22 - Censos Sénior da GNR	39
Tabela 23 - Proporção de população residente estrangeira (%), por local de residência à data dos Censos	42
Tabela 24 - População residente estrangeira (N.º), por local de residência	43
<i>Tabela 25 - População residente (N.º), por local de residência e nacionalidade Censos 2011</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 26 - População residente (N.º), por local de residência e nacionalidade, Censos 2021</i>	<i>45</i>
Tabela 27 - Capacidade, utilização e lista de espera da APPACDM	50
Tabela 28 - Distribuição do n.º de famílias de etnia, por freguesia em 2024	53
Tabela 29 – Habitação Social da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha	54
Tabela 30 - Dimensão média das famílias	57
Tabela 31 - Família segundo os Censos - 2001: total e por número de indivíduos	59
Tabela 32 - Família segundo os Censos - 2011: total e por número de indivíduos	59
Tabela 33- Família segundo os Censos - 2021: total e por número de indivíduos	60
Tabela 34 - Famílias unipessoais segundo os censos - Famílias clássicas unipessoais (%)	60
Tabela 35 - Famílias unipessoais segundo os censos: total e com 65 + anos	61

Tabela 36 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por local de residência	61
Tabela 37 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por local de residência, Censos 2011	63
Tabela 38 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por local de residência, Censos 2021	63
Tabela 39 - Taxa de atividade (%) da população residente por local de residência, à data dos Censos.....	65
Tabela 40 - Taxa de atividade (%) da população residente por local de residência, à data dos Censos.....	66
Tabela 41 - Taxa de emprego (%) por local de residência à data dos Censos	67
Tabela 42 - Taxa de emprego (%), por local de residência à data dos Censos	68
Tabela 43 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por local de residência	70
Tabela 44 - População empregada (N.º) por local de residência, à data dos Censos 2011	71
Tabela 45 - População empregada (N.º) por local de residência, à data dos Censos 2021	71
Tabela 46 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2011), por nível de escolaridade completo - Homens	73
Tabela 47 -População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2011), por nível de escolaridade completo - Mulheres.....	73
Tabela 48 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2021), por nível de escolaridade completo - Homens.....	74
Tabela 49 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2021), por nível de escolaridade completo - Mulheres.....	74
Tabela 50 - Taxa de desemprego (%), por local de residência à data dos Censos 2011/2021.....	76
Tabela 51 - Recursos de saúde	82
Tabela 52 – Médicos/as por 1000 habitantes (N.º), por local de residência	83
Tabela 53 - Profissionais de saúde a atuar no Município	83
Tabela 54 – Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º), por local de residência.....	83
Tabela 55 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis.....	84
Tabela 56 - Organização dos Agrupamentos de Escolas	89
Tabela 57 – Listagem das escolas Rede Privada não lucrativa (IPSS) e rede particular	90
<i>Tabela 58 - Alunos/as matriculados/as no ensino não superior (Nº) por localização geográfica, nível de ensino e natureza institucional.....</i>	<i>90</i>
Tabela 59 - Alunos matriculados, por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação e ano letivo – Público e Privado	91
Tabela 60 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Nível de ensino e Natureza institucional.....	93
Tabela 61 - Crianças inscritas na educação pré-escolar, por natureza de ensino (N.º) ano letivo 2023/2024	93
Tabela 62 - Taxa bruta de pré-escolarização (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024)	94
Tabela 63 - Escolas do 1.º Ciclo de Ensino Básico 2023/2024	95
Tabela 64 - alunos/as matriculados/as (nº), por Ensino Básico – 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo	95
Tabela 65 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) por localização geográfica.....	96

Tabela 66 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024).....	97
Tabela 67 - Alunas/os matriculadas/os no ensino secundário em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) por Localização geográfica	97
Tabela 68 - Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024).....	98
Tabela 69 - Taxa de analfabetismo (%) por local de residência.....	99
Tabela 70 - Taxa de Retenção e desistência por ano letivo: ensino Básico, 2013 a 2023	100
Tabela 71 - Taxa de Retenção e desistência, por ano letivo: ensino Secundário, 2013 a 2023	100
Tabela 72 - População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos) (N.º) por local de residência.....	100
Tabela 73 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica.....	100
Tabela 74 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024).....	101
Tabela 75 - taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%), por localização geográfica (NUTS2024).....	101
Tabela 76 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024).....	101
Tabela 77 - População Residente com o Ensino Superior Completo (Nº) por local de residência.....	102
Tabela 78 - Ação Social Escolar, N.º de alunos com escalão A e B, 2022/2023	103
Tabela 79 - Ação Social Escolar, N.º de alunos com escalão A e B, 2023/2024	104
Tabela 80 - Volume processual da CPCJ de Albergaria-a-Velha os anos de 2014 a 2023	112
Tabela 81 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (NUTS - 2024).....	113
Tabela 82 - Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2024)....	114
Tabela 83 - Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2021 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;	116
Tabela 84 -Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2022 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;	117
Tabela 85 -Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2023 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;	118
Tabela 86 - Número de ocorrências de Violência Doméstica por freguesia.....	119
Tabela 87 - Tipo de violência	120
Tabela 88 - Número de roubos por freguesia	120
Tabela 89 - Tipo de roubos	122
Tabela 90 - Número de Furtos por Freguesia	123
Tabela 91 - Tipo de Furtos	123
Tabela 92 - Modalidades existentes, entidades utilizadoras e respetivos espaços no concelho de Albergaria-a-Velha	126
Tabela 93 - Associações locais	132

Siglas

AAV: Albergaria-a-Velha

AAAF: Atividades de Animação e de Apoio à Família

ACES: Agrupamentos de Centros de Saúde

ARS: Administrações Regionais de Saúde

AEB: Agrupamento de Escolas da Branca

AEC: Atividades de Enriquecimento Curricular

EEAAV: Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha

AHMA: Associação Humanitária Mão Amiga

AME: Agenda Municipal da Educação

APPACDM: Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

ASE: Ação Social Escolar

ASSA: Associação de Solidariedade Social de Alquerubim

APEE: Associações de Pais e Encarregados de Educação

UNECE: United Nations Economic Commission for Europe

CAF: Serviço de Atividades de Animação e Apoio à Família

CAC: Consulta Atendimento Complementar

CACI: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CATL: Centro de Atividades de Tempos Livres

CAP: Capacidade

CC: Centro de Convívio

CCBranca: Centro Cultural da Branca

CD: Centro de Dia

CEDIARA: Associação de Solidariedade Social da Ribeira de Fráguas

CIRA: Comunidade Intermunicipal de Aveiro

CE: Centros Escolares

CEB: Ciclo do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º)

CHBV: Centro Hospitalar do Baixo Vouga

CLAS: Conselho Local de Ação Social

CLAIM: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLDS: Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CMJ: Conservatório de Música da Associação de Jovens da Branca

CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI: Centro de Respostas Integradas

CRP: Constituição da República Portuguesa

CTAlba: Cineteatro Alba

EB: Escola Básica

EFA: Educação e Formação de Adultos

ENICC: Estratégia Nacional para a Integração da Comunidades Ciganas

EPE: Ensino Pré-Escolar

ERPI: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ES: Escola Secundária

FMC: Formações Modulares Certificadas

GAPRIC: Gabinete de Apoio a Programas na Comunidade.

GAV: Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica

GNR: Guarda Nacional Republicana

SAD: Serviço de Apoio Domiciliário

RNCCI: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

ICOT: Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal

ISS: Instituto da Segurança Social I.P.

IMT: Instituto de Mobilidade e Transportes

FBBQuadros: Fundação Bernardo Barbosa de Quadros

FSE+: Fundo Social Europeu Mais

GIP: Gabinete de Inserção Profissional

H: Homem (género)

HM: Homem e Mulher (género)

IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social

JI: Jardins de Infância

LBSE: Lei Bases do Sistema Educativo

LPCJP: Lei De Proteção De Crianças e Jovens em Perigo

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS: Organização Mundial da Saúde

PRAVE: Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha

PDS: Plano de Desenvolvimento Social

PE: Programa Escolhas

PIICIE: Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

PLPPDCJ: Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

POPH: Programa Operacional para o Potencial Humano

POAPMC: Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PRR: Plano de Recuperação e Resiliência

RNCCI: Rede Nacional de Cuidados Integrados

RVCC: Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SAAS: Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SNS: Sistema Nacional de Saúde

UCC: Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

EU: European Union

UFCD: Unidades de Formação de Curta Duração

ULS: Unidades Locais de saúde

USF: Unidade de Saúde Familiar

USP: Unidade de Saúde pública

Constituição do Conselho Local de Ação Social de Albergaria-a-Velha

Presidente do Conselho Local de Ação Social: António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro;

Ministério da Educação;

Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha;

Centro de Emprego de Águeda;

Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior;

Junta de Freguesia de Alquerubim;

Junta Freguesia de Angeja;

Junta de Freguesia da Branca;

Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas;

Junta de Freguesia de S. João de Loure e Frossos;

Associação Infância D.^a Teresa;

PROBRANCA – Associação para o desenvolvimento Sócio-Cultural da Branca;

AHMA – Associação Humanitária Mão Amiga;

Fundação Creche Helena de Albuquerque Quadros;

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim;

Irmandade da Misericórdia de Albergaria-a-Velha;

Centro Social e Paroquial de S. Vicente da Branca;

APPACDM – Associação Portuguesa de pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental;

Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Valmaior;

Centro Social e Paroquial de Angeja;

Grupo Cáritas Paroquial de Albergaria-a-Velha;

Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha;

Associação de Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha;

SEMA- Associação Empresarial;

AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro;

ASSS – Associação de Solidariedade Sanjoanense;

CEDIARA – Centro de Dia para Idosos de Ribeira de Fráguas;

G.N.R. Albergaria-a-Velha;

ASIV – Associação Social para Idosos com Vida;

Centro de Respostas Integradas de Aveiro;

PRAVE – Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha;

Associação de Jovens da Branca – Jobra

Educalba

Rotary Club de Albergaria-a-Velha

ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões

Estruturas de Parceria

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha

Núcleo Local de Inserção de Albergaria-a-Velha;

Conselho Municipal de Educação;

Conselho Municipal de Segurança

Nota metodológica

Para a conceção do Diagnóstico Social (DS) de Albergaria-a-Velha 2025-2028 foram adotadas diferentes metodologias.

Numa fase inicial, procedeu-se a uma pesquisa exploratória de dados quantitativos e qualitativos nas principais bases de dados estatísticas nacionais – Instituto Nacional de Estatística e Pordata.

Paralelamente, os parceiros da Rede Social partilharam dados relativos aos eixos em análise, como fonte de informação precisa dos projetos vigentes e da realidade concelhia.

Numa fase final e num processo assente na recolha participativa, os parceiros sociais constituíram grupos de trabalhos. Através da criação de uma análise SWOT e nuvem de ideias emergiram os desafios, necessidades e expectativas em relação ao domínio social do Município, refletindo e analisando necessidades, problemas, recursos e oportunidades.

O DS é fundamental para a elaboração das políticas públicas locais, que atendam às reais necessidades da população.

Objetivos

O DS do Município de Albergaria-a-Velha visa promover um conhecimento participado e real sobre a situação social do concelho, tendo em vista a definição de estratégias de intervenção, potenciando o desenvolvimento social local.

Como objetivos específicos este documento estratégico pretende:

- Identificar as necessidades e vulnerabilidades sociais;
- Analisar o contexto social, económico e cultural;
- Compreender as relações sociais e as dinâmicas locais;
- Avaliar o conhecimento dos recursos locais e as suas potencialidades;
- Apoiar a tomada de decisão no planeamento de propostas de intervenção.

Execução do DS

O presente DS foi elaborado pela equipa do Radar Social, ao abrigo do programa N.º 07/C03-i01/2023. Salienta-se que este documento, pela sua natureza é considerado um “instrumento aberto”. Dada a dinâmica do setor social este instrumento carece de atualização permanente, e ao qual não pode ser alheio a participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social. O DS deve, assim, permitir a integração de novos dados e informações, sempre que se justifique, e ajustes derivados das relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

Enquadramento territorial

O Concelho de Albergaria-a-Velha encontra-se inserido territorialmente na Região Centro, NUTS II, da sub-região Baixo Vouga, NUTS III. Este concelho, pertencente ao Distrito de Aveiro e situa-se no litoral-Centro da Região de Aveiro. É limitado a norte pelos Municípios de Estarreja e Oliveira de Azeméis, a leste por Sever do Vouga, a sueste por Águeda, a sudoeste por Aveiro e a noroeste é limitado através de um canal da Ria de Aveiro, pela Murtosa. Antes de 2013, eram oito as freguesias que constituam este território, no entanto, e devido à reorganização administrativa das freguesias por agregação, definida na *Lei n.º 22/2012*, passou a ter seis freguesias: União de Freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior; Angeja; Alquerubim; Angeja; Branca; Ribeira de Fráguas; União de Freguesias de São João de Loure e Frossos, abrangendo uma área 158,83 Km² (figura1).

À data dos censos de 2021, o Município de Albergaria-a-Velha era constituído por 24 840 pessoas, num total de 9 241 famílias.

O Município de Albergaria-a-Velha integra a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial que visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram.

O concelho de Albergaria-a-Velha beneficia de uma excecional posição geoestratégica na região e no país, sendo atravessado por quatro das mais importantes vias rodoviárias do país (A1, A25, A29 e o IC2), o que permite o acesso rápido às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, aos portos de Aveiro, de Leixões e da Figueira da Foz, ao interior do país e daí a todo o espaço europeu (figura 2).

Em termos económicos, o Concelho de Albergaria-a-Velha, embora detenha muita importância na agricultura, caracteriza-se por uma forte industrialização, em especial no setor da indústria transformadora, que representa mais de 58% do total do valor acrescentado bruto (VAB) originado do Concelho. Porém, essa industrialização não é homogénea, sendo as freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior e a Branca as que concentram a grande maioria da atividade industrial.

As atividades do setor secundário mais exercidas são a fundição, a metalomecânica, o fabrico de equipamentos, a transformação das borrachas e plásticos, as madeiras, os têxteis, o fabrico e restauro de mobiliário, a cerâmica, entre outras.



Figura 1 -Concelho e Freguesias

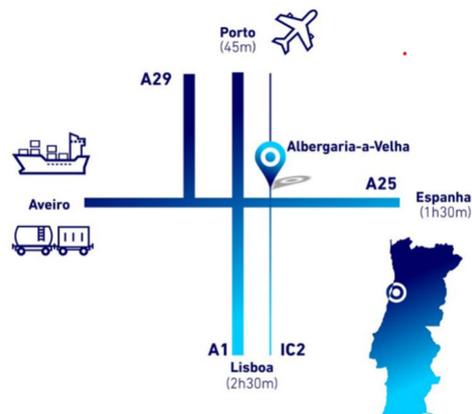


Figura 2 Principais acessos ao concelho

No que concerne à economia social, existem em Albergaria-a-Velha 13 instituições que operam na área social. Estas instituições, de diferentes naturezas jurídicas, têm respostas sociais para crianças e jovens; pessoas adultas com deficiência e pessoas mais velhas. Devido às suas características, estas entidades, têm sido responsáveis pela existência de uma abordagem diferente da atividade socioeconómica que consiste em privilegiar as pessoas em detrimento do capital. Consequentemente, não se prefiguram apenas como sendo organizações produtoras de bens ou serviços, mas igualmente como produtoras de conexões sociais, aspeto fundamental para a gestão de capital social (OBESP, 2011).

A tabela 1 é ilustrativa das respostas sociais existentes, por entidade, no domínio das instituições do terceiro setor. Não obstante, operam no Município outras entidades com fins lucrativos, maioritariamente ao nível de respostas para pessoas mais velhas, e que são uma resposta significativa para esta população, conforme constante na tabela 2.

Tabela 1- Instituições locais e respostas sociais

Instituição	Natureza Jurídica	Crianças e jovens					Pessoas mais velhas				Pessoas adultas com deficiência	
		Creche	Pré-escolar	CATL	CAFAP	Centro de Acolhimento	CC	CD	ERPI	SAD	CACI	Lar Residencial
Probranca	Associação de Solidariedade Social	x	x	x			x	x		x		
CSP Angeja	Centro Social Paroquial			x			x	x		x		
AHMA	Associação de Solidariedade Social	x	x		x	x						
C.S.P. São Vicente da Branca	Centro Social Paroquial	x	x	x								
Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros	Fundação de Solidariedade Social	x	x	x						x		

Associação de Infância D. Teresa	Associação de Solidariedade Social	x	x	x								
ASSA	Associação de Solidariedade Social	x	x	x			x	x	x	x		
CEDIARA	Associação de Solidariedade Social	x	x	x				x		x		
C.S.P. Sta Euláia	Centro Social Paroquial	x	x	x			x					
Irmandade da Misericórdia de Albergaria-a-Velha	Irmandade da Misericórdia						x	x	x			
APPACDM	Associação de Solidariedade Social										x	x
ASIV	Associação de Solidariedade Social	Sem resposta social protocolada com o ISS										
ASSS	Associação de Solidariedade Social	Sem resposta social protocolada com o ISS										

Tabela 2 - Instituições com fins lucrativos

Instituição	Natureza Jurídica	Resposta social	
		ERPI	RNCCI
Sénior Vita das Oliveiras	Entidade Privada Lucrativa	x	
Geriabranca	Entidade Privada Lucrativa	x	
Solar das Camélias	Entidade Privada Lucrativa	x	
Residência Montepio	Entidade Privada Lucrativa	x	x

Retrato da população residente

Ao analisarmos o número de pessoas residentes no concelho de Albergaria-a-Velha entre 2011 e 2021, verificamos a existência de um ligeiro decréscimo populacional. Passámos de 25 252 pessoas, em 2011 para 24 840 pessoas, em 2021, ou seja, uma redução de aproximadamente 1,63%. Esta tendência de perda populacional verifica-se também a nível nacional e regional, embora de forma mais acentuada. Portugal e a Região Centro registaram uma quebra de aproximadamente 2,07% e 4,32%, respetivamente. Neste sentido, podemos perceber que entre 2011 e 2021 Albergaria-a-Velha perdeu população a um ritmo inferior aos valores registados a nível regional e nacional.

Tabela 3 - População residente por local de residência à data dos Censos

Local de residência	2011	2021
	Total	Total
Portugal	10 562 178	10 343 578
Centro	2 327 755	2 227 239
Albergaria-a-Velha	25 252	24 840

Albergaria-a-Velha



24 840 pessoas residentes

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Se subdividirmos a população residente em Albergaria-a-Velha por grandes grupos etários podemos constatar que, em 2011, 15,4% das pessoas tinham entre 0 e 14 anos enquanto cerca de 18% tinham 65 ou mais anos. A maioria das pessoas, cerca de 66,6%, pertenciam ao grupo etário dos 15 aos 64 anos de idade.

Em 2021, o cenário demográfico do envelhecimento populacional agravou-se. A percentagem de residentes no concelho de Albergaria-a-Velha com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos baixou para os 12,8%. Já o grupo etário dos 15 aos 64 anos também perdeu população, passando de 66,6% em 2011 para 64,3% em 2021. Em sentido contrário a proporção da população com 65 ou mais anos subiu para os 22,8%, registando-se um aumento de aproximadamente 4,8% face a 2011.

Tabela 4 - População residente por local de residência à data dos Censos, por sexo e grupo etário

Local de residência	2011				
	HM				
	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 + anos
Portugal	10 562 178	1 572 329	1 147 315	5 832 470	2 010 064
Centro	2 327 755	319 258	239 248	1 247 499	521 750
Albergaria-a-Velha	25 252	3 893	2 687	14 118	4 554

Local de residência	2021				
	HM				
	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 + anos
Portugal	10 343 066	1 331 188	1 088 087	5 500 152	2 423 639
Centro	2 227 239	263 399	220 555	1 141 105	602 180
Albergaria-a-Velha	24 840	3 191	2 628	13 355	5 666

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Podemos, ainda, constatar que, tanto em 2011 como em 2021, a proporção de pessoas residentes do sexo feminino é ligeiramente superior à proporção de pessoas do sexo masculino. Em 2021, por exemplo, cerca de 51,4% dos residentes eram do sexo feminino e cerca de 48,6% do sexo masculino. Esta ligeira discrepância relativamente à distribuição da população residente por sexo no concelho segue a tendência regional e nacional.

Tabela 5 - População residente por local de residência à data dos Censos

Local de residência	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10 562 178	5 046 600	5 515 578	10 343 578	4 920 220	5 422 846
Centro	2 327 755	1 111 263	1 216 492	2 227 239	1 060 611	1 166 628
Albergaria-a-Velha	25 252	12 230	13 022	24 840	12 069	12 771

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Quando olhamos para a distribuição da população do concelho, por freguesias, constatamos que a união de freguesias de Albergaria e Valmaior com um total de 11 058 habitantes, em 2021, representa cerca de 44,5% da população total do concelho. A freguesia da Branca com 5 427 habitantes é a segunda freguesia mais populosa. Se somarmos o número de habitantes destas duas freguesias verificamos que juntas perfazem mais de metade da população do concelho, totalizando cerca de 66,3% da população. Seguidamente, surge a união de freguesias de São João de Loure e Frossos com 2 753 residentes e a freguesia de Alquerubim com 2 233 residentes. Com menor peso populacional encontram-se as freguesias de Angeja com 1 875 habitantes e Ribeira de Fráguas com 1 494 habitantes.

Tabela 6 -População residente por local de residência - freguesia - à data dos Censos

Local de residência	2011	2021
	HM	HM
	25 252	24 840
Albergaria-a-Velha e Valmaior	10 568	11 058
Alquerubim	2 381	2 233
Angeja	2 073	1 875
Branca	5 621	5 427
Ribeira de Fráguas	1 713	1 494
São João de Loure e Frossos	2 896	2 753

Albergaria-a-Velha e Valmaior



44,5% da população total do concelho

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Através da taxa de variação da população residente podemos perceber quais as freguesias que perderam mais população entre 2011 e 2021. Com exceção da união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior que registou um crescimento populacional significativo de aproximadamente 4,64%, todas as restantes freguesias perderam população. Destaque para as freguesias de Ribeira de Fráguas, Angeja e Alquerubim que perderam respetivamente cerca de 12,78%, 9,55% e 6,22% da população residente. Estes valores são bastante expressivos atendendo à média registada no concelho.

Tabela 7 - Taxa de variação da população residente, por local de residência

Local de residência	2021
	HM
	Total
Portugal	- 2,07
Centro	- 4,32
Albergaria-a-Velha	- 1,63
Albergaria-a-Velha e Valmaior	4,64
Alquerubim	- 6,22
Angeja	- 9,55
Branca	- 3,45
Ribeira de Fráguas	-12,78
São João de Loure e Frossos	- 4,94

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

A par da diminuição da população residente, podemos constatar igualmente uma diminuição ligeira dos valores da densidade populacional entre 2011 e 2021. Passámos

de 158,9 habitantes por Km², em 2011, para aproximadamente 156,4 habitantes por Km², em 2021. Ao olharmos especificamente para as freguesias que integram o concelho, observamos dinâmicas diferentes relativamente a este indicador. A união de freguesias de Albergaria e Valmaior registou um aumento bastante significativo entre 2011 e 2021, passando de 224,85 para 235,28 pessoas por Km². No sentido inverso, especial destaque para a freguesias de Alquerubim e Angeja que registaram uma perda populacional acentuada face à área dos respetivos territórios. A freguesia de Alquerubim passou de aproximadamente 155 habitantes por Km², em 2011 para cerca de 145, em 2021, enquanto a freguesia de Angeja, em igual período, registou uma descida de aproximadamente 98 para 88 habitantes por Km².

Tabela 8 - Densidade populacional n.º/Km, por local de residência, à data dos censos

Local de residência	2011	2021	
	HM	HM	
	Total	Total	
Portugal	114,53	112,15	
Centro	82,55	78,98	
Albergaria-a-Velha	159,99	156,39	 Albergaria-a-Velha e Valmaior
Albergaria-a-Velha e Valmaior	224,85	235,28	
Alquerubim	155,01	145,38	 Angeja e Alquerubim
Angeja	97,55	88,24	
Branca	185,57	179,17	
Ribeira de Fráguas	64,04	55,85	
São João de Loure e Frossos	159,30	151,43	

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

De referir, ainda, que Ribeira de Fráguas se mantém a freguesia com menor densidade populacional do concelho. Em 2011, contava com aproximadamente 64 habitantes, por Km² tendo esse número descido para cerca de 56 habitantes por Km², em 2021.

A taxa de crescimento efetivo permite-nos perceber a evolução real de uma população num determinado momento, dado que agrega dois indicadores importantes: crescimento natural e o saldo migratório.

Quando olhamos para dados de 2011, constatamos que a taxa de crescimento efetivo foi negativa em Portugal, na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Isto significa que se registou uma perda populacional face a 2010. Em Albergaria-a-Velha o decréscimo populacional foi de -0,26%, mesmo assim, abaixo dos valores registados em Portugal (-0,29%) e na Região Centro (-0,53%), no mesmo ano.

Em 2021, a taxa de crescimento efetivo foi positiva o que demonstra que se verificou um aumento da população comparativamente a 2020, em Albergaria-a-Velha, em Portugal e na Região Centro. Destaque para o nosso Município que registou um crescimento de efetivo de 0,81%, acima do observado em Portugal (0,26%) e na Região Centro (0,58%).

A evolução positiva da taxa de crescimento efetivo deriva do aumento progressivo do saldo migratório que tem ajudado a compensar a taxa de crescimento natural que se tem mantido em terreno negativo desde 2011.

Tabela 9 - Taxa de crescimento efetivo (%) por local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2011	2021
	Total	Total
Portugal	-0,29	0,26
Centro	-0,53	0,58
Albergaria-a-Velha	-0,26	0,81

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Apesar de, historicamente, a taxa de fecundidade geral se encontrar em queda desde os anos 60, quando observamos a evolução da taxa de fecundidade geral entre 2011 e 2023, não conseguimos identificar uma tendência clara de declínio. Se compararmos os valores da taxa de fecundidade geral de 2011 com a de 2023, verificamos, inclusive, que os números aumentaram na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. O Município de Albergaria-a-Velha viu a sua taxa de fecundidade geral subir de

36,1‰ para 39‰ enquanto a Região Centro observou um crescimento de 34,8‰ para 36,1‰. Já em Portugal registou-se, em 2023, a mesma taxa de 2011, ou seja, 38,6 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil.

De destacar que a taxa de fecundidade geral em Albergaria-a-Velha, em 2023, subiu consideravelmente em comparação com 2011, superando, em 2023, os números registados em Portugal e na Região Centro. O aumento da população imigrante no concelho com reflexo num saldo migratório cada vez mais expressivo podem ajudar a explicar a recuperação verificada.

Tabela 10 - Taxa de fecundidade (‰), por local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2011	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	38,6	38,2	37,7	35,8	37,8	38,6
Centro	34,8	35,3	35,3	33,5	35,4	36,1
Albergaria-a-Velha	36,1	34,6	36,9	29,4	32,7	39,0



Taxa de fecundidade

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Em Portugal, a natalidade tem vindo a diminuir a um ritmo preocupante nos últimos 50. Sabemos que o aumento dos níveis de escolaridade, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a terciarização da economia e a urbanização são fatores que ajudam a explicar a tendência de declínio verificada (Rosa, 2012) .

Quando olhamos para o período entre 2011 e 2023 constatamos que o país viu a sua taxa bruta de natalidade cair de 9,2 para 8,1 nados-vivos, por mil habitantes. Esta tendência de descida a nível nacional refletiu-se nas taxas de natalidade observadas na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Entre 2011 e 2023, a taxa de natalidade bruta na Região Centro evoluiu negativamente de 7,9‰ para 7,1‰, enquanto em Albergaria-a-Velha a redução foi de 8,7‰ para 8,1‰. Apesar da descida verificada, em 2023, o Município de Albergaria-a-Velha superou o valor da taxa de natalidade observado na Região Centro e igualou o registo de Portugal. Ainda assim, à semelhança de Portugal e da Região Centro, o concelho tem registado poucos nascimentos nos últimos anos. O facto de existirem poucas mulheres em idade fértil no nosso país e por inerência, no concelho, reflexo da descida da natalidade verificada ao longo dos anos, também ajuda a explicar estes aspetos.

Tabela 11 - Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2023	2022	2021	2020	2019	2011
Portugal	8,1	8,0	7,6	8,1	8,4	9,2
Centro	7,1	7,0	6,6	7,0	7,1	7,9
Albergaria-a-Velha	8,1	6,8	6,2	7,9	7,5	8,7

Albergaria-a-Velha



Taxa de natalidade 8,1

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Quando observamos os dados relativos à taxa de mortalidade, por mil habitantes, entre 2011 e 2023, verificamos que a tendência tem sido de subida tanto em Albergaria-a-Velha, como na zona Centro e em Portugal. Neste período, Albergaria-a-Velha passou de uma taxa de 9,6‰ para 10,7‰, enquanto que a Região Centro subiu de aproximadamente 11,3‰ para 12,9‰. Por sua vez, Portugal registou um aumento de 9,7‰ para 11,2‰. Com base nos dados da tabela 12, exceção feita ao ano de 2021, Albergaria-a-Velha registou sempre valores da taxa de mortalidade inferiores a Portugal e à Região Centro. Contudo, apesar da subida ter sido menos significativa entre 2011 e 2023, o Município acompanha a tendência de aumento verificada em Portugal e na Região Centro.

Tabela 12 - Taxa bruta de mortalidade (‰) por local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2011	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	9,7	10,8	11,9	12,0	11,9	11,2
Centro	11,3	12,6	13,5	14,0	13,7	12,9
Albergaria-a-Velha	9,6	10,2	10,8	12,7	11,6	10,7

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

É certo que, ao longo dos anos, temos vindo a assistir a um conjunto de melhorias ao nível dos cuidados de saúde, alimentação, higiene e habitação, que se tem refletido entre outras coisas num aumento da esperança média de vida. Contudo, como podemos verificar estes progressos não têm sido suficientes para travar o aumento da taxa de mortalidade nos últimos anos, pelo que o aumento registado poderá estar relacionado com o envelhecimento da pirâmide etária em Albergaria-a-Velha, zona Centro e em Portugal.

Os valores do saldo natural registados em Albergaria-a-Velha, na Região Centro e em Portugal, têm evoluído negativamente.

Entre 2011 e 2023, podemos constatar que a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos em Albergaria passou de -25 para -66 pessoas, ou seja, mais que duplicou nos últimos doze anos.

Tabela 13 - Saldo natural (N.º) por local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2011	2016	2021	2023
Portugal	- 5 993	- 23 447	- 45 220	- 32 596
Centro	- 8 017	- 11 809	-16 664	-13 154
Albergaria-a-Velha	- 25	- 78	- 164	- 66

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Estes dados indicam-nos que temos mais óbitos do que nascimentos no Município e que esta tendência se tem vindo a agravar.

A nível nacional, os números apontam no mesmo sentido embora a um ritmo ainda mais preocupante, dado que passámos de um saldo natural de -5 993 para -32 596 pessoas. O progressivo envelhecimento da população portuguesa, com reflexo no aumento do número de pessoas com 65 ou mais anos, aliado à diminuição do número de nascimentos justificam a evolução negativa deste indicador.

Tabela 14 - Taxa de crescimento natural (%) por local de residência (NUTS - 2013)

Local de residência	2011	2016	2021	2023
Portugal	- 0,06	- 0,23	- 0,43	- 0,31
Centro	- 0,34	- 0,52	- 0,74	- 0,58
Albergaria-a-Velha	- 0,10	- 0,31	- 0,65	- 0,26

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Os valores do saldo natural servem de base ao desempenho da taxa de crescimento natural. Como seria de esperar, quando comparamos os valores de 2011 com os de

2023, verificamos a existência de um agravamento em Portugal, na Região Centro e no em Albergaria-a-Velha. A Região Centro evoluiu negativamente de -0,34% para -0,58% enquanto que Portugal passou de -0,06% para -0,31%. Já Albergaria-a-Velha caminhou no mesmo sentido, tendo passado de uma taxa de crescimento de -0,10%, em 2011, para -0,26%, em 2023. Ainda assim, o Município, em 2023, registou um decréscimo inferior ao registado em Portugal e na Região Centro.

Com base nos dados analisados, podemos afirmar que, pelo menos desde 2011, o número de óbitos registado tem sido superior ao número de nascimentos, facto que tem tido um impacto negativo na evolução da população em Portugal, na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Este declínio da população só tem sido colmatado pela imigração.

Tabela 15 - Saldo migratório (N.º) por local de residência (NUTS 2013)

Local de residência	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	- 25 178	- 37 290	- 36 029	- 26 495	- 3 528	- 629
Centro	- 4 247	- 7 846	- 8 467	- 7 092	-1 551	-1 576
Albergaria-a-Velha	- 41	- 98	- 103	- 91	- 38	- 28

Local de residência	2017	2018	2019	2020	2021	2023
Portugal	14 896	23 757	67 163	57 768	72 040	155 701
Centro	925	3 592	15 969	24 229	29 626	48 652
Albergaria-a-Velha	9	67	163	226	368	521

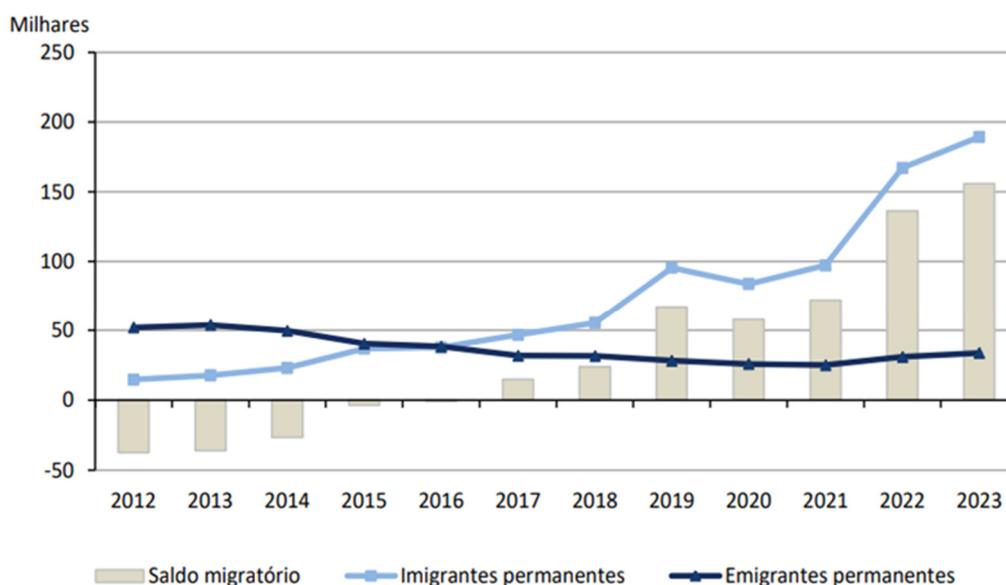
Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Se por um lado os valores do saldo natural permanecem em terreno negativo, o mesmo não se pode atestar dos valores do saldo migratório nos últimos anos. Entre 2011 e 2023, temos assistido a uma evolução muito positiva deste indicador. Em 2011, a diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes foi negativa, com Portugal a registar uma perda populacional (-25 178 pessoas). Esta diminuição refletiu-

se na Região Centro e em Albergaria-a-Velha que apresentaram, nesse ano, um saldo migratório negativo de -4247 e -41 pessoas.

Em 2023, registaram-se os valores mais elevados dos últimos 10 anos. Albergaria-a-Velha apresentou um saldo migratório positivo de 521 pessoas. Já Portugal e a Região Centro atingiram as 155 701 e as 48 652 pessoas, respetivamente. O crescente fenómeno de imigração que se tem verificado no país, principalmente a partir de 2016, assume-se como um dos fatores que mais tem contribuído para o aumento do saldo migratório nos últimos anos, dado que os números da emigração, se têm mantido relativamente estáveis, conforme se pode verificar no gráfico 3.

Figura 3 - Saldo migratório e componentes, Portugal, 2012-2013



Fonte- Estimativas de população residente

A taxa bruta de nupcialidade tem apresentado desde o final dos anos 70 uma tendência de decréscimo em Portugal. Segundo Pedro Ferreira, o casamento continua a ter uma posição central na sociedade mas menos hegemónica do que no passado (Ferreira, 2004).

Tabela 16 - Taxa bruta de nupcialidade (%) por local de registo (NUTS - 2013)

Local de residência	2023	2022	2021	2020	2019	2011
Portugal	3,5	3,5	2,8	1,8	3,2	3,4
Centro	3,4	3,4	2,7	1,7	3,1	3,3
Albergaria-a-Velha	4,2	3,0	3,0	1,4	3,1	3,2

Fonte - INE, Indicadores demográficos

Quando olhamos concretamente para a evolução da taxa bruta de nupcialidade entre 2011 e 2023 verificamos que, apesar de algumas oscilações pelo meio, os valores registados em Portugal e na Região Centro se mantiveram estáveis em torno dos 3,4%. Já Albergaria-a-Velha registou, em 2023, uma subida significativa face a 2011, tendo passado de 3,2 para 4,2 casamentos, por mil habitantes.

No entanto, os números relativos à taxa de bruta de nupcialidade são, hoje, consideravelmente mais baixos do que no passado. Recorde-se que no início dos anos 90 a taxa bruta de nupcialidade em Portugal era de aproximadamente 7,2%. Como já se verificou, em 2023, o valor registado no país foi sensivelmente metade desse valor (3,5%). A Região Centro e Albergaria-a-Velha apesar das suas especificidades, tem acompanhado a evolução observada a nível nacional e, portanto, registam hoje menos casamentos do que há 25 anos.

Envelhecimento Demográfico

Portugal é o quinto país mais envelhecido do mundo e o quarto da Europa. Esta tendência de envelhecimento demográfico, a que corresponde um acréscimo da proporção de pessoas com mais de 65 anos, em consequência do aumento da esperança média de vida. Entre 2011 e 2022, verificou-se o agravamento do envelhecimento demográfico em Portugal, com o Índice de Envelhecimento a subir de 128 para 185 (INE, 2023). Em 2021, cerca de 24% da população portuguesa era composta por pessoas com 65 ou mais anos (Eurostat, 2024).

O envelhecimento demográfico tem implicações nos domínios de apoio social, económico e de saúde que implicam um foco no Envelhecimento Saudável (OMS, 2023). O Envelhecimento Saudável é um processo contínuo de otimização da capacidade funcional e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo a independência e qualidade de vida ao longo do ciclo de vida. A Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 (DES) declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2020, é a principal estratégia global para a construção de uma sociedade para todas as idades. Este plano tem quatro áreas de ação, das quais destacamos duas (OMS, 2020).

(i) *Serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde, centrados na pessoa.* Assegurar que existem serviços centrados nas necessidades ao longo do ciclo de vida da pessoa mais velha torna-se imperativo e de elevada importância quando nos referimos aos serviços sociais tipificados.

(ii) *Propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem.* O aumento da longevidade significa um número crescente de pessoas apoiadas por organizações que experimentam mudanças nas suas necessidades básicas, impactando o trabalho diário dos funcionários e gestores destas organizações.

Estas duas áreas de ação, são aquela poderão implicar mais e melhores políticas públicas locais, para melhor responder às necessidades das pessoas que estão a envelhecer na comunidade e em ambiente institucional.

A análise dos indicadores demográficos que se seguem são de elevada importância permitindo sustentar a definição e implementação de políticas públicas locais, que precisam ser adaptadas para garantir a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas mais velhas no território e que se adequem às políticas mundiais, nomeadamente à DES.

Ao elaborarmos uma análise estatística e recorrendo ao Índice de Envelhecimento, que estabelece uma relação entre a população mais velha e a população jovem, podemos constatar que, à semelhança do que acontece em Portugal e na Região Centro, Albergaria-a-Velha sofreu um significativo agravamento, entre 2011 e 2021, passando de aproximadamente 117 pessoas mais velhas para cerca de 178, por cada 100 jovens. Embora o aumento verificado seja da maior importância, em termos absolutos, o valor registado para Albergaria-a-Velha está abaixo dos valores verificados em Portugal e na Região Centro. No entanto, os números encontram-se a convergir.

Ao analisarmos este indicador, por freguesia, podemos constatar que entre 2011 e 2021 o valor do Índice de Envelhecimento cresceu em todas as freguesias, sem exceção. Destaque para as freguesias de Alquerubim e Branca que registaram o maior aumento, passando de aproximadamente 129,6 para 221,6 e de 107,6 para 192,4, respetivamente. No entanto, importa salientar que Ribeira de Fráguas e Angeja permanecem as freguesias mais envelhecidas do concelho. Em 2021, Ribeira de Fráguas detinha um rácio de aproximadamente 300 idosos por cada 100 jovens e Angeja cerca de 268.

Tabela 17 - Índice de envelhecimento (N.º), por local de residência, à data dos censos

Local de residência	2011	2021
	HM	HM
	Total	Total
Portugal	127,84	182,07
Região Centro	163,43	228,62
Albergaria-a-Velha	116,98	177,56
Albergaria-a-Velha e Valmaior	93,83	138,18
Alquerubim	129,59	221,62
Angeja	187,80	268,28
Branca	107,59	192,44

Em Albergaria-a-Velha,
em 2021



Por cada 100 jovens
existem 178 pessoas mais
velhas

Ribeira de Fráguas	225,81	300,67	
São João de Loure e Frossos	132,16	194,07	

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

No que respeita ao índice de dependência de jovens, que mede a relação entre a população jovem (0-14anos) e a população em idade ativa (15-64anos), se compararmos os valores entre 2011 e 2021 verificamos, um decréscimo a todos os níveis geográficos considerados, nomeadamente em Portugal e na Região Centro. Em Albergaria-a-Velha, as descidas mais acentuadas verificaram-se nas freguesias de Alquerubim que evoluiu negativamente de 23,66 para 18,50 e da Branca que passou de 23,82 para 18,92. Já as freguesias de Angeja e Ribeira de Fráguas continuam a apresentar em termos absolutos os valores mais preocupantes, em 2021, com um rácio de aproximadamente 16,61 e 15,63 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa, respetivamente. Perante este cenário torna-se urgente tentar atenuar esta tendência de descida, dado que um índice de dependência de jovens baixo resultará decerto numa escassez de população ativa a médio-longo prazo.

Tabela 18 - índice de dependência de jovens (N.º), por local de residência, à data dos Censos

Local de residência	2011	2021
	HM Total	HM Total
Portugal	22,53	20,21
Região Centro	21,47	19,34
Albergaria-a-Velha	23,17	19,96
Albergaria-a-Velha e Valmaior	24,72	21,70
Alquerubim	23,66	18,50
Angeja	18,93	15,63
Branca	23,82	18,92
Ribeira de Fráguas	16,80	16,61
São João de Loure e Frossos	22,34	20,68



índice de dependência
jovens

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011- 2021

Seguindo-se a análise ao índice de dependência de idosos, que estabelece a relação entre a população idosa (65 ou + anos) e a população ativa (15-64anos), verificamos que, entre 2011 e 2021, Albergaria-a-Velha viu o valor deste indicador subir. Passou de 27,1 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, para cerca de 35,4 pessoas mais velhas por cada 100 pessoas em idade ativa. Apesar deste aumento significativo os números mantêm-se inferiores aos registados em Portugal e na Região Centro. No Município, destaque, uma vez mais, para Ribeira de Fráguas, que entre as freguesias foi a que mais aumentou, desde 2011, e simultaneamente a que regista o valor mais elevado em 2021, com aproximadamente 50 pessoas mais velhas por cada 100 pessoas em idade ativa. Verifica-se, assim, um aumento significativo da população mais velha e uma população ativa que tem vindo a diminuir.

Tabela 19 - Índice de dependência idosos (N.º), por local de residência, à data dos Censos

Local de residência	2011	2021
Portugal	28,8	36,79
Centro	35,1	44,22
Albergaria-a-Velha	27,1	35,45
*1Albergaria-a-Velha e Valmaior	21,5/ 30,4	29,99
Alquerubim	30,7	41,00
Angeja	35,5	41,93
Branca	25,6	36,41
Ribeira de Fráguas	37,9	49,94
*1São João de Loure e Frossos	32,3/ 37,9	40,13

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, 2011/2021

¹ Dados separados por / referem-se às freguesias de Albergaria-a-Velha, seguida da freguesia de Valmaior, e das freguesias de São de Loure, seguida da freguesia de Frossos. Estes indicadores plasmam os dados antes da reorganização administrativa de 2013.

Com recurso aos dados do Índice de Sustentabilidade Potencial que mede a relação entre a população em idade ativa e a população mais velha, podemos verificar que, em 2021, o Município apresentou um valor de aproximadamente 282. Este valor foi superior ao verificado em Portugal (271,8) e na Região Centro (226,1). Entre as freguesias que integram o Município, a união de freguesias de Albergaria e Valmaior regista o valor mais alto, com um rácio entre a população dos 15 aos 64 anos e a população com mais de 65 anos, de aproximadamente 333,4. Já os valores mais baixos deste indicador verificam-se nas freguesias de Ribeira de Fráguas e de Angeja, com um índice de 200,2 e de 238,4 respetivamente.

Importa inferir que nas freguesias onde o índice de dependência de idosos é mais elevado, o índice de sustentabilidade potencial é menor.

Tabela 20 - Índice de sustentabilidade potencial (N.º), por local de residência, à data dos Censos

Local de residência	2021
Portugal	271,83
Centro	226,12
Albergaria-a-Velha	282,09
Albergaria-a-Velha e Valmaior	333,49
Alquerubim	243,90
Angeja	238,48
Branca	274,69
Ribeira de Fráguas	200,22
São João de Loure e Frossos	249,20

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, 2021

Indo ao encontro da DES preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), são quatro as grandes áreas de atuação: i) Mudar a forma como pensamos, sentimos e

agimos com relação à idade e ao envelhecimento; ii) Garantir que as comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas; iii) Fornecer serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequados à pessoa idosa e iv) Propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem. No território existem sete instituições, sem fins lucrativos, com respostas sociais tipificadas pelo Instituto da Segurança Social (ISS), conforme constante na tabela 21.

Tabela 21 - Instituições locais com respostas para pessoas mais velhas

Instituição	Respostas sociais							
	SAD		CD		ERPI		CC	
	Cap ²	Ut.	Cap	Ut	Cap.	Ut.	Cap	Ut.
Probranca	40	35	30	25			20	9
CSP Angeja	25	25	30	30			10	10
Fundação C. H. A. Q.			30	29				
ASSA	50	48	25	25	20	20	30	21
CEDIARA	40	39	40	43				
C.S.P. Sta Euláia			50	30			20	16
Misericórdia de Albergaria-a-Velha	75	26	30	22	64	64		
					48	48		
ASIV	Sem resposta social. Espaço de promoção do convívio entre pares.							
ASSS	Sem resposta social.							

Fonte: Sistema de informação da Rede Social

Estas respostas sociais estão, na sua grande maioria, lotadas e é de salientar que nas instituições em que existe oferta ao nível de ERPI, existe lista de espera.

No que respeita às pessoas mais velhas que vivem no Município em situação de isolamento social e/ou geográfico, no âmbito dos Censos Sénior, tem se verificado uma diminuição do número de pessoas sinalizadas.

Tabela 22 - Censos Sénior da GNR

Período	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º de pessoas sinalizadas	121	109	99	93	84	86

Fonte: comando territorial da GNR, destacamento territorial de Águeda, posto territorial de Alb-a-Velha

² Legenda: Cap – capacidade; Ut- utilização

No Município de Albergaria-a-Velha são diversos os projetos que existem e cujo objetivo passa pela promoção do envelhecimento ativo saudável e, acima de tudo, alinham-se com o eixo ii, da DES, da OMS, os quais passamos a apresentar.

O Programa Idade Maior (PIM) oferece oficinas nas vertentes do teatro, trabalhos manuais, expressão musical, promoção da leitura, informática e atividade física. O PIM é um serviço gratuito dirigido a todos os munícipes com idade igual ou superior a 55 anos. Adicionalmente, o Município desenvolve com regularidade atividades intergeracionais e interinstitucionais, de carácter lúdico, cultural, de promoção e prevenção da saúde e, ainda, de capacitação da população idosa, tais como: sessões de informação, tardes de cinema, passeio sénior, tardes dançantes, entre outras. O PIM procura proporcionar atividades na comunidade, em linha com as orientações europeias de promoção de um envelhecimento ativo e saudável.

O Cartão Sénior Municipal foi um dos primeiros objetos de política local, dirigida aos mais velhos. Este cartão proporciona benefícios em diversas áreas, desde a cultura e o lazer, ao desporto, passando pelas infraestruturas básicas (água e saneamento), saúde e comércio a todos os munícipes, com idade igual ou superior a 65 anos.

O serviço de teleassistência dirigido à população mais velha residente no concelho, visa promover o sentimento de segurança dos seus utilizadores e minimizar o risco de isolamento e o sentimento de solidão. As pessoas para requerem este serviço devem cumprir pelo menos dois dos quatro requisitos: i) retaguarda familiar reduzida; ii) patologia múltipla; iii) em situação de isolamento social e/ou geográfico e iv) ou baixos rendimentos.

Ao nível do Banco Local de Voluntariado, existe o projeto Gerações Solidárias. Esta ação de voluntariado visa o combate ao isolamento social e/ou geográfico da população idosa. Este projeto consiste na visita semanal de voluntários, previamente capacitados, ao domicílio das pessoas idosas identificadas. O Banco Local de Voluntariado de Albergaria-a-Velha é um espaço de encontro, entre pessoas interessadas em ser voluntárias, que oferecem a sua disponibilidade para prestar um conjunto de ações inerentes à condição de cidadania ativa e solidária e as Organizações Promotoras.

Ao nível da promoção do envelhecimento saudável nas instituições locais, o Município assegura a dinamização de atividades de carácter musical e desportivo, com

uma regularidade semanal, em todas as instituições sem fins lucrativos, denominadas de Atividade e Trauteias e Rodopias. Por forma a promoção a inclusão social destas pessoas integradas em repostas sociais para pessoas mais velhas é, também, assegurada uma dinâmica de promoção da leitura e autodescoberta nas instalações da Biblioteca Municipal, denominada de Em Roda do Conto.

Salienta-se que estas medidas vão ao encontro das necessidades identificadas localmente e que, além destas, os serviços sociais, em articulação com as entidades locais, procedem à gestão de caso de todas as pessoas mais velhas em situação de vulnerabilidade social identificadas, numa ótica de ativação dos recursos locais.

Retrato da População Estrangeira

Quando observamos os dados relativos à população residente, de nacionalidade estrangeira, podemos constatar que a proporção tem vindo a aumentar significativamente em Portugal, na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Entre 2011 e 2021, Portugal e a Região Centro passaram de uma percentagem de aproximadamente 3,7% para 5,24% e de 2,36% para cerca e 3,8%, respetivamente. No Município, a evolução foi no mesmo sentido, embora a um ritmo ligeiramente diferente, tendo registado um aumento de 2,13 para aproximadamente 3%. Importa salientar que, tanto em 2011 como em 2021, a proporção de pessoas estrangeiras residentes em Albergaria-a-Velha é inferior aos valores observados em Portugal e na Região Centro, para o mesmo período em questão.

Numa análise mais detalhada, percebemos que a freguesia de Albergaria e Valmaior regista a maior proporção de população residente de nacionalidade estrangeira, com cerca de 3,79%, em 2011, e 4,3%, em 2021. No lado oposto a freguesia de Ribeira de Fráguas apresenta uma proporção de estrangeiros residentes de apenas 0,35%, em 2011, e de aproximadamente 1,4%, em 2021. Destaque, ainda, para a freguesia da Branca que foi a que mais cresceu, em igual período, passando de uma proporção de residentes estrangeiros de aproximadamente 1,1% para cerca de 2,5%, sedimentando-se como a segunda freguesia com mais população estrangeira.

Tabela 23 - Proporção de população residente estrangeira (%), por local de residência à data dos Censos

Local de residência		
	2011	2021
Portugal	3,73	5,24
Centro	2,36	3,76
Albergaria-a-Velha	2,13	3,01
Albergaria-a-Velha e Valmaior	3,79	4,30
Alquerubim	0,63	1,70
Angeja	1,01	1,60
Branca	1,14	2,49
Ribeira de Fráguas	0,35	1,41



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Analisando os dados para a população estrangeira residente, por grupos de idade, constatamos que, em 2011, cerca de 79% das pessoas tinham entre 15 e 64 anos. Por sua vez, apenas 17,1% pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 14 anos e aproximadamente 3,9% ao grupo das pessoas com 65 ou mais anos. Já em 2021, devido ao aumento do número de estrangeiros no Município, em termos quantitativos passámos a ter mais pessoas em todos os grupos etários considerados. Contudo, percentualmente, a população estrangeira pertencente ao grupo etário dos 0 aos 14 desceu para os 12,9%, enquanto que a percentagem de pessoas estrangeiras com 65 ou mais anos aumentou para os 7,2%. A percentagem da população estrangeira residente no concelho com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos manteve-se praticamente inalterada relativamente a 2011, subindo ligeiramente de 79% para os 79,9%.

Os dados apresentados confirmam a população estrangeira é significativamente mais jovem do que a restante população residente no concelho, facto que reforça a importância deste segmento da população na sustentabilidade demográfica do Município de Albergaria-a-Velha.

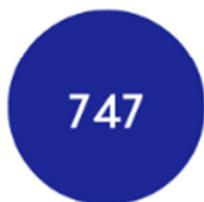
Tabela 24 - População residente estrangeira (N.º), por local de residência

Local de residência	2011							
	Total		0-14 anos		15-64 anos		65 + anos	
	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira
Albergaria-a-Velha	25 252	537	3 893	92	16 805	424	4 554	21
Local de residência	2021							
	Total		0-14 anos		15-64 anos		65 + anos	
	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira	Total	Estrangeira
Albergaria-a-Velha	24 840	747	3 191	96	15 983	597	5 666	54

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Ao analisarmos as nacionalidades com maior expressão no Município, em 2011, verificamos que entre as 537 pessoas estrangeiras residentes no concelho, nesse ano, a comunidade oriunda da Ucrânia foi a mais numerosa com 126 pessoas. Segue-se o Brasil e a Moldávia com uma população de 94 e de 47 pessoas, respetivamente. Em 2021, a realidade é consideravelmente diferente. Verifica-se, desde logo, um aumento da população residente de nacionalidade estrangeira atingindo um total de 747 pessoas. Relativamente às nacionalidades mais representativas verificam-se, também, algumas alterações. O Brasil assumiu-se como a comunidade mais numerosa com uma população de 300 pessoas. Seguidamente, surgem as comunidades oriundas da Venezuela e da Índia, com uma população de 85 e 78 pessoas, respetivamente.

População residente



nacionalidade
estrangeira

População estrangeira



jovem do que a restante
população

Tabela 25 - População residente (N.º), por local de residência e nacionalidade Censos 2011

Local de residência / nacionalidade	2011						
	Estrangeira	França	Moldávia	Federação da Rússia	Ucrânia	Angola	Brasil
Portugal	394 496	14 360	10 475	4 557	33 790	26 954	109 787
Centro	54 837	3 806	1 674	965	9 097	2 593	15 227
Albergaria-a-Velha e Valmaior	400	7	46	29	115	26	60
Alquerubim	15	1	0	0	0	0	8
Angeja	21	7	0	0	0	0	4
Branca	64	11	0	8	7	2	13
Ribeira de Fráguas	6	4	0	0	0	0	2
São João de Loure e Frossos	31	6	1	0	4	2	7

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Tabela 26 - População residente (N.º), por local de residência e nacionalidade, Censos 2021

Local de residência / nacionalidade	2021						
	Estrangeira	Espanha	França	Ucrânia	Brasil	Venezuela	Índia
Portugal	542 165	12 811	19 064	21 199	19 9 810	9 469	14 130
Centro	83 793	1 512	3 440	5 467	34 120	2 597	2 383
Albergaria-a-Velha e Valmaior	475	12	9	45	209	54	30
Alquerubim	38	2	0	2	19	2	0
Angeja	30	0	1	0	13	6	0
Branca	135	5	1	2	34	18	48
Ribeira de Fráguas	21	0	0	0	10	1	0
São João de Loure e Frossos	48	0	8	5	15	4	0

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Ao analisarmos a composição da população estrangeira residente, por sexo, constatamos que tem existido um relativo equilíbrio entre homens e mulheres. Em 2011, havia 537 pessoas estrangeiras residentes no concelho, sendo que 270 eram homens (50,3%) e 267 eram mulheres (49,7%). Já em 2021, aumentou ligeiramente a discrepância entre o número de indivíduos estrangeiros do sexo masculino e feminino residentes no concelho. De um total de 747 habitantes de nacionalidade estrangeira, 395 eram homens (52,9%) e 352 eram mulheres (47,1%).

Tabela 25 - População residente (N.º), por local de residência, Censos 2021

Local de residência / sexo	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	394 496	188 066	206 430	542 165	265 572	276 593
Centro	54 837	26 636	28 201	83 793	41 180	42 613
Albergaria	537	270	267	747	395	352
Albergaria-a-Velha e Valmaior	400	204	196	475	236	239
Alquerubim	15	4	11	38	23	15
Angeja	21	10	11	30	14	16
Branca	64	33	31	135	89	46
Ribeira de Fráguas	6	3	3	21	9	12
São João de Loure e Frossos	31	16	15	48	24	24

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Por força do crescente aumento da população estrangeira no Município e à constatação das necessidades de informação relativas inicialmente mais aos aspetos da regularização, desde 2021, que o Município de Albergaria-a-Velha juntamente com a PRAVE - Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha, decidiram implementar o projeto para a criação do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Albergaria, inicialmente cofinanciado pelo FAMI. Este gabinete tem como objetivo apoiar todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas

estruturas locais e promover a interculturalidade a nível local. Este serviço presta apoio e informação em áreas como a regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

Ao longo dos cerca de 35 meses, o CLAIM Albergaria realizou cerca de 1500 atendimentos (em média 450 anuais) e apoiou na integração de mais de 600 migrantes. Para além do atendimento, o CLAIM Albergaria tem realizado ações de informação, de capacitação, de orientação e de sensibilização dirigidas aos migrantes e à comunidade em geral, assim como tem promovido a realização de ações de educação não formal e promoção da interculturalidade, que concorrem para a compreensão e aceitação da diversidade cultural existente no nosso território, possibilitando a aproximação dos migrantes à comunidade de acolhimento, a sua integração e a melhoria das condições de vida.

Através da análise dos dados recolhidos pelo CLAIM Albergaria e os dados partilhados pelos parceiros, nomeadamente a SEMA, permitem-nos perceber que em Albergaria-a-Velha, as comunidades que mais procuram apoio neste serviço são predominantemente nacionais de países como, o Brasil, Índia, Ucrânia (proteção temporária), Venezuela, Colômbia, Angola e Guiné Bissau. Verificou-se também que o concelho continua a receber novos migrantes, familiares, estudantes, trabalhadores e refugiados.

As faixas etárias dos indivíduos que procuram apoio e que muitas vezes representam as suas famílias, variam entre os 18 e os 55 anos.

Através do atendimento e contacto próximo com esta população é possível perceber que os maiores constrangimentos com que se deparam estão relacionadas com educação (acesso e validação de competências), aprendizagem da língua portuguesa, permanência/ regularização em território nacional, reagrupamento familiar, acesso a apoios sociais e serviços, alojamento e assuntos relacionados com a inserção profissional.

Nos diferentes serviços são diversas as situações apresentadas pelos migrantes, nomeadamente o acesso à informação correta e fidedigna e o apoio para a regularização, fatores que se afiguram como problemas centrais desta população.

Decorrente do trabalho realizado desde 2021 pelo CLAIM na área da integração e inclusão social das comunidades migrantes no concelho, e após o término do financiamento do FAMI, o Município, por opção, tem assegurado a sua manutenção através da criação de um serviço similar, o Gabinete de Atendimento ao Migrante, e por

ter considerado que as ações desenvolvidas são necessárias à comunidade onde estamos inseridos. Este gabinete continua a dar uma resposta efetiva a todos os migrantes que recorrem ao Município, pretendendo contribuir para a sua plena integração na nossa comunidade.

Deficiência e/ou incapacidade

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, subscrita integralmente por Portugal, constituiu um marco histórico, na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e, em particular/especificamente, das pessoas com deficiência.

Segundo os Censos de 2001, existiam em Portugal 636 059 pessoas com deficiência 6.1% da população (INE, 2001), desde então, não existem mais dados demográficos em Portugal.

A análise exploratória dos dados dos Censos 2021 sobre a existência de dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidade, aproximam o conceito de incapacidade/deficiência com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência, impossibilitando a caracterização da população com deficiência. Este conceito de deficiência é apresentado de forma bastante ampla, considerando que uma pessoa tem deficiências se apresentar dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão das Nações Unidas para a Europa (UNECE), para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender. O questionário dos Censos 2021 inclui uma pergunta para cada um dos seis domínios de funcionalidade, que expressam um grau crescente de dificuldade (quatro categorias), com uma base facultativa. Nos Censos de 2011, estas seis perguntas, foram recolhidas de forma obrigatória; a introdução às seis perguntas acrescentou explicitamente a menção a problemas decorrentes da idade (envelhecimento) e estabeleceu que se trata de doenças crónicas (mais de seis meses); a formulação das mesmas não seguiu a estrutura recomendada, antes uma condensada em três categorias. Estas diferenças justificam a não comparabilidade direta dos dados entre os dois Censos, ou seja, os dados mais recentes não espelham a realidade das pessoas com deficiência. A não existência de dados reais sobre o número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade bem como as tipologias de deficiência e incapacidade podem ser um fator limitativo na ação local.

No que respeita aos serviços/respostas e programa existentes no Município destacamos os que são da responsabilidade do próprio Município, da APPACDM de Albergaria-a-Velha e da ASSOL- Associação de Solidariedade Social de Lafões. A APPCDM de Albergaria-a-Velha tem duas respostas sociais de CACI e Lar Residencial,

apresentando uma resposta efetiva às necessidades das pessoas com deficiência que a frequentam. No entanto, a lista de espera para estas respostas sociais é elevada o que levou, também, esta instituição a proceder à ampliação do Lar Residencial, cujo projeto foi aprovado, em 2022, e encontra-se em fase inicial de desenvolvimento.

Tabela 27 - Capacidade, utilização e lista de espera da APPACDM

	Capacidade	Utilização	Lista de espera
Lar Residencial Renascer	12	12	113
Lar Residencial Santana	12	12	
CACI	15	15	64

Fonte: Sistema de informação da Rede Social

A ASSOL complementa a oferta local com a promoção de cursos de formação profissional dirigidos a jovens ou adultos com deficiência e/ou incapacidade, cofinanciada pelo Fundo Social Europeu e, em parceria com o Município o serviço do GAPRIC – Gabinete de Apoio a Programas na Comunidade.

Tendo por base a adoção políticas inclusivas, o Município de Albergaria-a-Velha criou e disponibilizou serviços, equipamentos, programas e atividades ao nível do desporto, da cultura, da educação, de lazer e ocupacionais destinadas a esta população. Assim, e tendo por objetivo que todos possam usufruir e participar ativamente nas atividades municipais, foram implementadas as seguintes medidas: o Projeto de Desporto Adaptado; e o Programa Incluir+ - Projeto Artístico de Inclusão Social “Pontes Sonoras”, Incluir+Música, Incluir+Atividade Física, Incluir+Leitura e Sala de Snoezelen e Sala de Integração Sensorial e criado o Balcão da Inclusão que presta um serviço de atendimento especializado na temática da deficiência/incapacidade, e que veio reforçar o leque de respostas sociais que a autarquia coloca ao serviço dos munícipes

A acessibilidade no espaço público e nos equipamentos municipais também tem sido uma prioridade para a Câmara Municipal, sendo possível destacar as intervenções na Praça Fernando Pessoa e zona adjacente e a Avenida Bernardino M. Albuquerque, a requalificação do parque escolar designadamente da Escola da Avenida e Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, entre outros. A Biblioteca Municipal e os equipamentos desportivos também estão preparados para o usufruto de pessoas com necessidades especiais, sendo o desenvolvimento do Programa de Desporto Adaptado, com dezenas de participantes, uma boa prática de como Albergaria-a-Velha promove a inclusão.

A sensibilização da sociedade para a deficiência, com uma visão positiva acerca da mesma, valorizando as capacidades das pessoas com deficiência em detrimento das suas limitações, contribui para a eliminação/combate dos estereótipos e conseqüentemente promove a sua inclusão social.

Minorias étnicas

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT – INE), realizado em 2023, 47,5 mil pessoas residentes em Portugal, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 74 anos autoidentificaram-se com o grupo étnico cigano.

Em 2013, o governo português implementou uma estratégia dirigida às pessoas ciganas, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), recomendação da União Europeia. Esta Estratégia esteve em execução até 2020, tendo sido prorrogada até 2022, com o objetivo de ajustar os seus objetivos e metas e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida das pessoas e comunidades ciganas. Em 2023, o período de vigência da ENICC foi prorrogado até ao final desse ano.

Atualmente, encontra-se em elaboração uma nova estratégia para apoiar a população cigana por se considerar importante continuar a mobilizar a sociedade civil e a implementar políticas públicas que mitiguem os efeitos da pobreza e da exclusão, tal como o previsto na anterior ENICC, e que permitirão a concretização de compromissos internacionais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Contudo, existe um programa governamental, de âmbito nacional, que foi criado em 2001, Programa Escolhas (PE), dirigido a todas as crianças e jovens, particularmente às provenientes das comunidades ciganas e migrantes, que apresenta em todas as suas gerações como objetivo primordial a promoção para a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis. Este projeto, implementado desde 2019 no nosso território é atualmente promovido pela PRAVE. Em outubro de 2023 iniciou a sua 9.º geração, que tem como missão a igualdade de oportunidades, a não discriminação, e o reforço da coesão social, através de medidas que promovem a educação, formação e qualificação, o emprego e empreendedorismo, bem como a dinamização comunitária, a participação e a cidadania.

No Município de Albergaria-a-Velha destaca-se o projeto N' Ritmos-E9G ao nível do trabalho com a etnia cigana que tem como objetivos a promoção do sucesso escolar, o desenvolvimento de competências digitais, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e no âmbito da saúde, bem como a inclusão social do seu público-alvo. A equipa técnica deste projeto dinamiza atividades pensadas nas necessidades apresentadas tendo por base duas medidas, nomeadamente:

- Medida I – Educação, Formação e Emprego;

- Medida II – Dinamização Comunitária e Cidadania.

Os espaços habitacionais preferidos pela etnia em Albergaria-a-Velha vão ao encontro dos resultados do ICOT – INE, o qual verificou-se que as pessoas de etnia cigana privilegiam mais os espaços de maior proximidade, como o bairro (57,7%), a vila ou cidade (63,2%), ou a região onde vivem (66,3%), e nas relações de sociabilidade destacam-se com proporções mais elevadas de amigos da mesma classe social (79,8%) e que vivem no mesmo bairro ou zona (53,1%). Em Albergaria-a-Velha, a distribuição desta população pelo concelho ela está predominantemente distribuída por três freguesias: Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim e São João de Loure e Frossos.

Tabela 28 - Distribuição do n.º de famílias de etnia, por freguesia em 2024

Freguesias do Concelho de AAV	N.º de Agregados Familiares
Albergaria-a-Velha e Valmaior	7
Alquerubim	13
São João de Loure e Frossos	27
Total	47

Fonte: N´Ritmos de Albergaria-a-Velha

Ainda segundo o estudo ICOT, verifica-se que no mercado de trabalho, a população de etnia cigana tinha uma menor proporção de ativos (61,3%, para 70,8% na população total), posicionando-se maioritariamente no primeiro quintil da distribuição de rendimentos, ou seja, nos 20% da população com rendimentos mais baixos (72,6%).

Salienta-se, também, que muitos ciganos continuam a ser vítimas de preconceitos e de discriminação e mais de metade (51,3%) das pessoas que se identificaram como ciganas já sofreram de discriminação, valor muito superior ao registado na população total (16,1%).

Habitação

A habitação e a reabilitação urbana são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano, à vida em comunidade e à promoção da competitividade e coesão dos territórios.

O Município de Albergaria-a-Velha tem definida como área estratégica de atuação a habitação. Neste sentido foi elaborada a Estratégia Local de Habitação para o Município de Albergaria-a-Velha, a qual pode ser consultada em detalhe no website do Município, no separador *viver, habitação*.

Desta estratégia e mapeamento de dados executados, importa referir que o Município é proprietário de 69 fogos habitacionais, com destino ao arrendamento apoiado.

Tabela 29 – Habitação Social da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Nome do Bairro	Freguesia	N.º de Fogos da Câmara Municipal	N.º de Fogos Devolutos	Subocupados	Tipologias
Bairro das Lameirinhas	Albergaria-a-Velha	31	5	9	1T1 + 8T2 + 9T3 + 13T4
Bairro do Jogo		2	0	1	2T3
Bairro dos Açores		4	1	0	4T2
Bairro de Napoleão – Assilhó		10	1	6	10T3
Bairro de Napoleão - Alto de Assilhó		10	2	4	1T1 + 5T2 + 2T3 + 2T4
Bairro Rua Eugénio Ribeiro		6	0	2	5T2 + 1T3
Quinta D'Alque	Alquerubim	6	4	0	4T1 + 1T2 + 1T3
Total		69	13	22	6 T1 23 T2 25 T3 15 T4

Fonte: Serviço de Ação Social do Município de Albergaria-a-Velha

Para além da habitação social propriedade do Município de Albergaria-a-Velha, existe, habitação social de propriedade privada. Atualmente os bairros de habitação social do Município englobam 172 habitações, das quais 69 são propriedade da Câmara Municipal e 103 são propriedade privada.

A gestão do parque de habitação social do Município é da responsabilidade da Divisão de Educação e Ação Social (DEAS). Para além de zelar pela gestão social e patrimonial da habitação social, a DEAS tem a seu cargo o atendimento, informação, acompanhamento e dinamização de reuniões com os moradores dos bairros sociais, o que lhe permite possuir um conhecimento profundo da realidade da habitação social do concelho de Albergaria-a-Velha. Neste contexto, desenvolve a sua intervenção junto das famílias em situação de vulnerabilidade, tendo como objetivo a erradicação da pobreza e exclusão social, considerando o envolvimento e responsabilização das pessoas, os recursos disponíveis ao nível da Rede Social. Face aos atendimentos realizados e à procura crescente de habitação social, o serviço de ação social tem, em 2024, 170 pedidos de habitação social, que deverão executar candidatura em sede de procedimento próprio. Face à habitação social existente, que se revelou insuficiente para as necessidades detetadas e manifestadas pelos cidadãos interessados, o Município criou, em 2014, o Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais. Este programa visa a progressiva inserção social e contribuição para a melhoria das condições de vida, complementando, por um lado, as medidas de política social atualmente existentes no Município e, por outro, respondendo a situações de vulnerabilidade social. Este apoio é atribuído através de análise de candidatura própria de caráter anual e/ou em situações excecionais devidamente comprovadas.

Importa referir que o Município se candidatou ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), financiado pelo PRR, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Esta iniciativa visa apoiar a promoção de soluções habitacionais, para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O programa assenta numa dinâmica predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta, também, em abordagens que promovam a inclusão social e territorial, com cooperação entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo. Assim, o Município de encontra-

se a reabilitar 44 habitações sociais - 32 habitações no Bairro das Lameirinhas e 12 habitações no Bairro de Napoleão – num investimento total de 1 578 400 euros.

No Bairro das Lameirinhas os 32 fogos intervencionados têm diferentes tipologias, do T1 ao T4. A empreitada compreende a requalificação de instalações sanitárias e cozinhas, a recuperação ou substituição de armários, a aplicação de novos pavimentos, a substituição de cerâmicas em alguns casos, a recuperação das carpintarias e caixilhos, pinturas diversas e a melhoria do sistema de distribuição de águas.

No Bairro de Napoleão as 12 habitações são de tipologia T2, com dois pisos, sendo que as obras de requalificação incluem a remodelação com ampliação do volume construído de cada uma das habitações. Serão ainda substituídas caixilharias exteriores, peças sanitárias e móveis de cozinha, serão colocados novos pavimentos com isolamento térmico e novas coberturas.

Implementação da



Estratégia Local de
Habitação

Caracterização das Famílias

Ao longo dos anos, temos vindo a assistir a uma diminuição gradual da dimensão média das famílias, em Portugal, na Região Centro e no Município de Albergaria-a-Velha. Quando comparamos os números de 2001 com os de 2021, percebemos que a dimensão média dos agregados domésticos privados em Portugal passou de 2,8 para 2,5 pessoas. Já na Região Centro e em Albergaria-a-Velha a evolução foi praticamente idêntica. A dimensão média das famílias na Região Centro desceu de 2,8 para 2,4 pessoas enquanto no Município a redução foi de 3 para 2,5 pessoas.

Conforme espelhado pelos dados estatísticos, fornecidos pelo INE, este decréscimo da dimensão média das famílias tem se vindo a verificar pelo menos desde os anos 80 do século passado. A redução da taxa de natalidade tem tido grande impacto na redução da dimensão da generalidade das famílias. Contudo, não podemos esquecer que a redução desta taxa se deve em grande parte ao progresso e ao desenvolvimento da sociedade portuguesa. Neste sentido, e tal como defende Maria João Valente Rosa: “(...) regressar a uma população com elevados níveis de fecundidade significaria, implicitamente, um retrocesso social” (Rosa, 2012).

Tabela 30 - Dimensão média das famílias

	1960	1981	1991	2001	2011	2021
Portugal	3,7	3,3	3,1	2,8	2,6	2,5
Centro	3,7	3,2	3,0	2,8	2,5	2,4
Albergaria-a-Velha	3,7	3,4	3,2	3,0	2,7	2,5

Dimensão média



das famílias

Fontes: INE – Portugal, X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Podemos, assim, inferir que o número de famílias em Portugal, na Região Centro, e no Município de Albergaria-a-Velha tem vindo a aumentar. Em 2001, existiam no país um total de 3 650 757 milhões de agregados familiares, valor que ascendeu para os 4 149 096 milhões, em 2021. A Região Centro e o Município também acompanham esta tendência nacional, verificando-se, nos seus territórios, um aumento significativo do número de famílias no mesmo período. A Região Centro, em 2021, contabilizou um total de 675 171 agregados domésticos privados, mais 37 443 do que em 2001. Já em Albergaria-a-Velha, o número de famílias evoluiu de um total de 8 253,

em 2001, para 9 241, em 2021, registando uma subida proporcionalmente superior a Portugal e à Região Centro. A par do crescimento do número de famílias verificado, temos vindo a assistir a um decréscimo das famílias numerosas e, simultaneamente, a um aumento das estruturas familiares de menor dimensão.

Entre 2001 e 2021, as famílias constituídas por cinco ou mais elementos diminuíram significativamente em Portugal, na Região Centro e no Município Albergaria-a-Velha. Em 2001, em Portugal, os agregados familiares privados com cinco ou mais pessoas em representavam cerca de 9,5% das famílias, percentagem esta que desceu 5,6% em 2021. A Região Centro, no mesmo período, registou um decréscimo de 4%, passando de 8,6% para 4,6%. No Município de Albergaria-a-Velha a diminuição da percentagem de agregados com cinco ou mais elementos sobre o total de famílias foi ainda mais significativa do que em Portugal e na Região Centro. A queda foi de 10,9% para aproximadamente 5,5%, o que em números absolutos significa que, em 2021, o concelho registou menos 366 famílias com cinco ou mais pessoas do que no período homólogo.

Em sentido contrário, observamos um crescimento significativo das famílias constituídas por apenas um elemento. Em 2011, a percentagem de famílias unipessoais no país era cerca de 17,3%, aumentando para 24,8%, em 2021. Esta acentuada tendência de crescimento verificou-se, também, na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Entre 2001 e 2021 a percentagem de famílias unipessoais na Região Centro cresceu 7,2%, enquanto em Albergaria-a-Velha foi de aproximadamente 8,2%. Em termos absolutos o Município registou, em 2021, mais 960 famílias unipessoais do que em 2001. Para percebermos melhor a dimensão deste aumento, em 2021, das 9 654 famílias existentes em Albergaria-a-Velha mais de 1/5 eram constituídas por apenas um elemento.

Relativamente às famílias constituídas por dois, três e quatro elementos podemos verificar que agregadas perfazem a larga maioria das famílias em Portugal, na zona Centro e no concelho de Albergaria-a-Velha. Contudo, importa salientar que apresentaram uma tendência de decréscimo entre 2001 e 2021, perdendo alguma da sua preponderância devido ao crescimento do número de estruturas familiares unipessoais. Em 2001, os agregados domésticos compostos por dois, três e quatro elementos representavam juntos, em Portugal 73,2% do total das famílias, percentagem que diminuiu para 69,6%, em 2021. A Região Centro e o Município acompanharam esta tendência de descida verificada a nível nacional. Na Região Centro os agregados familiares de duas a quatro pessoas tinham, em 2001, um peso de 73,5% no total das famílias, baixando para 70,3% em 2021. Já Albergaria-a-Velha registou, no mesmo período, um decréscimo de 2,8%, sendo que, em 2001, a percentagem de agregados

constituídos por duas, três e quatro pessoas representava cerca de 77% do total das famílias, valor que desceu para 74,2% em 2021.

Tabela 31 - Família segundo os Censos - 2001: total e por número de indivíduos

Local de residência	2001						
	Total	1	%	2,3 e 4	%	5+	%
Portugal	3 650 757	631 762	17,3%	2 673 539	73,2%	345 456	9,5%
Centro	637 728	114 197	17,9%	468 537	73,5%	54 994	8,6%
Albergaria-a-Velha	8 253	1002	12,1%	6352	77%	899	10,9%

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Famílias unipessoais



quase duplicaram nos últimos 20 anos

Tabela 32 - Família segundo os Censos - 2011: total e por número de indivíduos

Local de residência	2011						
	Total	1	%	2,3 e 4	%	5+	%
Portugal	4 043 726	866 827	21,4%	2 914 405	72,1%	262 494	6,5%
Centro	673 947	144 760	21,5%	491 472	72,9%	37 715	5,6%
Albergaria-a-Velha	9 241	1561	16,9%	7 008	75,8%	672	7,3%

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Tabela 33- Família segundo os Censos - 2021: total e por número de indivíduos

Local de residência	2021						
	Total	1	%	2,3 e 4	%	5+	%
Portugal	4 149 096	1 027 871	24,8%	2 889 308	69,6%	231 917	5,6%
Centro	675 171	169 417	25,1%	474 623	70,3%	31 131	4,6%
Albergaria-a-Velha	9 654	1 962	20,3%	7 159	74,2%	533	5,5%

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Tabela 34 - Famílias unipessoais segundo os censos - Famílias clássicas unipessoais (%)

Local de residência	2001	2011	2021
Portugal	17,3	21,4	24,8
Centro	17,9	21,5	25,1
Albergaria-a-Velha	12,1	16,9	20,3

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Quando olhamos especificamente para as famílias unipessoais constatamos que uma parte considerável destes agregados familiares são constituídos por pessoas com 65 e mais anos. Em 2001, existiam no país 321 054 agregados unipessoais constituídos por pessoas com 65 e mais anos, valor que aumentou para 517 146, em 2021. A Região Centro e o Município de Albergaria-a-Velha, não obstante às suas especificidades, evoluíram no mesmo sentido. A Região Centro, entre 2001 e 2021, viu o número de agregados unipessoais constituídos por pessoas com 65 e mais anos aumentar de 66 579 para 94 075. Já no Município, o número de famílias unipessoais formadas por pessoas com 65 e mais anos quase que duplicou, em 20 anos, passando de 581 para 1014. É importante salientar que apesar do crescimento absoluto do número de agregados unipessoais de pessoas com 65 e mais anos verificado no Município, a proporção face ao total de famílias unipessoais desceu. Em 2001 era de aproximadamente 58% enquanto, em 2021, desceu para os 51,7%. Contudo, em termos quantitativos o aumento foi bastante significativo o que reforça a necessidade de aprofundarmos o olhar sobre este segmento da população. Segundo dados do relatório do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, em 2021, cerca de 24,6% da população que vivia abaixo do limiar da pobreza tinha 65 ou mais anos (Observatório

Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023). Sabemos que o facto destas pessoas viverem sozinhas pode aumentar o risco de pobreza e de vulnerabilidade social. De acordo com José Oliveira, o afastamento excessivo das pessoas mais velhas pode despoletar sentimentos de solidão e isolamento, tornando-as mais vulneráveis (Oliveira, 2012).

Tabela 35 - Famílias unipessoais segundo os censos: total e com 65 + anos

Local de residência	Total			65 +		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	631 762	866 827	1 027 871	321 054	406 942	517 146
Centro	114 197	144 760	169 417	66 579	79 232	94 075
Albergaria-a-Velha	1002	1561	1962	581	824	1014

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Pordata

Sabemos também que as alterações verificadas ao nível da dimensão das famílias têm sido acompanhadas por novas formas de organização familiar, que têm vindo a ganhar cada vez mais destaque. Um exemplo são as famílias monoparentais, que têm vindo a aumentar nos últimos anos. Entre 2011 e 2021, a proporção de núcleos familiares monoparentais, em Portugal, registou uma subida de aproximadamente 3,7%, passando de 14,89% para 18,54%. Na Região Centro a evolução foi de 12,55% para cerca de 15,7%. Já em Albergaria-a-Velha, as famílias monoparentais cresceram mais do que em Portugal e na Região Centro, observando-se uma subida de 3,82%. Apesar deste aumento, em 2021, a percentagem de famílias monoparentais no Município (15,1%) permanece inferior aos valores registados em Portugal (18,54%) e na Região Centro (15,69%).

Tabela 36 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por local de residência

Local de residência / sexo	2021	2011
	%	%
Portugal	18,54	14,89
Centro	15,69	12,55
Albergaria-a-Velha	15,11	11,29
Albergaria-a-Velha e Valmaior	17,45	13,73

Alquerubim	14,97	7,93
Angeja	13,93	11,25
Branca	13,28	9,53
Ribeira de Fráguas	9,89	8,27
São João de Loure e Frossos	13,16	10,34

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Uma análise por freguesia permite perceber que Alquerubim registou, em 2011, a menor proporção de núcleos familiares monoparentais do concelho, com apenas 7,93%. Contudo, também foi a freguesia onde o número de famílias monoparentais mais evoluiu entre 2011 e 2021, com um aumento significativo de aproximadamente 7%. A união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior, tanto em 2011 como em 2021, registou a maior proporção de famílias monoparentais do concelho com uma percentagem de 13,73% e 17,45%, respetivamente.

A par do crescimento do número de famílias monoparentais verificado entre 2011 e 2021, damos conta da permanência de uma acentuada assimetria entre pai e mãe no que diz respeito à coabitação com os filhos. Em 2011, das 480 443 famílias monoparentais existentes em Portugal, cerca de 86,7% eram núcleos familiares constituídos por mães com filhos. Quando olhamos para 2021, verificamos que a percentagem se manteve praticamente igual, registando-se uma ligeira descida para os 85,6%, apesar de, em termos absolutos, ter crescido o número de núcleos monoparentais constituídos por pais com filhos. Na Região Centro a evolução foi proporcionalmente semelhante à observada à escala nacional, sendo que a percentagem de famílias monoparentais constituídas por mães com filhos era de aproximadamente 86,4%, em 2011, tendo passado para cerca 84,8%, em 2021. Em Albergaria-a-Velha, no mesmo período, a percentagem de famílias monoparentais constituídas por mães com filhos desceu sensivelmente de 86% para 83,4%, registando um decréscimo proporcionalmente superior ao verificado em Portugal e na Região Centro. Apesar da diminuição verificada nestes últimos 10 anos, o desequilíbrio

permanece bastante acentuado, pois das 1 183 famílias monoparentais existentes em Albergaria-a-Velha, em 2021, apenas 196 eram constituídas por pais com filhos.

É certo que o processo de emancipação das mulheres trouxe consigo inúmeras conquistas. As mulheres têm hoje um papel e um valor na sociedade completamente diferente daquele que tinham há 50 anos. Contudo a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidar dos filhos continua a estar predominantemente a cargo das mulheres que acumulam, muitas vezes, estas funções com os seus empregos. A chamada dupla jornada que pode ser entendida como a conciliação do trabalho pago com o não pago é bastante penalizadora para as mulheres e ainda mais para aquelas que vivem sozinhas com os seus filhos. De acordo com Barroso e Bruschini, as mulheres chefes de família assumem o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material dos seus descendentes (Barroso & Bruschini, 1981). Estes desafios acrescidos inerentes sobretudo à monoparentalidade feminina potenciam mais facilmente situações de vulnerabilidade social.

Tabela 37 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por local de residência, Censos 2011

Local de residência	Pai com filhos	Mãe com filhos
	N.º	N.º
Portugal	64 100	416 343
Centro	12 313	78 068
Albergaria-a-Velha	125	769

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, Censos 2011

Tabela 38 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por local de residência, Censos 2021

Local de residência	Pai com filhos	Mãe com filhos
	N.º	N.º
Portugal	83 629	496 342
Centro	11 889	66 123
Albergaria-a-Velha	196	987



Famílias monoparentais

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, Censos 2011

Um dos principais programas a nível nacional que visa o combate à vulnerabilidade social, pobreza e à exclusão social, em Portugal, é Programa Operacional de Apoio às

Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Este programa visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e famílias monoparentais e de outra tipologia, reforçam as respostas das políticas públicas existentes. Além da prestação do apoio alimentar e de outros bens de consumo básico, pretende também desenvolver medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo a sua inclusão, nos termos definidos no *n.º 1 do artigo 60.º do Regulamento Específico do POAPMC*.

A *Medida um do POAPMC* visa apoiar a aquisição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade por entidades públicas, com vista à sua distribuição às pessoas mais carenciadas, diretamente ou recorrendo a organizações parceiras.

Neste sentido, em junho de 2019, a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros (FBBQuadros) em Sever do Vouga candidatou-se a este programa para o território de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga enquanto entidade coordenadora e mediadora em parceria com a Associação de Solidariedade Sanjoanense (ASS) enquanto entidade mediadora para o concelho de Albergaria-a-Velha. Em 2021, integrou este programa a PROBRANCA também como entidade mediadora concelhio, através da celebração de um protocolo de colaboração entre as entidades coordenadoras e mediadoras e o Instituto de Segurança Social, I.P (ISS, I.P)

No decorrer do ano 2023, executou-se o projeto POAPMC-01-74F7-FEAC-000120 para 104 beneficiários do concelho de Albergaria-a-Velha (e 104 para Sever do Vouga).

Também o Serviço de Atendimento a Acompanhamento Social (SAAS), recentemente transferido para o âmbito das competências dos Municípios é um serviço de elevada importância e de primeira linha na satisfação das necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade social, no Município.

Em Albergaria-a-Velha, este serviço mantém um atendimento de proximidade em todas as freguesias e em alguns lugares do concelho, funcionando assim de forma descentralizada, permitindo chegar às pessoas que não possam recorrer de outra forma a este serviço, facilitando a deslocação dos beneficiários, permitindo também o conhecimento das vulnerabilidades *in loco*.

Atividade Económica

A conjugação do envelhecimento da população e da diminuição de mão de obra acarretam consequências drásticas a nível social e económico no país. A promoção de natalidade, de apoio à infância e de conciliação entre a vida profissional e pessoal que permitam reduzir os efeitos de uma pirâmide tendencialmente invertida e o reforço da população jovem no mercado de trabalho e de atração de imigrantes podem ser a chave para a manutenção e criação de uma rede económica atrativa.

Em Albergaria-a-Velha a atividade económica mais representativa são empresas de comércio, reparação de veículos automóveis e motociclos (22%), empresas de atividades administrativas e de serviços de apoio (11,5%), empresas ligadas à produção animal, caça, floresta e pesca (9,9%) e empresas de indústria transformadora (9,5%).

No âmbito da indústria transformadora, as atividades económicas com mais relevo em termos de volume de negócios são as de fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (201,1 M€) e as de fabricação de máquinas e de equipamentos (176,2 M€). São, contudo, as empresas de fabricação de 15 produtos metálicos que têm mais pessoas ao serviço (1 614) e que apresentam um VAB mais elevado (52 M€) (PDEA20230).

No que aos indicadores estatísticos diz respeito, a taxa de atividade permite-nos ter noção do peso da população ativa relativamente ao total da população, contemplando as pessoas que se encontram empregadas e desempregadas.

Tabela 39 - Taxa de atividade (%) da população residente por local de residência, à data dos Censos

Local de residência / sexo	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	47,56	51,59	43,87	46,58	49,50	43,93
Centro	45,38	49,78	41,35	44,74	47,83	41,93
Albergaria-a-Velha	47,91	53,18	42,95	48,72	52,42	45,21

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

Analisando os dados de 2011 com os de 2021 podemos, desde logo, constatar que a proporção da população que se encontrava ativa desceu Portugal e na Região Centro, tendo passado de 47,56% e 45,38% para 46,58% e 44,74%, respetivamente. Em Albergaria-a-Velha a evolução foi no sentido oposto, observando-se um aumento da proporção da população ativa face à total de 47,91% para 48,72%. De destacar que, em 2011, o Município registou valores relativos à taxa de atividade acima dos observados em Portugal e na Região Centro. Essa diferença cresceu ainda mais, em 2021, atendendo à subida de 0,81 registada no concelho, contraponto com as descidas de 0,98 e de 0,64 verificadas em Portugal e na Região Centro, respetivamente.

Tabela 40 - Taxa de atividade (%) da população residente por local de residência, à data dos Censos

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Albergaria-a-Velha e Valmaior	50,16	53,64	46,92	50,80	53,41	48,37
Alquerubim	45,49	52,89	38,66	44,96	49,18	40,90
Angeja	44,96	50,35	39,91	47,09	51,96	42,69
Branca	48,41	54,92	42,15	48,89	53,71	44,26
Ribeira de Fráguas	43,08	53,00	33,71	44,71	48,99	40,45
São João de Loure e Frossos	45,65	50,46	41,10	46,31	50,82	42,03

Taxa de atividade



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

No que respeita à relação entre sexos, verificamos, ainda, que apesar da taxa de atividade dos homens ser superior à das mulheres, a diferença tem-se vindo a atenuar. Entre 2011 e 2021, a proporção de homens em idade ativa diminuiu em Portugal, na região Centro e em Albergaria-a-Velha, enquanto em contrapartida a proporção de mulheres em idade ativa aumentou. Contudo, este aumento foi praticamente residual

em Portugal (0,06%) e na zona Centro (0,58%). Já o Município de Albergaria-a-Velha, neste período, viu a taxa de atividade feminina aumentar significativamente de 42,95% para 45,21%, facto que pode ter tido particular impacto no aumento da proporção da população ativa do concelho, dado que a taxa de atividade masculina apresentou um decréscimo.

Os dados estatísticos sobre o Município, indicam, desde logo, que a união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior permanece, em 2021, com a taxa de atividade mais elevada do Município, registando um valor de 50,8%. A freguesia da Branca surge imediatamente a seguir com uma taxa de atividade de aproximadamente 48,9%. Já as freguesias de Ribeira de Fráguas e Alquerubim registam, em 2021, os valores mais baixos do concelho com cerca de 44,7% e de 44,96%, respetivamente. Importa salientar que, entre 2011 e 2021, a taxa de atividade aumentou em praticamente todas as freguesias, à exceção de Alquerubim que registou um decréscimo de 0,53%. Destaque para Angeja que registou a maior evolução neste período com um aumento da proporção da população ativa face à total de aproximadamente 2,13%.

Assume-se da maior pertinência realçar o comportamento da taxa de atividade feminina que aumentou, entre 2011 e 2021, em todas as freguesias do concelho. Note-se que a maior evolução foi observada em Ribeira de Fráguas que passou de uma taxa aproximadamente 33,7%, em 2011, para 40,45%, em 2021. Apesar do crescimento verificado, a freguesia permanece com a taxa de atividade feminina mais baixa do concelho.

A evolução da taxa de atividade masculina não teve um comportamento tão linear, subindo em algumas freguesias e descendo noutras. No entanto, continua a ser bastante superior à das mulheres em todas as freguesias, apesar da discrepância em 2021 não ser tão acentuada como em 2011.

Tabela 41 - Taxa de emprego (%) por local de residência à data dos Censos

Local de residência / sexo	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	48,51	53,65	43,92	49,12	53,25	45,45
Centro	46,81	52,53	41,70	47,69	51,92	43,92
Albergaria-a-Velha	50,75	57,94	44,09	53,15	58,21	48,43

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

A taxa de emprego estabelece uma relação entre as pessoas que se encontram empregadas e o total de pessoas em idade ativa³. Quando olhamos para a evolução da taxa de emprego, entre 2011 e 2021, verificamos que os valores aumentaram de forma transversal. Albergaria-a-Velha detinha, em 2011, uma taxa de emprego superior a Portugal e à Região Centro e registou o maior aumento no período analisado. Desta forma, passou de uma taxa de aproximadamente 50,8%, em 2011, para cerca de 53,2%, em 2021. Este aumento foi superior ao verificado em Portugal (0,61%) e na Região Centro (0,88%).

Taxa de emprego



Relativamente à taxa de emprego masculina importa referir que se registou um ligeiro aumento entre 2011 e 2021, passando de aproximadamente 57,9% para cerca de 58,2%. Já em Portugal e na Região Centro verificou-se uma diminuição no mesmo período. Desta forma, em 2021, a taxa de emprego masculina no concelho (58,2%) aumentou ainda mais face a Portugal (53,3%) e à zona Centro (51,9%). Já a taxa de emprego feminina cresceu no mesmo período em todos os níveis geográficos considerados. O Município de Albergaria-a-Velha registou um aumento bastante significativo de 4,34%. Esta evolução foi superior à observada em Portugal (1,53%) e na Região Centro (2,22%). Tal facto fez com que, em 2021, os valores da taxa de emprego feminina em Albergaria-a-Velha (48,4%) aumentassem ainda mais face aos registados em Portugal (45,5%) e na zona Centro (43,9%).

Tabela 42 - Taxa de emprego (%), por local de residência à data dos Censos

Local de residência / sexo	2011	2021
----------------------------	------	------

³ Fórmula: de cálculo: (População empregada/População residente com 15 ou mais anos) x 100 (Metainformação – INE)

	HM	H	M	HM	H	M
Albergaria-a-Velha e Valmaior	53,77	59,38	48,67	56,24	60,25	52,56
Alquerubim	47,57	55,81	40,02	48,99	54,24	44,06
Angeja	45,79	50,90	40,96	49,79	55,67	44,47
Branca	51,81	61,91	42,40	53,29	59,74	47,15
Ribeira de Fráguas	44,20	55,20	33,84	48,48	54,52	42,58
São João de Loure e Frossos	48,26	53,99	42,81	49,06	54,36	44,11

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

No que concerne à taxa de emprego, constatou-se um crescimento em todas as freguesias entre 2011 e 2021. O maior aumento verificou-se na freguesia de Ribeira de Fráguas que passou de uma taxa de 44,2% para aproximadamente 48,5%. Contudo, apesar desta evolução, a freguesia mantém-se, em 2021, com o valor da taxa de emprego mais baixo do Município a par de Alquerubim com 48,99%. Já a união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior continua a registar a taxa de emprego mais elevada do concelho, alcançando um registo de 56,2% em 2021.

Relativamente ao comportamento da taxa de emprego feminina, de referir o seu aumento em todas as freguesias. O maior crescimento verificou-se mais uma vez em Ribeira de Fráguas, que passou de uma taxa de 33,84%, em 2011, para cerca de 42,6% em 2021. Destaque, ainda, para a união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior que, apesar de ter tido um crescimento inferior ao de Ribeira de Fráguas, Alquerubim e da Branca, atingiu, em 2021, os 52,56%.

Desta forma, assistimos na generalidade das freguesias a uma redução das assimetrias entre homens e mulheres no que diz respeito ao emprego, apesar da taxa de emprego masculina continuar a ser superior à feminina. Esta aproximação fica a dever-se essencialmente à subida da taxa de emprego feminino, dado que a taxa de emprego masculina entre 2011 e 2021 desceu apenas em três das freguesias (Alquerubim, Branca e Ribeira de Fráguas) e de forma residual.

Constata-se, assim, que, em 2021, a taxa de emprego masculina permanece elevada na generalidade das freguesias e que a taxa de emprego feminina aumentou significativamente face a 2011. A conjugação destes fatores ajuda a explicar a evolução da taxa de emprego no concelho.

Tabela 43 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por local de residência

Local de residência / sexo	2011	2021	2023
	HM	HM	HM
Portugal	92,7	75,5	76,5
Centro	86,2	68,0	71,6
Albergaria-a-Velha	90,9	75,3	76,4

Índice de renovação da população em idade ativa



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011, 2021

O índice de renovação da população em idade ativa⁴ estabelece uma relação entre as pessoas que potencialmente se encontram a entrar e a sair do mercado trabalho. Entre 2011 e 2023, podemos constatar que o valor do índice decresceu significativamente em Portugal, na Região Centro e em Albergaria-a-Velha. Em 2011, o país registou um índice de 92,7 tendo descido para os 76,5, em 2023. No mesmo período a Região Centro viu o valor do índice cair de 86,2 para 71,6. Já o Município evoluiu no mesmo sentido sendo que o valor do índice passou de 90,9, em 2011, para 76,4, em 2023. Importa salientar que, tanto em 2023 como em 2011, Albergaria-a-Velha cresceu em relação à Região Centro, mas, ainda assim, apresenta valores inferiores aos verificados à escala nacional, embora com uma clara tendência de aproximação. Os dados mostram-nos que o valor do índice tem sido inferior a 100, o que significa que população que potencialmente se encontra a sair do mercado de trabalho tem sido superior à população que potencialmente se encontra a entrar. Salienta-se que, entre 2021 e 2023, assistimos a uma ligeira recuperação que pode estar relacionada com o aumento do número de imigrantes e conseqüente impacto no saldo migratório.

⁴ Fórmula de cálculo: (População residente com idade entre 20 e 29 anos/ População residente com idade entre 55 e 64 anos) x 100 (Metainformação – INE)

Tabela 44 - População empregada (N.º) por local de residência, à data dos Censos 2011

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	4 361 187	101 011	2 316 461	910 237	62 324	971 154
Centro	940 211	19 946	526 488	190 516	12 899	190 362
Albergaria-a-Velha	10 840	218	6 842	1 953	164	1 663
Albergaria-a-Velha e Valmaior	4 733	86	2588	956	87	1 016
Alquerubim	959	28	700	147	14	70
Angeja	833	28	577	137	6	85
Branca	2448	44	1643	409	27	325
Ribeira de Fráguas	675	12	469	109	11	74
São João de Loure e Frossos	1192	20	865	195	19	93

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011

Tabela 45 - População empregada (N.º) por local de residência, à data dos Censos 2021

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	4 426 461	42 064	1 664 525	1 275 380	103 784	1 340 708
Centro	936 569	7 554	374 425	273 769	22 175	258 646
Albergaria-a-Velha	11 506	122	5 388	3 422	259	2 315
Albergaria-a-Velha e Valmaior	5329	52	2121	1686	126	1344
Alquerubim	967	8	563	274	19	103
Angeja	841	9	430	246	12	144
Branca	2540	39	1260	717	57	467
Ribeira de Fráguas	652	6	377	161	11	97
São João de Loure e Frossos	1177	8	637	338	34	160

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2021

Relativamente às pessoas empregadas, constatamos que o número aumentou consideravelmente em Albergaria-a-Velha. O concelho seguiu a tendência que se verificou à escala nacional, contrastando assim com a diminuição que se verificou na região Centro. Assim sendo, o município registou em 2021 mais 666 pessoas em situação de emprego do que em 2011. A união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior foi das que mais contribuiu para o crescimento dos números do município a este respeito. Em 2021 contabilizou 5329 pessoas em situação de emprego, ou seja, mais 596 do que em 2011. Contrariamente, a freguesia de Ribeiras de Fráguas foi a que mais perdeu população empregada neste período, verificando-se um decréscimo de 23 pessoas face a 2011.

Quando analisamos a evolução da população empregada por nível de escolaridade entre 2011 e 2021, verificamos que ocorreram alterações nestes dez anos. À semelhança do que ocorreu em Portugal e na zona Centro o número de pessoas empregadas sem nenhum tipo de escolaridade diminuiu significativamente em Albergaria-a-Velha, passando de 218 pessoas em 2011 para apenas 122 pessoas em 2021. Ainda assim, em termos percentuais, o decréscimo verificado no Município (44%) foi inferior ao observado em Portugal (58,4%) e na zona Centro (62,1%).

Já as pessoas empregadas com o ensino básico também diminuíram substancialmente, no mesmo período, em todos os níveis geográficos considerados. O Município de Albergaria-a-Velha que, em 2011, contabilizou 6 842 pessoas empregadas com este grau de ensino, viu número baixar para 5 388, em 2021. Isto significa que em dez anos as pessoas com o ensino básico perderam alguma da preponderância que tinham no mercado de trabalho. Se em 2011, representavam cerca de 63% da força de trabalho do concelho, o valor desceu para sensivelmente 46,8%, em 2021. Não obstante à tendência de decréscimo que se tem verificado, ainda continuam a existir mais pessoas empregadas com o ensino básico do que com qualquer outro nível de qualificação. No entanto, com base nos dados de 2021 constatamos que a proporção permanece mais elevada em Albergaria-a-Velha (46,8%) do que em Portugal (37,6%) e na região Centro (40%).

Por sua vez, o número de pessoas empregadas com o ensino secundário e pós-secundário aumentou significativamente no período em análise. Se, em 2011, representavam em conjunto cerca de 19,5% da população empregada no Município, o valor subiu para aproximadamente 32%, em 2021. A tendência em Portugal e na Região Centro foi idêntica, com a proporção a aumentar de sensivelmente 22,3% para 31,2% e de 21,6% para 31,5%, respetivamente. Ainda assim, importa assinalar que o

crescimento da população empregada com o ensino secundário e pós-secundário foi maior em Albergaria-a-Velha, facto que permitiu superar, em 2021, os valores observados à escala nacional e regional.

Por último, o número de pessoas empregadas com o ensino superior também cresceu transversalmente. O Município que, em 2011, contabilizou 1 663 pessoas empregadas com este grau de ensino, viu número aumentar para 2 315, em 2021. Verificou-se, assim, um crescimento em Albergaria-a-Velha de aproximadamente 39,2%, em dez anos, valor ligeiramente superior ao registado em Portugal (38,1%) e na Região Centro (35,9%), no mesmo período.

Em suma, os dados mostram-nos que a população empregada, em 2021, é em geral mais qualificada do que era em 2011.

Tabela 46 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2011), por nível de escolaridade completo - Homens

H

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	2 275 974	57 169	1 345 616	45 1660	35 341	386 188
Centro	497941	11673	312376	94787	7274	71831
Albergaria-a-Velha	5 949	131	4 085	997	104	632
Albergaria-a-Velha e Valmaior	2 491	47	1504	490	55	395
Alquerubim	538	17	420	70	6	25
Angeja	450	16	325	67	5	37
Branca	1411	27	1 037	217	16	114
Ribeira de Fráguas	409	10	309	55	10	25
São João de Loure e Frossos	650	14	490	98	12	36

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011

Tabela 47 -População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2011), por nível de escolaridade completo - Mulheres

M

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	2 085213	43 842	970 845	458 577	26 983	584 966

Centro	442 270	8 273	214 112	95 729	5 625	118 531
Albergaria-a-Velha	4 891	87	2 757	956	60	1 031
Albergaria e Valmaior	2 242	39	1 084	466	32	621
Alquerubim	421	11	280	77	8	45
Angeja	383	12	252	70	1	48
Branca	1 037	17	606	192	11	211
Ribeira de Fráguas	266	2	160	54	1	49
São João de Loure e Frossos	542	6	375	97	7	57

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011

Tabela 48 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2021), por nível de escolaridade completo - Homens

H

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	2 256 526	23 476	981085	655 422	59 730	536 813
Centro	480 640	4400	223 634	140 929	12 716	98 961
Albergaria-a-Velha	6 077	82	3 174	1 760	161	900
Albergaria-a-Velha e Valmaior	2 731	30	1 220	856	78	547
Alquerubim	518	4	342	134	9	29
Angeja	447	5	234	137	9	62
Branca	1389	35	772	386	36	160
Ribeira de Fráguas	362	4	229	90	9	30
São João de Loure e Frossos	630	4	377	157	20	72

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2021

Tabela 49 - População empregada (N.º), por local de residência à data dos Censos (2021), por nível de escolaridade completo - Mulheres

M

Local de residência	Total	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino P.Secundário	Ensino Superior
Portugal	2 169 935	185 588	683 440	619 958	44 054	803 895
Centro	455 929	3154	150791	132840	9459	159655
Albergaria-a-Velha	5 429	40	2 214	1 662	98	1 415
Albergaria-a-Velha e Valmaior	2598	22	901	830	48	797
Alquerubim	449	4	221	140	10	74
Angeja	394	4	196	109	3	82
Branca	1151	4	488	331	21	307
Ribeira de Fráguas	290	2	148	71	2	67
São João de Loure e Frossos	547	4	260	181	14	88

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2021

Quando analisamos a população empregada, por sexo, verificamos que os homens continuam a estar em maioria no mercado de trabalho. Tanto em 2021, como em 2011, esta tendência mantém-se e é transversal a todos os níveis geográficos considerados, inclusive à escala inframunicipal. Ainda assim, a discrepância entre homens e mulheres no acesso ao emprego tem vindo a diminuir. Em 2011, cerca de 54,9% das pessoas empregadas em Albergaria-a-Velha eram homens, percentagem que diminuiu para 52,8%, em 2021. Já a percentagem de mulheres subiu no mesmo período, passando de sensivelmente 45,1% para 47,2%. A evolução em Portugal e na Região Centro foi idêntica, com as mulheres, em 2021, a representarem quase metade da população empregada, ou seja, cerca de 49% e 48,7% respetivamente.

Ao cruzarmos a variável sexo com o nível de qualificação das pessoas inseridas no mercado de trabalho percebemos que existem mais mulheres empregadas com o ensino superior do que homens. Esta tendência tem-se vindo a acentuar ao longo dos anos em Albergaria-a-Velha, com o Município a registar, em 2021, um total de 1 415 mulheres empregadas com o ensino superior, face a apenas 900 homens com o mesmo grau de ensino. Constatamos, assim, que as mulheres representam, em 2021, aproximadamente 61,1% do total de pessoas empregadas no concelho com o ensino

superior, percentagem esta que é relativamente semelhante à que se verifica em Portugal (60%) e na região Centro (61,7%).

Por sua vez, quando olhamos para o número de pessoas empregadas sem nenhum tipo de qualificação constatamos que das 122 pessoas que ainda se encontram nesta situação, em 2021, no Município, cerca de 67,2% são homens. Constatamos, desta forma, que os indivíduos do sexo masculino nesta situação, não só estão maioria no mercado de trabalho em Albergaria-a-Velha, como em termos absolutos, são mais do dobro das mulheres. Ainda que menos significativa, esta assimetria verifica-se também em Portugal e na Região Centro, com os homens a representarem respetivamente 55,8% e 58,2% das pessoas empregadas sem qualquer tipo escolaridade.

Tabela 50 - Taxa de desemprego (%), por local de residência à data dos Censos 2011/2021

Local de residência	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	13,18	12,58	13,83	8,13	7,35	8,92
Centro	10,98	9,99	12,08	6,02	5,26	6,80
Albergaria-a-Velha	10,39	8,53	12,55	4,92	3,95	5,98
Albergaria-a-Velha e Valmaior	10,71	8,82	12,73	5,14	4,21	6,11
Alquerubim	11,45	10,93	12,11	3,69	3,90	3,44
Angeja	10,62	10,89	10,30	4,76	3,46	6,19
Branca	10,03	6,68	14,23	4,26	2,66	6,12
Ribeira de Fráguas	8,54	7,26	10,44	2,40	0,82	4,29
São João de Loure e Frossos	9,83	8,45	11,44	7,69	7,62	7,76

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População de Portugal, 2011-2021

A taxa de desemprego⁵ diminuiu consideravelmente, entre 2011 e 2021, em Albergaria-a-Velha, caindo de 10,39% para apenas 4,92%. Verificou-se, assim, um decréscimo de 5,47% no Município, valor superior ao registado em Portugal (5,05%) e na Região Centro (4,96%), no mesmo período. Esta evolução fez com que os números da taxa de desemprego, em 2021, em Albergaria-a-Velha (4,92%) baixassem ainda mais relativamente a Portugal (8,13%) e à Região Centro (6,02%).

À escala inframunicipal, Alquerubim foi a freguesia onde a taxa de desemprego mais desceu, verificando-se, em 2021, um decréscimo de aproximadamente 7,8% face a 2011. Por sua vez, a união de freguesias de São João de Loure e Frossos foi a que

⁵ Fórmula de cálculo: (População desempregada há um ano ou mais/ População ativa) x 100 (Metainformação – INE)

menos evoluiu neste período e, por consequência, a que apresenta, em 2021, a taxa de desemprego mais alta, com 7,69%. Já Ribeira de Fráguas mantém-se a freguesia com a taxa de desemprego mais baixa, registando um valor residual de 2,4%, em 2021.

Olhando para a taxa de desemprego feminina no Município, importa assinalar que o valor diminuiu significativamente entre 2011 e 2021, passando de 12,55% para apenas 5,98%. Apesar desta evolução, as mulheres continuam a registar uma taxa de desemprego superior à dos homens, apesar da discrepância em 2021 (+2,03%) ser bastante mais ténue do que era em 2011 (+4,02%).

Para informação mais detalhada sobre o desenvolvimento económico, o Município de Albergaria-a-Velha dispõe de uma Estratégia para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico “Albergaria 2030”, que pode ser consultada através em detalhe, através da vista no website do Município, separador *investir*.

Saúde

Em matéria de saúde, no *artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa (CRP)* está previsto o reforço das políticas de promoção de saúde e de prevenção da doença, assim como da articulação entre os diferentes níveis de cuidados de saúde. Também está previsto na *Lei de Bases da Saúde (alínea d) do n.º 2 da Base 20 aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro*, que o Sistema Nacional de Saúde (SNS) deve assegurar aos cidadãos o acesso ao tipo de cuidados que mais se adequem às suas necessidades, ou seja, a sua atuação deve ser pautada por um modelo de cuidados integrados, centrado no indivíduo, garantindo, assim, o melhor acesso ao SNS. Assim, consideramos que o acesso aos cuidados de saúde depende da oferta dos cuidados existentes e da sua disponibilidade. Por outro lado, o acesso efetivo aos cuidados de saúde dependerá também de eventuais barreiras à utilização adequada aos cuidados de saúde, por razões económicas, sociais, organizacionais ou culturais. A utilização apropriada é, por sua vez, instrumental à manutenção, garantia e melhoria do estado de saúde de cada um.

Podemos constatar que ao longo dos anos foram introduzidas várias alterações ao modelo organizativo e do funcionamento do SNS e que desde 2020, com a pandemia Covid-19, houve diversas reorganizações no SNS, alterando, assim, as condições de acesso a estes cuidados.

Neste sentido, e para o cumprimento do objetivo de prestar melhores cuidados de saúde, apostando na prevenção da doença e na promoção da saúde, foi introduzida a alteração ao modelo organizativo e do funcionamento do SNS em Unidades Locais de Saúde (ULS) nos termos do *Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro*, ou seja, as ULS vão integrar todos os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), e grande parte das funções das cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS) e os cinco hospitais do setor público administrativo, numa mesma instituição e gestão. Com esta reestruturação do SNS, são criadas 31 novas ULS, a somar às 8 que já existiam, e é preparada a extinção de mais de meia centena de entidades, cujas atribuições passaram para as ULS. É de destacar, ainda, que no *artigo n.º 5 do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto*, na sua redação atual, que aprova o Estatuto do SNS, diz o seguinte “o SNS organiza-se a nível territorial, por regiões de saúde, e a nível funcional, por níveis de cuidados, devendo os seus estabelecimentos e serviços orientar o respetivo funcionamento pela proximidade da prestação, pela integração de cuidados e pela articulação inter-regional dos serviços”. O *artigo 10.º* indica-nos, ainda, que entre as unidades de saúde do SNS, se pode contar com os agrupamentos de centros de

saúde (ACES) e os hospitais, os centros hospitalares, os institutos portugueses de oncologia e as unidades locais de saúde (ULS), integrados no setor empresarial do Estado ou no setor público administrativo. Tendo em consideração este enquadramento consideramos que o acesso aos cuidados de saúde de forma adequada, constitui-se como um dos fatores que mais influenciam a experiência de bem-estar das populações de determinado território.

Desta forma, é importante referir que com a transferência de competências da saúde para os Municípios previsto nos termos do *Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro*, na sua redação atual, o interlocutor dos municípios na área da saúde passa a ser a ULS. Este quadro de transferência de competências reconhece o importante papel que os Municípios e as entidades intermunicipais assumem neste domínio, cabendo aos Municípios a manutenção, conservação e equipamento das instalações de unidades de prestação de cuidados de saúde primários, competências de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais locais mantendo-se na esfera da Administração central todos os serviços de apoio logístico relacionados com os equipamentos médicos e, ainda, a gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente técnico das unidades funcionais.

ULS da Região de Aveiro

No que diz respeito ao concelho de Albergaria-a-Velha que integra a Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro (ULS-RA), EPE, criada através deste Decreto-Lei, que procedeu à reestruturação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE, com a integração do Hospital Dr. Francisco Zagalo – Ovar, e o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga. A ULS-RA abrange onze concelhos do distrito de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

A integração em ULS permite responder às necessidades específicas de cada indivíduo, da família e da comunidade em geral, valorizando os Cuidados de Saúde Primários e integrando respostas de saúde locais, e também as juntas de freguesia, escolas, associações e instituições particulares de solidariedade social, numa lógica de proximidade, de otimização de recursos, de ligação a distintos serviços para continuidade de prestação de cuidados. Além da promoção da saúde e prevenção da doença, pretende-se o tratamento, a prestação de cuidados e recuperação e reabilitação do doente, numa perspetiva holística e inclusiva. A capacidade de resposta dos serviços de saúde são fatores cruciais para um acesso com a qualidade necessária.

A saúde em Albergaria-a-Velha

Em Albergaria-a-Velha, no que respeita à oferta de cuidados de saúde, podemos distinguir os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde diferenciados. Em relação aos cuidados de saúde primários, existem no concelho duas Unidades de Saúde Familiar (USF), unidades operativas dos Centros de Saúde com autonomia funcional e técnica, distribuídas pelas seis freguesias do concelho (Tabela 51), nomeadamente a USF Rainha D. Tereza e a USF Beira Vouga em Albergaria, estando integradas na ULS-RA. Em relação aos cuidados de saúde diferenciados, são prestados através do Centro Hospitalar do Baixo Vouga em Aveiro (integrado na mesma ULS).

A USF Rainha D. Tereza, em funcionamento desde 2010, dispõe de instalações localizadas no edifício do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha. Em 2023 contava com

USF Rainha D. Tereza



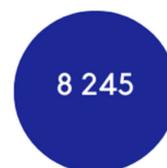
utentes inscritos

11 167 utentes inscritos e com 19 profissionais (7 médicos, 7 enfermeiros e 5 assistentes técnicos). A sua área de influência abrange a freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior. Os utentes abrangidos por esta USF têm acesso às seguintes consultas: de saúde adultos e consulta de enfermagem, consulta aberta e consulta de intersubstituição, consulta de

programas de saúde, nomeadamente consulta de vigilância de saúde infantil e juvenil, consulta de vigilância de saúde materna, consulta de planeamento familiar e rastreio oncológico, consulta de diabetes e hipertensão, consultas médicas no domicílio e cuidados de enfermagem. A consulta de Nutrição é realizada no Centro de Saúde de Águeda. A esta carteira de serviços básica, junta-se a higiene oral, a saúde pública e a educação para o parto e parentalidade. Estes serviços são disponibilizados à totalidade dos utentes inscritos, exceto o serviço domiciliário aos utentes residentes fora da área geográfica definida.

A USF Beira Vouga, em funcionamento desde 2019, é constituída por uma sede, localizada em Angeja, e um polo, localizado em Alquerubim. Esta USF dá resposta aos utentes inscritos das freguesias de Angeja, União de freguesias de São João de Loure e Frossos e Alquerubim. Em 2023 contava, com 8 245 utentes inscritos e com 14 profissionais (5 médicos, 5 enfermeiros e 4 secretários clínicos). Os dados dos Censos 2021,

USF Beira Vouga



utentes inscritos

indica-nos que a área de influência da USF Beira Vouga tem uma população residente

de 6 861 habitantes. De acordo com o seu Relatório de Atividades 2023, a USF Beira Vouga realizou 48 051 consultas a 7 080 utentes, das quais 30 919 foram consultas médicas e 17 132 foram consultas de enfermagem. Do total de consultas realizadas, 70,1% corresponderam a contactos presenciais e 29,9% a contactos não presenciais. Das 30 919 consultas médicas realizadas, 58,5% foram consultas presenciais, sendo que 41,5% correspondem a contactos sem a presença do utente. No que diz respeito às consultas de enfermagem, das 17 132 consultas realizadas, 9,2% foram contactos não presenciais, sendo que 90,8% foram consultas com a presença do utente.

Os utentes das USF podem também ser referenciados ou recorrer diretamente à Unidade de Saúde pública (USP) do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha. Esta unidade funciona no piso inferior do edifício, sendo da sua competência o planeamento da saúde, a definição de estratégias e análise de fenómenos da saúde e doença, assegurar as atividades de engenharia sanitária e de sanidade internacional, bem como apoiar tecnicamente o desenvolvimento de programas de saúde pública, designadamente dos que se destinam a ser executados pelos serviços locais de saúde pública: *“a avaliação das necessidades da população, identificação de situações vulneráveis, definição de prioridades de atuação e avaliação da execução; Vigilância epidemiológica e apoio aos sistemas de alerta e resposta dos fenómenos da saúde e da doença, incluindo o apoio laboratorial; Desenvolvimento dos modelos de atuação mais adequados por forma a melhorar a eficácia e eficiência dos serviços de saúde; Monitorização da saúde da população e dos respetivos fatores de risco e protetores; Formação e investigação em saúde”* (Decreto-Lei n.º 286/99 de 27 de Julho Estas unidades são responsáveis pelo planeamento, coordenação, monitorização e avaliação das atividades de saúde pública no âmbito dos respetivos sistemas locais de saúde. As USF devem articular com a USP colaborando no processo de recolha de informação para o controlo dos riscos de saúde pública. A consulta do viajante e a vacinação internacional ocorrem no Centro de Saúde de Aveiro.

Albergaria-a-Velha conta ainda com uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), que presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, no local de trabalho e nas escolas, a indivíduos, famílias e grupos mais vulneráveis. Esta unidade articula-se com a USF na prestação de serviços de preparação para o parto, sendo encaminhadas as grávidas a partir da 16-20 semanas de gestação de acordo com o protocolo da consulta de Saúde Materna. Atualmente há partilha de instalações, como USF Rainha D. Tereza Unidade de Saúde Pública (USP) e Unidade de Recursos Assistências Partilhados (URAP).

Importa, ainda, referir que os utentes da USF serão atendidos na Consulta Atendimento Complementar (CAC) do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha quando a USF estiver encerrada (sábados, domingos e feriados) por motivo de doença aguda, no horário das 8h-14h, aos utentes inscritos na USF Rainha D. Tereza e Beira Vouga. Durante o período restante os utentes devem dirigir-se ao serviço de urgência do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) em Aveiro ou Águeda. Em 2023, colaboraram na CAC 3 médicos, 5 enfermeiras e 4 assistentes técnicas.

A USF articula e encaminha os utentes que necessitam integrar na Rede Nacional de Cuidados Integrados (RNCCI) para o ACES de acordo com os critérios de referenciação através do preenchimento da plataforma eletrónica.

O concelho detém também uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) na freguesia da Branca e Ribeira de Fráguas, responsável pela prestação de cuidados personalizados de saúde aos utentes, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. Esta UCSP dá resposta a 6 561 utentes, dispõe de 5 médicos, 4 enfermeiros e 4 Assistentes técnicos. Dispõe de instalações próprias, na freguesia de Branca, dando resposta a utentes de outras freguesias.

Tabela 51 - Recursos de saúde

Unidades	Denominação	Freguesia
USF Rainha D. Tereza	Unidade de Saúde Familiar Rainha D. Tereza	Albergaria-a-Velha e Valmaior
USF Beira Vouga Angeja	Unidade de Saúde Familiar Beira Vouga	Angeja
USF Beira Vouga – polo de Alquerubim	Unidade de Saúde Familiar Beira Vouga	Alquerubim
UCSP Branca	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	Branca
UCC Albergaria-a-Velha	Unidade de Cuidados na Comunidade	Todas as freguesias
USP Albergaria-a-Velha	Unidade de Saúde pública (USP)	Todas as freguesias
CAC Albergaria-a-Velha	Consulta de Atendimento Complementar (CAC)	Todas as freguesias

Tabela 52 – Médicos/as por 1000 habitantes (N.º), por local de residência

Local de trabalho	2021	2022	2023
Portugal	5,6	5,8	5,8
Centro	6,4	6,6	6,6
Albergaria-a-Velha	3,0	3,1	3,1

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas do pessoal de saúde

Relativamente aos recursos humanos afetos às unidades de saúde do setor público, em 2023, o Município contava com um rácio de 3,1 médicos por 1000 habitantes, não tendo sofrido alterações significativas nos últimos 3 anos. No que diz respeito ao número de enfermeiros/as, Albergaria-a-Velha, registou um aumento destes profissionais no seu território entre 2021 e 2023. No entanto o crescimento verificado foi pouco significativo, sendo que passámos de 3,1 para 3,2 enfermeiros/as por 1000 habitantes.

Tabela 53 - Profissionais de saúde a atuar no Município

	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	41514	59773	7085	11641	60530	78477	11504	15923
Região Centro	7427	11270	1144	1848	11656	15492	2089	2749
Região de Aveiro	943	1492	240	385	1593	1948	351	467
Albergaria-a-Velha	46	79	16	20	52	83	18	24

Fonte: INE – Portugal, profissionais de saúde

Tabela 54 – Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º), por local de residência

Local de trabalho	2021	2022	2023
Portugal	7,6	7,7	7,7
Centro	8,8	9,2	9,2
Albergaria-a-Velha	3,1	2,9	3,2

Fonte: INE – Portugal, Enfermeiros por local de trabalho

No Município existem, 9 farmácias, que abrangem todas as freguesias do concelho. Em termos de recursos humanos afetos, em 2023, o concelho conta com 22 farmacêuticos registados como ativos na Ordem dos Farmacêuticos (Fonte, INE).

Tabela 55 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis

Farmácias	2022	2023
	N.º	N.º
Portugal	2 921	2 920
Centro	9560	560
Albergaria-a-Velha	9	9

Fonte: INE – Portugal, Estatística das Farmácias

Em suma, se por um lado, queremos uma melhoria contínua dos cuidados de saúde para alcançar uma melhor qualidade de vida e promover estilos de vida saudáveis, queremos igualmente promover um uso adequado ao sistema de saúde e fomentar a literacia em saúde, prestando informações claras e concisas sobre conteúdos como a prevenção, o diagnóstico e tratamento, mas também sobre a forma como utilizamos os nossos recursos em saúde, tornando-se fundamental que os utentes tenham acesso a estas informações, sobre como utilizar os cuidados de saúde, assim como o funcionamento dos sistemas de referência e triagem.

Constatámos também que as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde primários por parte da população, especificamente pela população mais velha é um dos problemas destacados como prioritários pelos membros do CLAS. Este problema tem um impacto negativo na vida das pessoas, afetando a sua qualidade de vida e coloca em causa as políticas de saúde pública implementadas nas áreas da prevenção e educação para a saúde.

Crianças e Jovens

Albergaria-a-Velha é Município Amigo das crianças, pelo conjunto das suas políticas e ações promotoras dos seus direitos, nomeadamente: da educação, saúde, segurança e bem-estar. De acordo com o *art.º 28.º e 29.º* da Convenção dos Direitos da Criança (adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990), a criança tem direito à educação e o Estado tem de assegurar o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades, devendo respeitar os direitos consagrados e a dignidade da criança, assim como promover o seu desenvolvimento integral.

Educação

Em matéria de educação e da organização do sistema educativo destaca-se a Lei Bases do Sistema Educativo (LBSE), aprovada pela *Lei n.º 46/86, de 14 de outubro*, que estabelece o quadro geral do sistema educativo nacional, garantindo a igualdade no acesso à escola pública, bem como a promoção do sucesso escolar, através de medidas de aplicação universal. Assim, como o previsto na legislação, o sistema educativo compreende três níveis de educação e de ensino: a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário, sendo a escolaridade obrigatória dos seis aos dezoito anos, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino. Importa referir a existência de ofertas educativas dirigidas aos alunos a partir dos dezoito anos, como por exemplo os cursos de educação e formação para adultos. Relativamente às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, beneficiam de condições especiais regidas por legislação própria e quando as primeiras dificuldades são detetadas podem também ser adotadas medidas específicas no âmbito dos percursos escolares dos alunos, que visam a prevenção do abandono escolar precoce e do insucesso escolar.

As autarquias, nos últimos anos, têm tido um papel fundamental para a melhoria e diversificação da oferta educativa pública, tal como a expansão da rede de Educação Pré-escolar, na construção de equipamentos escolares dotados das valências necessárias ao desenvolvimento dos projetos educativos, na organização dos transportes, na implementação da escola a tempo inteiro, providenciando as refeições escolares, recursos humanos (pessoal não docente), entre outras competências transferidas (*Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, art. 6.º*).

Nesta atualização do DS de Albergaria-a-Velha, no que diz respeito à educação, pretende-se apresentar a caracterização da população escolar e do parque escolar de Albergaria-a-Velha. Neste ponto pretende-se fazer uma análise dos dados recolhidos, apresentando um diagnóstico geral da população escolar discente e da rede educativa, bem como a apresentação das dinâmicas de desempenho escolar e das medidas socioeducativas promovidas pelo Município.

Caracterização do ensino não superior: ensino público, ensino privado e rede solidária

O concelho de Albergaria-a-Velha tem disponíveis dois tipos de oferta formativa, pública gratuita até aos dezoito anos, uma rede privada lucrativa e uma rede privada não lucrativa, financiada pelo estado e promovida por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A estrutura organizacional da rede escolar pública integra, atualmente, dois agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha (AEAAV) e o Agrupamento de Escolas da Branca (AEB). Quanto à rede privada de educação e ensino, fazem parte o Colégio de Albergaria, o Conservatório de Música da Associação de Jovens da Branca (JOBRA) e oito IPSS.

Relativamente ao AEAAV, com sede na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha (ES), é constituído por quinze estabelecimentos de educação e ensino, nomeadamente seis Jardins de Infância, quatro Escolas Básicas do 1.º CEB, dois Centros Escolares (CE), a Escola Básica (EB) Integrada de S. João de Loure (com o 1.º, 2.º e 3.º CEB), a EB de Albergaria-a-Velha (com 1.º e 2.º CEB) e a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha (com 3.º CEB e ensino secundário). Este agrupamento de escolas apresenta a área geográfica de influência de maior dimensão, acolhendo crianças e jovens das freguesias de Angeja, Alquerubim, Albergaria-a-Velha e Valmaior e S. João de Loure e Frossos. Importa referir que fazem parte das instalações e equipamentos deste agrupamento salas de informática e de estudo devidamente equipadas, biblioteca escolar, reprografia e papelaria, bar e cantina e um espaço de apoio ao aluno.

De salientar que no âmbito da oferta educativa do AEAAV incluem-se também o ensino profissional, alternativa ao percurso regular de ensino secundário, que permite aos jovens, por um lado, a concretização da escolaridade obrigatória por percursos diferenciados, por outro lado a aquisição de competências profissionais num modelo de dupla certificação. No AEAAV existem os seguintes planos de estudos e as saídas profissionais de cada curso:

- Técnico Multimédia

- Técnico Gestão Programação Sistemas Informação
- Técnico de Manutenção Industrial
- Técnico Comercial
- Técnico Auxiliar Saúde
- Técnico de Recursos Florestais e Ambientais

Além do ensino profissional, neste agrupamento, encontra-se também disponível um conjunto de ofertas educativas dirigidas aos jovens e adultos com idade igual ou superior a dezoito anos e que pretendem dar continuidade ao seu percurso de qualificação ou que procurem melhorar a sua situação face ao mercado de trabalho. Esta oferta educativa está disponível através do Centro Qualifica, com os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), que permitem o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação (*Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro - versão consolidada*). Além dos cursos EFA, existe também a possibilidade da certificação de competências, o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) que permite validar e certificar as competências desenvolvidas ao longo da vida através de vias formais, não-formais e informais para efeitos de obtenção de uma qualificação. Este tipo de oferta, permite, responder às necessidades de qualificação de adultos com baixa escolaridade ou iletrados ou com níveis de literacia insuficientes. O Centro Qualifica tem também disponível um conjunto de Formações Modulares Certificadas (FMC), organizadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD). É igualmente um centro de referencia para a aprendizagem de língua portuguesa aos imigrantes que pretendem qualificar-se para ingressar no mercado de trabalho.

O AEB tem sede na Escola EB 2,3 da Branca e integra estabelecimentos de educação e ensino distribuídos pelas freguesias da Branca e de Ribeira de Fráguas. No total, fazem parte deste agrupamento onze estabelecimentos, constituído por cinco Jardins de Infância, quatro Escolas Básicas do 1.º CEB, um Centro Escolar e a Escola Sede do agrupamento (com 2.º e 3.º CEB). Os estabelecimentos do AEB possuem diferentes equipamentos, como salas de atividades, biblioteca escolar, cozinha e refeitório e recreio.

Quanto aos estabelecimentos de ensino assegurada pela Rede Particular Não Lucrativa ou Solidária que abrange a Educação Pré-escolar, é formada por nove instituições que oferecem resposta ao nível EPE, estando todas as freguesias servidas

pela rede de estabelecimentos de EPE. O AEA AV integra sete Jardins de Infância (JI) e os Centros Escolares (CE) de Alquerubim e de Angeja. No AEB contabilizam-se seis JI. Todos os estabelecimentos públicos de EPE possuem uma sala polivalente, aquecimento e recreio exterior. Ao nível da rede de EPE privada, são oito os estabelecimentos que oferecem esta resposta: oito IPSS e o Colégio de Albergaria. Relativamente à rede de IPSS envolvidas na prestação deste tipo de resposta são: Associação para o Desenvolvimento Sociocultural da Branca (PROBRANCA); Centro Social e Paroquial de St. ^a Eulália de Vale Maior (C.S.P. St. ^a Eulália); Creche Helena Albuquerque Quadros; AHMA; Centro Social e Paroquial de S. Vicente da Branca (C.S.P. de S. Vicente da Branca); Associação de Infância D.^a Teresa e Associação de Solidariedade Social de Alquerubim (ASA).

Relativamente ao Colégio de Albergaria, este é um estabelecimento de ensino privado com Contrato de Associação para alguns níveis de ensino e com oferta educativa para a EPE e para os três ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário.

Em relação ao Conservatório de Música da JOBRA existe também uma vasta oferta formativa ao nível do ensino artístico em regime articulado que integra a escola profissional de artes performativas *Art'J*, bem como a *Escola de ensino profissional Academia de Desporto da Jobra, ADJ recentemente autonomizada*. As ofertas de Ensino Profissional disponíveis, de dupla certificação (12.^o ano e *Diploma Profissional de nível IV*) são as seguintes:

- Curso Profissional de Técnico/a de Produção e Tecnologias da Música
- Curso Profissional de Instrumentista de Cordas e de Tecla
- Curso Profissional de Instrumentista de Jazz
- Curso Profissional de Instrumentista de Sopro e de Percussão
- Curso Profissional de Intérprete de Dança Contemporânea
- Curso Profissional de Intérprete/Ator/Atriz
- Curso Profissional de Técnico de Desporto

Esta instituição funciona no edifício do Centro Cultural da Branca, situado na Freguesia da Branca. Os equipamentos foram especialmente concebidos para o ensino artístico (Música, Dança e Teatro) e possuem cerca de trinta salas de aulas, uma sala de ensaios para Orquestra, um Auditório com capacidade para 180 pessoas, acessos para pessoas com deficiência, zonas de convívio e lazer (um pavilhão gimnodesportivo, uma piscina municipal e um campo de jogos), bem como espaços de gestão administrativa e

pedagógica. As instalações desportivas e culturais municipais existentes nesse local são partilhadas com o Agrupamento de Escolas de Branca e outras coletividades locais.

No total, em Albergaria-a-Velha existem trinta e cinco estabelecimentos de ensino (incluindo a rede solidária/ privada), abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Profissional, cobrindo, assim, integralmente, as necessidades educacionais da população infantil e juvenil do concelho, existindo também dois centros de recursos para a inclusão no âmbito das medidas educativas adicionais em ambos os agrupamentos de escolas. e Ensino Articulado. De acordo com a Portaria nº 255/2021, de 17 de novembro, a rede escolar encontra-se organizada da forma apresentada nas tabelas seguintes:

Tabela 56 - Organização dos Agrupamentos de Escolas

Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha	EPE	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	Secundário
Jardim de Infância de São João de Loure	X				
Jardim de Infância do Pinheiro	X				
Escola Básica do Sobreiro	X	X			
Escola Básica São João de Loure		X	X	X	
Escola Básica de Santo António	X	X			
Escola Básica da Igreja		X			
Escola Básica da Cruzinha		X			
Escola Básica de Angeja (CE)	X	X			
Escola Básica da Avenida	X	X			
Escola Básica de Alquerubim (CE)	X	X			
Escola Básica de Albergaria-a-Velha		X	X		
Escola Secundária de Albergaria-a-Velha				X	X
Agrupamento de Escolas da Branca					
	EPE	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	-
Jardim de Infância de Telhadela	X				
Jardim de Infância de Fradelos	X				
Jardim de Infância do Campo	X				
Jardim de Infância de Soutelo	X				
Escola Básica do Souto					
Escola Básica de Laginhas (CE)		X			
Escola Básica de Fradelos	X	X			
Escola Básica do Campo		X			
Escola Básica de Albergaria-a-Nova		X			
Escola Básica da Branca			X	X	

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Tabela 57 – Listagem das escolas Rede Privada não lucrativa (IPSS) e rede particular

Rede Particular Não Lucrativa (IPSS)	EPE	Localização
PROBRANCA	X	Freguesia da Branca
CSP Sta. Eulália	X	Freguesia Albergaria-a-Velha e Valmaior
Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros	X	Freguesia de Angeja
AHMA	X	Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior
C.S.P. de S. Vicente da Branca	X	Freguesia da Branca
Associação de Infância D.ª Teresa	X	Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior
ASA	X	Freguesia de Alquerubim
CEDIARA	X	Freguesia da Ribeira de Fráguas
Rede Particular Lucrativa		
Colégio de Albergaria	X	Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior

Fonte: Município

de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Importa efetuar uma breve análise da evolução do número de crianças e jovens matriculados no período compreendido entre o ano letivo 2014/2015 e de 2022/2023 na rede escolar de AAV. Neste período, observa-se uma tendência de decréscimo gradual até 2020/2021 (menos 319 crianças e jovens a frequentar a escola). No ano letivo 2022/2023, este valor fixou-se em 3765 alunos, demonstrando uma ligeira subida (mais 145 crianças e jovens a frequentar a escola) face ao ano letivo de 2020/2021.

Tabela 58 - Alunos/as matriculados/as no ensino não superior (Nº) por localização geográfica, nível de ensino e natureza institucional

Natureza institucional		Total	Público	Privado
2022 / 2023	Albergaria-a-Velha	3 765	2 829	936
2021 / 2022	Albergaria-a-Velha	3 625	2 689	936
2020 / 2021	Albergaria-a-Velha	3 620	2 673	947
2019 / 2020	Albergaria-a-Velha	3 714	2 760	954
2018 / 2019	Albergaria-a-Velha	3 797	2 773	1 024

2017 / 2018	Albergaria-a-Velha	3 833	2 766	1 067
2016 / 2017	Albergaria-a-Velha	3 858	2 760	1 098
2015 / 2016	Albergaria-a-Velha	3 850	2 758	1 092
2014 / 2015	Albergaria-a-Velha	3 939	2 766	1 173

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Tabela 59 - Alunos matriculados, por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação e ano letivo – Público e Privado

ANO LETIVO

	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	2021/ 2022	2022/ 2023	2023/ 2024
Albergaria-a-Velha	3967	3939	3850	3858	3833	3797	3714	3620	3625	3765	3520
Educação Pré-Escolar	663	626	633	613	587	559	570	577	613	672	660
Ensino Básico	2439	2436	2366	2338	2284	2264	2194	2145	2139	2128	2007
1º Ciclo	999	1016	998	984	968	912	894	845	847	831	873
2º Ciclo	584	540	487	512	539	556	507	498	523	494	428
3º Ciclo	856	880	881	842	777	796	793	802	769	803	706
C. artísticos especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Vocacionais (duais)	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. de Educação e Formação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percursos curriculares alternativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

P. integrado de educação e formação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
C. EFA	-	-	-	-	-	21	-	16	16	-	-	
Processos RVCC	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
F. Modulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ensino Secundário	865	877	851	907	962	974	950	898	873	965	853	

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Educação pré-escolar

A educação pré-escolar, considerada a primeira etapa da educação básica, e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso na escolaridade obrigatória e é frequentada em estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, solidária ou privada, sob tutelado Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI). A sua frequência é facultativa, pressupondo-se a breve prazo a obrigatoriedade de frequência da EPE para crianças no ano que antecede o ingresso no 1º CEB. Considerando-se que cabe, primeiramente, à família a educação dos filhos, o Estado tem o papel de contribuir para a universalização desta oferta, assegurando uma verdadeira igualdade de oportunidades, consagrada na *Lei nº 65/2015, de 3 de julho*. Este nível de ensino desempenha um papel significativo no desenvolvimento infantil, sobretudo ao nível da aquisição de regras e da aprendizagem relativa às relações interpessoais. Neste sentido, o Estado tem o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar, capaz de estimular e eficaz a contrariar os efeitos adversos do contexto em que muitas crianças crescem, e permitir a frequência de todas as crianças em regime de gratuidade. Tal como foi referido anteriormente todas as freguesias do concelho de Albergaria-a-Velha se encontram abrangidas por esta rede EPE.

Tabela 60 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Nível de ensino e Natureza institucional

ENSINO PRÉ- ESCOLAR

Localização geográfica	TOTAL			PÚBLICO			PRIVADO		
	2022 / 2023 N.º	2021 / 2022 N.º	2020 / 2021 N.º	2022 / 2023 N.º	2021 / 2022 N.º	2020 / 2021 N.º	2022 / 2023 N.º	2021 / 2022 N.º	2020 / 2021 N.º
Portugal	265 025	259 030	251 060	144 363	140 218	135 372	120 662	118 812	115 688
Centro	39 801	38 611	37 215	23 017	21 754	20 647	16 784	16 857	16 568
Albergaria-a-Velha	672	613	577	330	308	279	342	305	298

Fonte: INE, Portugal, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Tabela 61 - Crianças inscritas na educação pré-escolar, por natureza de ensino (N.º) ano letivo 2023/2024

Estabelecimento	Estabelecimentos	N.º de Salas	N.º de Alunos
Agrupamento de Escolas de AAV	7	9	211
Agrupamento de Escolas da Branca	6	7	117
Rede Solidária - IPSS	8	15	311
Rede Privada – Colégio de AAV	1	2	21
	Total de Salas	33	660

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

No ano letivo 2022/2023, das 672 crianças matriculadas na educação pré-escolar, 330 estavam inscritas em estabelecimentos de ensino público, 342 em jardins de infância privados da rede solidária, observando-se um ligeiro crescimento em relação ao ano letivo anterior (2021/2022).

Estes dados indicam-nos que a educação pré-escolar constitui o nível de educação em que o ensino privado reparte, quase em partes idênticas, o número de crianças inscritas no ensino público, evidenciando a importância da rede privada solidária (IPSS), garantindo a existência desta rede em todas as freguesias. Apesar de facultativa a frequência neste nível de educação, são elevadas as taxas de pré-escolarização em Albergaria-a-Velha, ou seja, no que respeita às crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos, e de acordo com os dados mais recentes do INE, verifica-se que entre os anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, a taxa bruta de pré-escolarização manteve a tendência de subida no concelho, quando comparada com a taxa de Portugal, atingindo os 102% no ano letivo 2022/2023, e os 96,2% no ano letivo 2021/2022.

Tabela 62 - Taxa bruta de pré-escolarização (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Localização geográfica	2021 / 2022	2022 / 2023
	HM %	
Portugal	98,3	99,4
Centro	101,5	104,3
Albergaria-a-Velha	96,2	102,0

Fonte: INE, Portugal, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Ensino básico e secundário

O ensino básico inicia o percurso de educação formal, o qual se deve prolongar num processo de formação ao longo da vida. Este nível de ensino visa assegurar aos alunos uma formação geral comum, tendo em vista o prosseguimento de estudos de nível secundário, de acordo com os princípios, valores e áreas de competências previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. O ensino básico está dividido por três ciclos: 1.º ciclo com uma duração de quatro anos, o início da escolaridade obrigatória; o 2.º ciclo de dois anos e o 3.º ciclo de três anos.

Relativamente ao 1.º ciclo fazem parte dez Escolas Básicas (EB) e três Centros Escolares (CE). O Colégio de Albergaria, que pertence à rede escolar privada, também

possui esta resposta. A distribuição dos alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico (Tabela 63 – 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo), são próximas às registadas nos anos letivos anteriores havendo apenas uma variação de mais 42 matrículas do ano letivo 2022/2023 para o ano letivo 2023/2024 e menos 16 matrículas no ano letivo 2022/2023 para o ano letivo 2021/2022.

Tabela 63 - Escolas do 1.º Ciclo de Ensino Básico 2023/2024

Estabelecimento	Estabelecimentos	N.º de Salas	N.º de Alunos
Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha	9	32	624
Agrupamento de Escolas da Branca	5	12	212
Rede Privada - Colégio de Albergaria	1	4	37
	Total de Salas	48	873

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha- Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Tabela 64 - alunos/as matriculados/as (nº), por Ensino Básico – 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo

Ensino Básico

Ano	1.º Ciclo				2.º Ciclo				3.º Ciclo			
	23/24	22/23	21/22	20/21	23/24	22/23	21/22	20/21	23/24	22/23	21/22	20/21
Portugal	-	388 316	374 620	373109	-	210345	212914	21006 4	-	34678 8	342789	34286 9
Centro	-	56 050	53 418	52 750	-	30241	30241	29390	-	50088	48990	48962
Albergaria-a-Velha	873	831	847	845	477	523	523	498	801	803	769	802

Fonte: INE, Portugal, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No que diz respeito aos equipamentos do 2.º e 3.º CEB, contamos com cinco estabelecimentos de ensino, quatro públicos e um privado, o Colégio de Albergaria. Relativamente aos estabelecimentos públicos, três pertencem ao AEA AV, a EB de Albergaria-a-Velha, a Escola Básica de S. João de Loure e a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha e um ao AEB, a EB da Branca. A oferta educativa nestes dois ciclos de ensino é diversificada, uma vez que, para além da oferta de ensino regular e vocacional em ambos os agrupamentos, existe ainda a possibilidade de os alunos frequentarem o ensino articulado de Música e Dança na EB da Branca, através de um

protocolo estabelecido com o Conservatório de Música da JOBRA. Relativamente à distribuição dos alunos inscritos no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico (Tabela 63 – 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo), no total registaram-se menos 48 matrículas no ano letivo 2023/2024 para o ano letivo 2022/2023, apresentando um decréscimo com particular evidência no 2.º ciclo de ensino, com menos 46 das matrículas face ao ano letivo anterior.

De acordo com os dados dos CENSOS 2021, a taxa bruta de escolarização no ensino básico, tem vindo a aumentar nos últimos anos. Esta taxa cresceu no município cerca de 3,4% entre o ano letivo 2020/2021 e 2022/2023. Contudo o valor permanece abaixo da média nacional e da região Centro, conforme nos mostra a tabela seguinte.

Tabela 65 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) por localização geográfica

	2022/2023	2021/2022	2020/2021
Portugal	112,0	110,4	108,4
Centro	112,1	108,9	106,5
AAV	106,3	103,9	102,9

Fonte: INE – Anual - INE, Indicadores demográficos

Relativamente ao ensino secundário que compreende três anos de escolaridade (10.º, 11.º e 12.º anos), de acordo com a LBSE, têm acesso a este nível de escolaridade todos os alunos que completem com aproveitamento o ensino básico. As ofertas educativas e formativas deste nível de ensino visam proporcionar aos alunos aprendizagens diversificadas, de acordo com os seus interesses, com vista ao prosseguimento de estudos e/ou para a sua inserção no mercado de trabalho. Assim sendo, as ofertas educativas e formativas do ensino secundário encontram-se organizados em diferentes vias de educação e formação, que incluem: Cursos científico-humanísticos (ensino regular); Cursos profissionais; Cursos Tecnológicos e de Ensino Artístico Especializado e Cursos com Planos de Estudo Próprios. É de referir que cada oferta educativa é regulada por portaria.

Em Albergaria-a-Velha no ano letivo 2022/2023, observaram-se mais 67 alunos/as matriculados no ensino secundário do que em 2020/2021, sendo que o número passou de um total de 898 para 965.

De acordo com os últimos dados do INE, referentes ao ano letivo 2021/2022 neste nível de ensino, aproximadamente 42,8% dos alunos estavam inscritos em cursos científico-

humanísticos. Do total de alunos matriculados no ensino secundário nesse ano (844), sensivelmente 57,2% optaram por frequentar um curso profissional (483).

Os cursos profissionais continuam a ser a modalidade dominante de formação de dupla certificação no âmbito do ensino secundário, tendo registado um aumento no número de matrículas ao longo dos anos, com 535 no ano 2023/2024 e 501 no ano 2022/2023 de acordo com os dados do Serviço de Educação do Município. Estes resultados evidenciam uma crescente valorização da aprendizagem mais prática, associada a uma profissão, uma vez que os alunos realizam a sua formação na escola e em contexto laboral, e que os apoios disponibilizados através do financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE +) e o Estado Português (o PESSOAS 2030) têm tido um impacto significativo no sistema educativo no nosso concelho.

Tabela 66 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Ensino Secundário									
Localização geográfica	Total			Público			Privado		
	2022 / 2023	2021 / 2022	2020 / 2021	2022 / 2023	2021 / 2022	2020 / 2021	2022 / 2023	2021 / 2022	2020 / 2021
	N.º								
Portugal	394 964	397 100	393 689	296 371	298 304	297 933	98 593	98 796	95 756
Centro	59 035	59 736	58 916	45 323	46 206	46 217	13 712	13 530	12 699
Albergaria-a-Velha	965	873	898	575	479	512	390	394	386

Fonte: Fonte: INE – Portugal Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior

Tabela 67 - Alunas/os matriculadas/os no ensino secundário em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) por Localização geográfica

Localização geográfica	2021/2022							
	Total	Ens. regular	C.º gerais/ Científico humanísticos	C. tecnológicos	Ensino artístico	C. Profissionais	C. de educação e formação	C. vocacionais
Portugal	347 018	212 623	209 333	3 290	2 798	113 750	17 381	466
Centro	51 555	30 443	30 411	32	122	19 289	1 701	-

⁶ Legenda- Ens. – Ensino; C. Curso

Albergaria-a-Velha	844	361	361	-	-	483	-	-
---------------------------	-----	-----	-----	---	---	-----	---	---

Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Relativamente à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, conforme constante na tabela 67, entre os anos letivos 2022/2023 e 2021/2022, regista-se um aumento de 8,6%, no concelho de Albergaria-a-Velha.

Entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 houve um decréscimo residual desta taxa que contrariou a tendência do aumento a nível nacional.

Da análise genérica a todas as taxas brutas de escolarização nos diferentes níveis de ensino, pode concluir-se que o concelho apresenta um aumento dos valores por ano letivo, o que poderá evidenciar um maior reconhecimento da escolarização e/ou melhoria do sistema de ensino.

Tabela 68 - Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Localização geográfica	2022 / 2023	2021 / 2022	2020 / 2021
Portugal	126,8	126,9	124,3
Centro	129,9	130,0	126,8
Albergaria-a-Velha	128,0	119,4	121,5

Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Sucesso educativo

No que respeita a resultados escolares, as taxas de retenção e desistência, representa a taxa de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte por falta de aproveitamento, ou por se encontrarem numa situação de desistência escolar (por razões de abandono, anulação da matrícula e exclusão por excesso de faltas). Em Albergaria-a-Velha, esta taxa tem diminuído, ao longo dos anos, em todos os ciclos de ensino.

No ano letivo 2022/2023, a taxa de retenção e desistência no ensino básico em Albergaria-a-Velha foi apenas de 3%. Note-se que o valor era de 8,1% no ano letivo 2013/2014, observando-se desta forma um decréscimo de 5,1% em apenas dez anos. Esta evolução apesar de ser bastante significativa foi inferior à registada em Portugal

(6,2%) e na região Centro (5,4%) no mesmo período. Ainda assim os números do concelho relativamente a este indicador, à exceção do ano letivo de 2014/2015, foram sempre inferiores à média nacional.

Já a taxa de retenção e desistência no ensino secundário em Albergaria-a-Velha baixou de 19,2% para apenas 6,9% no mesmo período. Com este decréscimo o município melhorou bastante o desempenho relativamente a este indicador tendo em consideração que em 2013/2014 registava um valor superior a Portugal (18,5%) e à região Centro (17%), o que já não aconteceu em 2022/2023. Nesse ano letivo a taxa de retenção e desistência foi de 6,9% no município, valor abaixo dos 9,8% e dos 7,6% observados em Portugal e na região Centro respetivamente.

Apesar da evolução observada, os valores da taxa de retenção e desistência no ensino secundário são bastante mais altos que os da taxa de retenção e desistência do ensino básico, tendência que se verifica desde o ano letivo de 2014/2015 em todos os níveis geográficos por nós considerados.

Em suma, no ano letivo de 2022/2023 as taxas de retenção e desistência atingem os seguintes níveis no concelho de Albergaria-a-Velha:

- 3,0% no Ensino Básico;
- 0,6% no 1.º ciclo;
- 0,8% no 2.º ciclo;
- 6,8% no 3.º ciclo;
- 6,9% no Ensino Secundário.

Taxas de retenção e desistência



Atingem os valores mais baixos de sempre

Estes valores, os mais baixos de sempre, poderão ser reflexo das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória ao 12.º ano, bem como consequência das políticas educativas municipais, no esforço das escolas na promoção do sucesso escolar, na melhoria da oferta educativa e dos recursos disponíveis.

Tabela 69 - Taxa de analfabetismo (%) por local de residência

	2011	2021
Portugal	5,22	3,08
Centro	6,38	3,65
AAV	4,21	2,29

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, 2011/2021

Tabela 70 - Taxa de Retenção e desistência por ano letivo: ensino Básico, 2013 a 2023

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Portugal	10,0	7,9	6,6	5,5	5,1	3,8	2,2	3,1	3,1	3,8
Centro	8,4	6,7	5,2	4,6	4,0	2,6	1,5	2,3	2,3	3,0
AAV	8,1	8,4	5,2	2,5	2,3	1,3	0,9	2,1	1,6	3,0

Tabela 71 - Taxa de Retenção e desistência, por ano letivo: ensino Secundário, 2013 a 2023

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Portugal	18,5	16,6	15,7	15,1	13,9	13,1	8,5	8,3	8,6	9,8
Centro	17,0	14,9	13,6	13,1	11,6	10,7	6,5	6,5	6,8	7,6
AAV	19,2	15,9	11,6	10,4	10,4	5,7	8,3	5,3	5,7	6,9

Tabela 72 - População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos) (N.º) por local de residência

2021

Portugal	292809
Centro	75162
AAV	523

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, 2011/2021

Tabela 73 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica

Local de residência	Ensino básico			1.º Ciclo			2.º Ciclo			3.º Ciclo		
	22 / 23	21 / 22	20 / 21	22 / 23	21 / 22	20 / 21	22 / 23	21 / 22	20 / 21	22 / 23	21 / 22	20 / 21
Portugal	3,8	3,1	3,1	1,9	1,8	2,1	3,6	3,1	3,3	6,2	4,5	4,3
Centro	3,0	2,3	2,3	1,7	1,5	1,5	2,6	2,2	2,3	4,8	3,2	3,1
Albergaria-a-Velha	3,0	1,6	2,1	0,6	0,1	0,4	0,8	0,8	0,8	6,8	3,7	4,6

Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

A taxa de transição/conclusão no ensino secundário, situa-se em 2022/2023 nos 93,1%, mais 2,9 pontos percentuais do que no país. Embora estes valores representem, uma

taxa de sucesso bastante elevada, importa sempre melhorar, uma vez que esta taxa já teve um valor mais elevado no ano letivo de 2020/2021.

Tabela 74 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Localização geográfica	2020/2021	2021/2022	2022/2023
	%	%	%
Portugal	3,1	3,1	3,8
Centro	2,3	2,3	3,0
Albergaria-a-Velha	2,1	1,6	3,0

Fonte: INE: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciências

Tabela 75 - taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%), por localização geográfica (NUTS2024)

Localização geográfica	2020/2021	2021/2022	2022/2023
	%	%	%
Portugal	96,9	96,9	96,2
Centro	97,7	97,7	97,0
Albergaria-a-Velha	97,9	98,4	97,0

Fonte: INE: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciências

Tabela 76 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Localização geográfica	2022 / 2023	2021 / 2022	2020 / 2021
	%	%	%
Portugal	90,2	91,4	91,7
Centro	92,4	93,2	93,5
Albergaria-a-Velha	93,1	94,3	94,7

Fonte: INE: Anual - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

O nível de escolaridade da população portuguesa tem vindo a alterar-se durante a última década, de acordo com os dados dos Censos 2021, ou seja, na última década,

o nível de escolaridade aumentou significativamente, reduzindo-se o número de pessoas sem qualquer nível de escolaridade, com um aumento da população com ensino superior e com o ensino secundário. Os dados dos Censos 2021, revelam que a população residente com o ensino superior em Albergaria-a-Velha é de 2 989 indivíduos, representando 12,03% da população total, acima dos 8,05% registados em 2011.

Tabela 77 - População Residente com o Ensino Superior Completo (Nº) por local de residência

	2011	2021
Portugal	1 245 744	1 782 888
Centro	243 639	342 660
AAV	2034	2989

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, 2011/2021

Em 2021, o número de pessoas com 10 ou mais anos que não sabiam ler nem escrever, em Portugal era de 292,890, facto que se traduz numa taxa de analfabetismo de 3,08%. Esta taxa continua a decrescer no país, dado que em 2011 era de 5,22%. Em Albergaria-a-Velha, registou-se o valor de 2,29%, em 2021, abaixo dos 4,21% registados dez anos antes pelo INE. Desta forma o município permanece com uma taxa de analfabetismo inferior à registada em Portugal e na região Centro. Ainda assim em termos absolutos, em 2021, o município continua a ter 523 pessoas com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever.

Apoios Municipais Complementares

Ação Social Escolar

Em matéria de Ação Social Escolar (ASE), o Município de Albergaria-a-Velha, assegura um conjunto de medidas de apoio escolar aos alunos e famílias, em função das suas necessidades, a serem aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória, entre os quais assumem particular importância os apoios socioeducativos *Despacho n.º 8452-A/2015* regula as condições de aplicação destas medidas nas diferentes modalidades), nomeadamente no fornecimento de refeições, na comparticipação dos manuais escolares e material didático, o transporte escolar e outros apoios prestados em parcerias com outras entidades, tais como o Serviço de Atividades de Animação e

Apoio à Família (CAF), as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Com a implementação destas medidas, pretende-se criar condições para a aprendizagem, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso à escola, combater o abandono escolar e facilitar o sucesso escolar por parte de todos os alunos, que se encontram numa situação de vulnerabilidade social, abrangendo os alunos que frequentam o ensino público pré-escolar, básico e secundário. É da responsabilidade da autarquia, a atribuição do apoio social escolar para os alunos da Educação Pré-Escolar, 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico. Relativamente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, de acordo com o *Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro*, mantém-se a responsabilidade de atribuição nos Agrupamentos de Escolas.

Os critérios para a atribuição destes apoios têm por base o valor do abono de família do aluno em questão. Portanto, os três primeiros escalões do abono de família equivalem aos três escalões da ASE: A, B e C, que são atualizados, anualmente, por Despacho do Ministério da Educação. Assim, quem beneficia de apoio social escolar no ano letivo 2023, a refeição é gratuita para o escalão A (escalão 1 do abono de família) e para o escalão B (escalão 2 do abono de família) os alunos pagam diariamente 0,73€ pela refeição. As refeições para os alunos que não beneficiam de qualquer escalão, tem um custo de 1,46€ por refeição.

Em Albergaria-a-Velha o número de alunos apoiados no escalão A tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos havendo, assim, 382 alunos com atribuição de escalão A no ano letivo de 2023/2024 quando comparado com o ano letivo 2022/2023 (491). O número de alunos apoiados no escalão B também diminui em relação ao ano letivo anterior, 357 no ano letivo 2023/2024 e de 370 no ano 2022/2023.

Diminuição alunos



escalão A e B

Tabela 78 - Ação Social Escolar, N.º de alunos com escalão A e B, 2022/2023

AE	Nº de Alunos Subsidiados 2022/2023
----	------------------------------------

	Pré-Escolar			1.º Ciclo			2.º Ciclo			3.º Ciclo			Ensino Secundário		
	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
AEEAV	60	28	88	104	96	200	90	54	144	133	68	201	23	35	58
AEB	17	13	30	26	23	49	17	19	36	21	34	55	-	-	-
TOTAL	77	41	118	130	119	249	107	73	180	154	102	256	23	35	58

Tabela 79 - Ação Social Escolar, N.º de alunos com escalão A e B, 2023/2024

AE

N.º de Alunos Subsidiados 2023/2024															
	Pré-Escolar			1.º Ciclo			2.º Ciclo			3.º Ciclo			Ensino Secundário		
	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total	A	B	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
AEEAV	54	27	81	110	99	209	46	46	92	78	69	147	12	37	49
AEB	17	13	30	28	20	48	12	19	31	25	27	52	-	-	-
TOTAL	71	40	111	138	119	257	58	65	123	103	96	199	12	37	49

É de sublinhar que nesta análise não foi contemplado os alunos dos cursos profissionais, uma vez que os mesmo beneficiam de subsídios e abonos, através do financiamento do Programa Operacional para o Potencial Humano (POPH).

Transportes Escolares

O Município de Albergaria-a-Velha, comparticipa, a totalidade da despesa com o passe escolar dos alunos, garantindo, assim, o acesso à educação a todos os alunos, independentemente do local da sua residência ou da sua situação socioeconómica. Neste sentido, compete à Câmara municipal coordenar e articular com as escolas e a Comunidade Intermunicipal para posterior contratualização e ajustes com as empresas

transportadoras. Assim sendo, a partir do ano 2023 o transporte de crianças e jovens dos diferentes estabelecimentos de educação e ensino do Concelho tem sido assegurado pela empresa “BusWay” - Região de Aveiro, transporte público rodoviário que opera no Município de Albergaria-a-Velha, abrangendo o território da comunidade intermunicipal à qual o Município pertence.

Além do transporte escolar descrito anteriormente, o Município assegura também o transporte de crianças e jovens em idade escolar com medidas educativas específicas para os estabelecimentos de ensino e centros de formação, dentro e fora do concelho. Apesar de o transporte de crianças e jovens com necessidades especiais ser uma competência do Ministério da Educação, o Município de Albergaria-a-Velha assumiu este serviço de transporte por já possuir viaturas adaptadas a este tipo de público, reforçando o apoio junto das crianças com necessidades de suporte à aprendizagem e inclusão, assumindo uma política de apoio social nesta área. No ano letivo 2024/2025 o Município tem assegurado o transporte de 45 alunos com necessidades educativas especiais, sete dos quais para fora do concelho.

Para completar este conjunto de medidas e alargando a política de apoio às famílias no âmbito socioeducativo, o Município de Albergaria-a-Velha criou as Bolsas de Estudo do Ensino Superior, que visam fomentar a frequência em cursos superiores e, conseqüentemente melhorar o tecido económico do Município, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural do concelho. De salientar que, a implementação da atribuição de bolsas de estudo, contribui para a realização dos princípios da justiça social e da igualdade de oportunidades no âmbito do sistema educativo, abrangendo os jovens cujo agregado familiar em que o estudante se integra não disponha de um nível mínimo adequado de recursos financeiros. A Bolsa de Estudo é uma prestação pecuniária mensal, equivalente a 30% do salário mínimo nacional, para participação nos encargos com a frequência de um curso superior. Anualmente, são atribuídas vinte bolsas em cada ano escolar. As submissões destas candidaturas são efetuadas até ao dia 30 de junho em cada ano escolar.

[Outras respostas de apoio socioeducativo](#)

Para além dos apoios na área da Ação Social Escolar descritos anteriormente, existem outras respostas de natureza pedagógica, que consideramos serem indispensáveis no combate à exclusão social e ao abandono escolar e à promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, nomeadamente as Atividades

de Animação e de Apoio à Família (AAAF), a Componente de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

As AAAF são uma resposta social dirigidas às crianças que frequentam a Educação Pré-escolar, antes ou depois do período diário de atividades educativas e durante o período de interrupção destas. Estas atividades socioeducativas, são promovidas pelo Município de Albergaria-a-Velha e assumem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças em idades precoces. Estas atividades, são desenvolvidas, preferencialmente, dentro das instalações dos estabelecimentos de ensino e a sua planificação é da responsabilidade dos agrupamentos de escolas e coordenadas pela Educadora de Infância, devendo responder às necessidades das crianças e das famílias identificadas pela comunidade educativa, e tendo em consideração os recursos disponíveis.

Na EPE são implementados os seguintes projetos: “Saltitar”, “Chapinhar”, “MusicART”, “Hora do Conto”, “Alimentação Saudável”, “Ler + em Família”, “Leitura em vai e vem” e “Encontros com a Educação: Todos pelo Sucesso”.

A Componente de Apoio à Família (CAF) compreende um conjunto de atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos do 1.º Ciclo, antes e/ou depois da componente letiva e de enriquecimento curricular (AEC), bem como durante os períodos de interrupção de aulas, segundo os acordos definidos com os AE. A frequência da CAF é paga pelas famílias e é promovida pelas Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE). As AEC que se encontram a decorrer no ano letivo 2024/2025 para este ciclo de ensino são as seguintes: “Baú dos Livros”, “Ciência e Astronomia na Escola”, “Música na Escola”, “Encontros com a Educação: Todos pelo Sucesso” e o projeto “Scratch4all” dirigido aos alunos das turmas do 3.º e 4.º ano de escolaridade que pretende promover a literacia digital.

Considerando a importância da aquisição e valorização do conhecimento a partir de novos paradigmas de aprendizagem destinados a crianças e jovens, o Município, desenvolve, anualmente, a Agenda Municipal da Educação (AME), onde é apresentada um conjunto de atividades educativas e lúdicas diversificadas, eventos e desafios, dirigidas às crianças e jovens, famílias e comunidade em geral. As iniciativas/atividades propostas neste programa estão alinhadas com os novos conceitos pedagógicos de inclusão, sustentabilidade, diversidade e lazer, conjugados com o potencial do Município, aproveitando os recursos naturais, ambientais e todo o vasto conjunto de equipamentos, assim como das equipas técnicas. As temáticas abordadas em cada atividade são diversas, tais como, ambiente, património, atividade física, ciência e

tecnologia, cidadania, empreendedorismo, leitura e escrita, música e teatro, saúde e nutrição, segurança, mobilidade, inclusão, que decorrem ao longo de cada ano letivo. Para a implementação e execução destas atividades pode-se também contar com a colaboração dos agrupamentos de escolas de Albergaria-a-Velha e Branca, bem como, das escolas privadas.

Importa, ainda, referir que a autarquia integrou o Programa Educ@RA – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), aprovado no quadro do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA). Este projeto pretende implementar um conjunto de atividades lúdicas que incentivem a melhoria de resultados dos indicadores de insucesso escolar, reduzir e prevenir o abandono escolar precoce, através de novos paradigmas de aprendizagem, favorecendo o uso da tecnologia, como facilitador na aquisição de novos conhecimentos, aprendizagens, competências e valores, promovendo a participação ativa na comunidade. Pretende-se também proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a seu ritmo, na escola e em casa, envolvendo também a família.

Num cenário marcado pela era digital e pela sociedade da informação, o desenvolvimento de novas competências, em particular as digitais passa a ter um papel particularmente relevante. Neste sentido, o Município tem disponibilizado a título de empréstimo um tablet a todos os alunos do 3.º e 4.º ano de escolaridade, assim como ao professor. A utilização destes equipamentos tornou-se evidente face à situação de pandemia vivenciada nos últimos três anos, tornando-se especialmente importante o desenvolvimento de novas competências e do aumento da literacia digital. Outra medida que se tem traduzido num apoio importante para as famílias, diz respeito aos livros de fichas de todas as áreas curriculares que a autarquia oferece a todos os alunos do 1.º CEB.

Além dos apoios e complementos educativos já referidos, destaca-se também o Programa “Incluir +”, resposta educativa especializada que tem como objetivo geral implementar e desenvolver o modelo de ensino estruturado, através de metodologias de intervenção interdisciplinares facilitadoras do processo de aprendizagem dos alunos com diversos tipos de perturbações. O AEA AV possui uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita ao nível do 1.º CEB. O AEB, por sua vez, é uma referência para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e inclui duas Unidades de Ensino Estruturado para

a educação destes alunos, sendo uma na EB de Lajinhas, que acolhe alunos da EPE e do 1.º CEB, e outra na escola sede, para alunos do 2.º e 3.º CEB.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

As Comissões de Proteção de Menores, criadas na sequência do *Decreto - Lei n.º 189/91 de 17/5* foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo aprovada pela *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*. Esta lei teve três alterações (*Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro e Lei n.º 23/2017, de 23 de maio*). A Comissão de Proteção de Menores reorganizada em Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), em vigor desde janeiro de 2001, que visa promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, definem-se como instituições oficiais não judiciárias e com autonomia funcional, de abrangência concelhia e atuação nacional. A sua intervenção deve ser efetuada, em último recurso, e em situações em que se verifica o esgotamento das possibilidades de atuação das instituições de primeira linha, ou seja, quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram, designadamente as instituições da área da educação, da saúde, da segurança, da prevenção de comportamentos de risco, entre outros. Em última instância, a intervenção deve ser feita pelos tribunais. Importa, ainda, referir que esta intervenção depende do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto do menor, de acordo com o previsto no artigo 9.º da *Lei De Proteção De Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)*, assim como depende da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos.

Nos termos do *n.º 2, art.º 3º da LPCJP*, considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;

- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- Ter nacionalidade estrangeira e estar acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

A CPCJ de Albergaria-a-Velha funciona em modalidade alargada ou restrita, doravante designadas, respetivamente, de comissão alargada e de comissão restrita.

À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, conforme o previsto *no art.º 18.º da LPCJP*, nomeadamente: informar e sensibilizar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem; promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que afetem os direitos e interesses da criança e do jovem; colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

A comissão alargada de Albergaria-a-Velha é composta por: um representante do Município, um representante da segurança social, um representante do Ministério da Educação, um representante do Ministério da Saúde, um representante das IPSS de carácter não residencial, um representante do IEF, um representante das IPSS de carácter residencial, um representante das Associações de Pais, um representante das Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas dirigidas a crianças e jovens, um representante das Forças de Segurança e quatro cidadãos eleitores nomeados pela Assembleia Municipal. Esta comissão reúne com periodicidade mensal.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Compete, designadamente:

- Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de proteção;
- Decidir da abertura e da instrução do processo de promoção e proteção;
- Apreçar liminarmente as situações de que a comissão de proteção tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do processo quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção;
- Proceder à instrução dos processos;
- Solicitar a participação dos membros da comissão alargada nos processos por si instruídos, sempre que se mostre necessário;
- Solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
- Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção;
- Colaborar com outras comissões de proteção, quando estas solicitem a prática de atos de instrução e acompanhamento de mediadas de promoção e proteção;
- Informar, semestralmente, a comissão alargada, sobre a atividade processual.

A comissão restrita de Albergaria-a-Velha é composta por:

um representante do Município, um representante da segurança social, um representante do Ministério da Educação, um representante do Ministério da Saúde, um representante das IPSS de carácter não residencial, um representante das IPSS de carácter residencial, um cidadão eleitor nomeado pela Assembleia Municipal e dois elementos cooptados, uma técnica de serviço social e uma psicóloga.

Esta comissão reúne-se com periodicidade semanal e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Em 2023, a CPCJ de Albergaria-a-Velha acompanhou um total de 192 crianças e jovens, 57,29% do género masculino e 37,5% do género feminino, num total de 191 processos, dos quais 76 são processos transitados e 84 são novos processos. Durante este ano, a CPCJ recebeu apenas 1 processo por transferência. De acordo com os dados do Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ) o número de sinalizações de jovens entre os 15 e os 17 anos tem vindo a

aumentar desde 2014. O número de sinalizações de jovens entre os 11 e os 14 anos veio a diminuir até 2017, aumentando significativamente em 2018, 2019 e 2020. Em 2023, a maioria das crianças e jovens acompanhados tinha entre 15 e 17 anos (26,04%), seguida das que tinham entre 11 e 14 anos (20,83%) e das que tinham 6 e 8 anos (14,06%). O número de crianças e jovens acompanhados no ano de 2022 foi de 155, de acordo com os dados do relatório da CPCJ, observando-se um decréscimo do número de crianças e jovens acompanhados face ao ano de 2023.

A maioria dos processos é sinalizada pelas Autoridades Policiais e pelos Estabelecimentos de Ensino, sendo o principal motivo da sinalização a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem, designadamente situações de violência doméstica nas famílias (48 processos), a segunda problemática mais sinalizada foi por negligência (31 processos) e a terceira pelo consumo de substâncias psicoativas (29 processos). De acordo com os dados de 2022, verifica-se o aumento do número de processos sinalizados por violência doméstica, ou seja, mais 25 processos instaurados em 2023. Importa mencionar também que o número de entradas de processos/ ano tem vindo a aumentar desde 2019, verificando-se um ligeiro decréscimo no ano 2021 e 2022, aumentando novamente no ano 2023, conforme a tabela abaixo.

Tabela 80 - Volume processual da CPCJ de Albergaria-a-Velha os anos de 2014 a 2023

Anos	Total de Processos	Processos Transitados	Processos Instaurados	Processos Arquivados
2014	171	76	95	99
2015	166	72	94	107
2016	150	59	91	98
2017	145	52	93	81
2018	153	63	90	89
2019	182	67	115	95
2020	192	90	102	108
2021	187	84	103	115
2022	153	72	64	80
2023	191	76	84	91

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

No domínio da infância e juventude, é de sublinhar que o Município de Albergaria-a-Velha, tem adotado medidas e ações locais que visam promover os direitos das crianças e jovens, com a finalidade de garantir o seu bem-estar, reduzir as desigualdades e melhorar as suas condições de vida através de uma política coordenada para a infância e juventude. Neste contexto, considera-se que todas as medidas e ações implementadas, nos últimos anos, têm contribuído para mitigar as desigualdades e a discriminação e contribuído para o combate à pobreza no concelho de Albergaria-a-Velha. Este objetivo constitui uma prioridade consagrada na *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030*, aprovada em anexo à *Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro*. Tendo como base esta prioridade, pretende-se, adotar no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a *Recomendação (UE) 2021/1004, do Conselho, de 14 de junho de 2021*, relativa à criação da Garantia Europeia para a Infância (Recomendação), com o objetivo de prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças em situação de pobreza a um conjunto de serviços essenciais, contribuindo também para defender os direitos das crianças, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades, de acordo com o *princípio 11.º do Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, que estabelece como meta reduzir em, pelo menos, cinco milhões, o número de crianças nesta situação, até 2030. Neste sentido, serão incluídas no PDS e consequente PA, medidas e ações com o objetivo principal de combater a pobreza e a discriminação, em particular junto das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, e que visam assegurar a concretização desta Recomendação em Albergaria-a-Velha.

Tabela 81 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (NUTS - 2024)

Localização Geográfica	2018 - 2022	2017 - 2021
	‰	‰
Portugal	2,7	2,7
Centro	2,3	2,4
Albergaria-a-Velha	3,3	3,2

Fonte: INE, Portugal, óbitos

Segurança

A segurança pública de pessoas e bens alicerçada no princípio da dignidade da pessoa humana constituiu-se como um direito fundamental dos cidadãos (Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2023). Neste sentido a preocupação de continuar a preservar e melhorar este bem coletivo deve estar sempre presente, pelo que um diagnóstico rigoroso dos dados é fundamental para se poderem implementar as melhores políticas no futuro. No presente capítulo vamos, portanto, analisar os principais indicadores de segurança e criminalidade do Município de Albergaria-a-Velha, nos últimos três anos, tentando sempre que possível identificar tendências e padrões de criminalidade.

A taxa de criminalidade⁷ em Albergaria-a-Velha, entre 2021 e 2023, aumentou 0,8‰. Apesar de significativo o agravamento registado no Município foi bastante inferior ao observado em Portugal (6,1‰) e na Região Centro (4,5‰) no mesmo período. Tal facto permitiu que a taxa de criminalidade do Município (33,9‰), em 2023, se aproximasse, ainda que de uma forma relativa, dos valores registados em Portugal (35‰) e na Região Centro (28,4‰). Importa salientar que, em 2021, os números do Município relativamente a este indicador encontravam-se muito acima da média. Nesse ano, verificou-se no concelho um rácio de aproximadamente 33 crimes por mil habitantes, enquanto Portugal e a Região Centro verificaram respetivamente 28,9 e 23,9 crimes por mil habitantes.

Tabela 82 - Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2024)

Localização geográfica	2021	2022	2023
	%	%	%
Portugal	28,9	32,7	35,0
Centro	23,9	27,4	28,4
Albergaria-a-Velha	33,1	33,2	33,9

Fonte: INE- Portugal - Direcção-Geral da Política de Justiça



Aumento da criminalidade

⁷ Fórmula de cálculo: (Número de crimes/ População residente) *1000 (Metainformação – INE)

O número de crimes registados pelas autoridades em Albergaria-a-Velha aumentou nos últimos anos. O Município registou, em 2021, um total de 835 crimes, subindo para 873 em 2023. Verificou-se, assim, um aumento da criminalidade de aproximadamente 4,5% em Albergaria-a-Velha, valor significativo tendo em conta o aumento percentual verificado em Portugal (23,4%) e na zona Centro (20,7%), no mesmo período.

Entre os delitos mais participados às forças de segurança, os crimes contra o património e contra as pessoas adquirem particular relevância dado que continuam a ser os mais recorrentes no Município nos últimos anos. Estas duas categorias juntas representaram cerca de 67,6% do total de crimes contabilizados em Albergaria-a-Velha, em 2021, sendo que a percentagem subiu para aproximadamente 70,4%, em 2023.

Por sua vez, o roubo por esticção e na via pública e os crimes contra animais de companhia foram os que menos participações tiveram junto das autoridades no período em análise. Estas duas categorias agregadas perfizeram um total de 8 ocorrências em 2021, valor que baixou para apenas 6 em 2023.

Tabela 83 - Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2021 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;

2021

Total	Crimes contra as pessoas	Crimes de homicídio voluntário consumado	Crimes contra a integridade física	Ofensa à integridade física voluntária simples	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Crimes contra o património	Roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	Crimes contra o Estado	Crimes contra animais de companhia	Crimes previstos em legislação avulsa	Condução sem habilitação legal
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
301394	77904	85	48572	18948	22524	151288	6053	29735	171	34410	15390	6744	1919	28958	14511
39854	11384	13	7091	19445	338	2938	21	5304	2852	926	313	2461	1434
835	192	x	124	42	62	372	4	72	x	164	69	28	4	75	42

Fonte: INE, Portugal, Direcção-Geral da Política de Justiça

Tabela 84 -Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2022 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;

2022

Total	Crimes contra as pessoas	Crimes de homicídio voluntário consumado	Crimes contra a integridade física	Ofensa à integridade física voluntária simples	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Crimes contra o património	Roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	Crimes contra o Estado	Crimes contra animais de companhia	Crimes previstos em legislação avulsa	Condução sem habilitação legal
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
343845	85841	97	55367	21667	26073	174268	7074	29755	289	44015	22071	6593	2022	30817	14265
45752	12611	8	8176	3081	4065	21613	439	2841	39	7358	4330	940	333	2858	..
840	237	x	148	52	73	408	3	56	x	140	67	13	7	35	17

Fonte: INE, Portugal, Direcção-Geral da Política de Justiça

Tabela 85 -Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica, 2023 (NUTS - 2024) e Categoria de crime;

2023

Total	Crimes contra as pessoas	Crimes de homicídio voluntário consumado	Crimes contra a integridade física	Ofensa à integridade física voluntária simples	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Crimes contra o património	Roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	Crimes contra o Estado	Crimes contra animais de companhia	Crimes previstos em legislação avulsa	Condução sem habilitação legal
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
371995	90840	90	57700	24111	26041	189657	7259	28369	367	44439	24133	7713	1729	37250	15579
48107	13210	8	8433	3383	3965	22666	391	2926	45	7386	4556	1153	274	3373	1859
873	232	x	147	56	74	383	3	55	x	177	94	33	3	44	34

Fonte: INE, Portugal, Direcção-Geral da Política de Justiça

Tabela 86 - Número de ocorrências de Violência Doméstica por freguesia

Concelho	2021	2022	2023
Albergaria-a-Velha	32	33	39
Alquerubim	5	9	6
Angeja	5	10	4
Branca	15	9	23
Frossos	4	4	3
Ribeira Fráguas	2	5	3
S. João Loure	6	6	4
Valmaior	3	2	5
Total Geral	72	78	87



Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

Violência Doméstica

Relativamente aos dados da violência doméstica, nos últimos anos, constatamos que o número relativamente a este tipo de crime tem vindo a aumentar. Em 2021, o Município registou um total de 72 ocorrências, valor que aumentou para 87, em 2023. Verificou-se assim um aumento percentual de aproximadamente 20,8% no período em análise.

À escala inframunicipal, entre as freguesias mais afetadas por este tipo de crime está Albergaria-a-Velha e Valmaior que, nestes três anos, registou 114 de um total de 237 ocorrências de violência doméstica observadas no concelho, o que corresponde a cerca de 48,1%. Já Ribeira de Fráguas é a freguesia com menor incidência deste tipo de crime, representando apenas 4,2% do total de ocorrências entre 2021 e 2023.

Tabela 87 - Tipo de violência

Concelho	2021	2022	2023
Outros crimes de violência doméstica	7	11	10
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	62	65	76
Violência doméstica contra menores	3	2	1
Total Geral	72	78	87

Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

Os dados mostram-nos que entre os diferentes tipos de violência doméstica identificados no Município nos últimos anos, o mais prevalente é a violência doméstica contra cônjuge ou análogos. No período em análise, registaram-se 237 ocorrências das quais 203 se enquadram no tipo de violência que é praticado sobre cônjuge ou análogos, o que em termos percentuais corresponde a aproximadamente a 85,6%. Importa, ainda, salientar que os números anuais deste tipo específico de violência doméstica têm vindo a aumentar no Município sendo que, em 2023, se registaram 76 ocorrências deste tipo, ou seja, mais 14 ocorrências do que em 2021.

Já a violência doméstica que é perpetrada contra menores, em termos absolutos, tem vindo a diminuir gradualmente entre 2021 e 2023, sendo que neste último ano se registou apenas 1 ocorrência no Município facto que é bastante positivo. De referir que este tipo de violência doméstica nestes três anos teve um peso de apenas 2,5%, sendo este valor praticamente residual.

Tabela 88 - Número de roubos por freguesia

Concelho	2021	2022	2023
Alb-a-Velha	4	2	3
Alquerubim		1	
Angeja	1		1
Branca	1		3
Frossos			
S. João Loure	1	3	1
Valmaior			1
Total Geral	7	6	9

Violência contra menores



Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

Neste contexto, e uma vez que a violência doméstica tem vindo a aumentar nos últimos anos, o Município de Albergaria-a-Velha tem desenvolvido várias iniciativas de promoção da igualdade e não discriminação e de eliminação deste tipo de crime. Para isso, foi implementado e executado o Plano Municipal para a Igualdade de Género e não Discriminação (2022-2024) contribuindo, assim, para a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o objetivo de desenvolvimento sustentável ODS5 que pretende alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Importa mencionar também que neste domínio, foi criada uma resposta especializada de combate à violência doméstica através de um protocolo estabelecido entre o Município e a PRAVE - o Gabinete *AnCoragem*- Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica de Albergaria-a-Velha, que tem como objetivo o atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica prestando apoio psicológico, apoio psicossocial, apoio telefónico e apoio jurídico às vítimas de violência do concelho, mas também a outros concelhos limítrofes que não disponham desta resposta. Além disto, promove ações de sensibilização dirigidas à comunidade em geral, assim como aos públicos estratégicos como a comunidade escolar, resposta de prevenção e combate à violência contra as mulheres, à violência doméstica, violência de género e no namoro.

De forma geral, e de acordo com os dados extraídos dos seus relatórios anuais, a equipa técnica do gabinete *AnCoragem*, no período de abril de 2021 a abril de 2022, atendeu 65 vítimas, realizando no total 532 atendimentos.

Durante o ano 2023 até ao final do ano 2024, no âmbito da sua intervenção, esta equipa, atendeu 548 (239 ano 2023 e 309 ano 2024) pessoas vítimas de violência doméstica, dos quais 123 (60 ano 2023 e 63 ano 2024) são novos registos. No total foram realizados 1376 atendimentos, ou seja, 695 atendimentos no ano 2023 e 681 no ano 2024.

Em suma, o Município registou 22 crimes de roubo entre 2021 e 2023. Entre as freguesias mais afetadas por este tipo de delito está Albergaria-a-Velha e Valmaior que contabilizou neste período 10 ocorrências. Já a união de freguesias de São João de Loure e Frossos aparece a seguir com um registo de 5 roubos em três anos. Só estas duas freguesias representaram entre 2021 e 2023 cerca de 68,1% do total de roubos praticados no Município.

Tabela 89 - Tipo de roubos

Concelho	2021	2022	2023
Roubo a farmácias			1
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	1		
Roubo a posto de abastecimento de combustível	2	1	2
Roubo a residência	1	2	3
Roubo de viatura			1
Roubo em transportes públicos	1		
Roubo na via pública (exceto por esticção)		3	
Roubo por esticção	2		2
Total Geral	7	6	9

Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

Entre os diferentes tipos de roubo identificados, verificamos que o roubo a residência foi o mais recorrente no período em análise. Registaram-se seis crimes deste tipo, entre 2021 e 2023, o que equivale a aproximadamente 27,2% do total de roubos ocorridos no Município. Já o roubo a posto de abastecimento de combustível surge imediatamente a seguir, contabilizando-se cinco delitos deste tipo em três anos. De referir que estes dois tipos de roubo agregados perfazem cerca metade total de roubos ocorridos em Albergaria-a-Velha entre 2021 e 2023.

Tabela 90 - Número de Furtos por Freguesia

Concelho	2021	2022	2023
Alb-a-Velha	116	119	85
Alquerubim	18	13	16
Angeja	14	16	22
Branca	43	50	49
Frossos	2	11	5
Ribeira Fráguas	8	4	3
S. João Loure	15	13	20
Valmaior	19	11	3
Total Geral	235	237	203

Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

O crime de furto tem sido o mais prevalente no município nos últimos anos, tendo-se registado um total de 675 ocorrências, entre 2021 e 2023. No entanto, não é possível identificar uma tendência clara relativamente à evolução do número de furtos nestes três anos dado que se verificou um ligeiro aumento entre 2021 e 2022 e posteriormente uma descida de 2022 para 2023.

À escala inframunicipal, só a união de freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior contabilizou 353 das 675 ocorrências registadas o que equivale a sensivelmente 52,2%. A segunda freguesia mais afetada por este tipo de delito foi a freguesia da Branca, que registou no mesmo período, 142 furtos. Destaque ainda para Angeja que foi a freguesia onde este tipo de delito mais cresceu no período em análise, sendo que em 2023 observou um total de 22 furtos, ou seja, mais oito do que em 2021.

Tabela 91 - Tipo de Furtos

Albergaria-a-Velha	2021	2022	2023
Furto de animais de explorações agro-pecuárias	5	10	6
Furto de combustível em depósitos/máquinas agrícolas ou industriais	1	4	2
Furto de máquinas industriais ou agrícolas			1

Furto de metais não preciosos	30	37	13
Furto de oportunidade/de objetos não guardados	7	14	16
Furto de produtos agrícolas	6	8	6
Furto de veículo motorizado	26	17	9
Furto em área anexa a residência	11	13	12
Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	32	32	23
Furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas	13	12	14
Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1	1	
Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	7	3	1
Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	32	29	19
Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas	11	8	13
Furto em supermercado		1	3
Furto em veículo motorizado	42	32	46
Furto por carteirista	2	5	4
Outros furtos	9	11	15
Furto de combustível em veículo motorizado			
Outros furtos em veículo motorizado			
Furto de acessórios/peças em veículo motorizado			
Furto de combustível em posto abastecimento			
Total Geral	235	237	203

Fonte: informação disponibilizada pelo posto territorial GNR de Albergaria-a-Velha

Quando analisamos o tipo de furtos mais recorrentes nos últimos anos no Município, constatamos que o furto em veículo motorizado é o que verifica maior número de ocorrências. Registaram-se assim 120 crimes deste tipo, entre 2021 e 2023, o que corresponde a 17,7% do total de furtos contabilizados, neste período. Já o furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas surge a seguir registando-se um total de 87 ocorrências, nestes três anos.

Desporto, Cultura e Lazer, Associativismo

Desporto

O Município tem promovido a prática regular de atividades físicas e desportivas, de forma a proporcionar, à população residente em Albergaria-a-Velha, estilo de vida ativos e saudáveis, independentemente da idade, género, etnia, religião ou outro. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a prática de atividade física e desportiva contribui para a prevenção e controlo do aparecimento de doenças, como a diabetes, doenças cardíacas e de alguns tipos de cancro, podendo também reduzir os sintomas da depressão e ansiedade, melhorar o funcionamento cognitivo, a aprendizagem e contribuir para o bem-estar em geral. Neste sentido, a OMS desenvolveu um conjunto de recomendações de saúde pública dirigidas aos países, com o objetivo, que os mesmos, desenvolvam políticas nacionais de saúde e que apoiem a implementação do Plano de Ação Global da OMS para a atividade física 2018-2030. Assim, e reconhecendo a importância da prática de atividade física, o Município tem promovido, ao longo dos anos, ações e investido em políticas para promover a atividade física e reduzir o comportamento sedentário, através da implementação de projetos e programas de apoio ao Associativismo, desporto e atividades físicas, que inclui a construção de novos equipamentos desportivos e a sua manutenção, bem como a disponibilização dos meios técnicos, humanos e materiais e/ ou financeiros para a dinamização dessas atividades nas infraestruturas existentes e que se encontram localizadas por todo o concelho.



Albergaria-a-Velha contempla, em 2023, 31 equipamentos desportivos, localizados ao longo das diferentes freguesias, designadamente 10 pavilhões: o pavilhão Municipal de Albergaria-a-Velha, o pavilhão Polidesportivo da Branca, o pavilhão Polidesportivo de Alquerubim, pavilhão Polidesportivo de Angeja, pavilhão da EB.1,2,3 de S. João de Loures, pavilhão da EBI de Albergaria-a-Velha, pavilhão da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, pavilhão do Clube Desportivo e Recreativo e Cultural de S. João de Loure, pavilhão do Colégio de Albergaria e o pavilhão do Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela; 4 grandes campos: Estádio Municipal António Augusto Martins Pereira, Estádio Municipal da Branca, o Estádio de S. João de Loure e o Estádio Beira Vouga; 3 piscinas cobertas: piscina Municipal de Albergaria-a-Velha ,

piscina Municipal da Branca, piscina Municipal de São João de Loure e, por fim, conta, ainda com 14 pequenos campos: Mini Campo das Lameirinhas, Polidesportivo da EB 2/3 da Branca, Polidesportivo da EBI 1,2,3 de São João de Loure, Polidesportivo da EBI de Albergaria-a-Velha, Polidesportivo da Escola Secundária, Polidesportivo da Urbanização Mariana, Polidesportivo das Laranjeiras, Polidesportivo do Nobrijo, Polidesportivo de Valmaior, Polidesportivo do Centro Escolar de Alquerubim, Polidesportivo do Centro Escolar das Laginhas, Polidesportivo do Clube de Albergaria, Polidesportivo do Colégio de Albergaria e o Polidesportivo do Sobreiro.

Relativamente às modalidades praticadas no concelho, constatámos a existência de alguma diversidade das mesmas pelos diferentes equipamentos desportivos, abrangendo o Karaté, o ballet, a defesa pessoal, o futsal, o hóquei em patins, a patinagem, o basquetebol, a ginástica rítmica, as danças contemporâneas, o atletismo, a natação, o andebol, o zumba, o badminton, a columbofilia, o ténis, o padel e outras modalidades que privilegiam o contacto com a natureza e mais orientadas para o turismo, como o trail e o BTT. De referir, ainda, que os equipamentos desportivos são também utilizados pelos agrupamentos de escola, para o desporto escolar e educação física.

Em síntese, apresentamos na tabela 83 as modalidades existentes, as entidades utilizadoras e respetivos equipamentos desportivos.

Tabela 92 - Modalidades existentes, entidades utilizadoras e respetivos espaços no concelho de Albergaria-a-Velha

Modalidades	Coletividades/Entidades Utilizadoras	Espaços	Localização
Futebol Atletismo	Clube de Albergaria Sport Clube Alba Clube Desportivo de Campinho	Estádio Municipal António Augusto Martins Pereira	Zona Industrial de Albergaria-a-Velha, 3850-184
Educação Física Atletismo Futebol	Agrupamento de Escolas da Branca JOBRA Grupo Desportivo e Recreativo de Soutelo	Estádio Municipal da Branca	Rua da Cultura, 3850 – 564 Branca

Karaté			
Ballet			
Defesa Pessoal			
Futsal			
Hóquei em Patins			
Patinagem	Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha		
Basquetebol	Associação Karaté Shotokan		
Ginástica Rítmica	Clube de Albergaria		
Danças Contemporâneas	C.D. Campinho	Pavilhão Municipal de Albergaria-a-Velha	Rua Bento Álvares Ferreira 3850-016 Albergaria-a-Velha
Desporto escolar e Educação Física	CulturAlb		
Desporto adaptado: Boccia e Atletismo			
Desporto escolar e educação física	Agrupamento de Escolas da Branca		
Atletismo e educação física	Associação de Jovens da Branca (JOBRA)		
Karaté	Associação Karaté Shotokan	Pavilhão Polidesportivo da Branca	Rua do Barro Branco, 3850-908 Branca
Futsal	Branca Ativa Sport Clube		
Ginástica	Centro de Atividades Populares de Alquerubim (CAPA)	Pavilhão Polidesportivo de Alquerubim	Rua Vale do Raso – Ameal, 3850-360 Alquerubim
Futsal			
Andebol	Allavarium		
Futsal	Associação Juvenil de Angeja		
Zumba	Associação de Karaté Shotokan de Albergaria		
Karaté	Clube de Albergaria	Pavilhão Polidesportivo de Angeja	Rua Parque Desportivo, Lugar dos Esporões, 3850 Angeja
Badminton	União Desportiva de Valmaior		
Patinagem			
Educação Física			
Atletismo		Estádio de S. João de Loure	Rua do Agro - EN 230/2 3850-772 S. João de Loure
Futebol			
Futebol 11	A.D Taboeira		
Futebol 7	G.D. Beira Vouga S.C. Beira-Mar Sport Clube Beira-Mar	Estádio do Beira Vouga	Rua Vale de Mouro, Frossos

Adaptação ao Meio Aquático para bebês, crianças, jovens e adultos Aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de nado Hidroginástica/ Hidroterapia Aulas de grupo (Jardim de Infância) Pré-competição e Competição Treino funcional/ Postura e Alongamentos/ Aeromix	C.D. Campinho Agrupamento de Escolas Público em geral	Piscina Municipal de Albergaria-a-Velha	Rua Dr. Flausino Correia 3850-054 Albergaria-a-Velha
Adaptação ao Meio Aquático para bebês, crianças, jovens e adultos Aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de nado Hidroginástica/ Hidroterapia Aulas de grupo (Jardim de Infância)	Grupo Desportivo e Recreativo de Soutelo Agrupamento de Escolas Público em geral	Piscina Municipal da Branca	Rua do Barro Branco, 3850-564 Branca

Fonte- Município de Albergaria-a-Velha, Divisão de Cultura e Desporto

É de referir, ainda, que o Município de Albergaria-a-Velha tem também adotado medidas específicas necessárias para assegurar o acesso das pessoas com deficiência à prática de atividades físicas e desportivas e à fruição dos tempos livres, contribuindo para a promoção da integração social, combate à exclusão social e melhoria da qualidade de vida. Seguindo este lema, em 2018, foi criado o Programa de Desporto Adaptado, um contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado com a APPACDM de Albergaria-a-Velha e que contou com 76 participantes, em 2023, tendo realizado no total 667 treinos. As atividades promovidas incluem sessões de Boccia, natação, corta-mato, atividade física e treinos no âmbito do desporto escolar. Contudo, a natação é a modalidade que tem registado um maior número de participantes, tendo realizado 354 treinos nesse ano. Além dos treinos regulares, os participantes deste programa têm marcado presença em vários encontros regionais e nacionais.

Vale apenas mencionar outra das iniciativas implementadas mais recentemente, em 2024, o serviço de partilha de bicicletas (bike sharing) e MOBA, desenvolvido no âmbito de uma candidatura aprovada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), que visa incentivar o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade do ambiente e não obstante contribuir para a promoção de hábitos mais saudáveis e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

É de notar, que com estas ações, investimentos e programas, o Município tem contribuído para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) 2030, nomeadamente “Boa Saúde e Bem Estar (OD3)”, Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS11) e “Educação e Qualidade (ODS4).

Cultura, lazer e associativismo



No domínio cultural, entre os vários espaços existentes no concelho de Albergaria-a-Velha, destacam-se alguns equipamentos nas áreas da cultura e turismo, nomeadamente o Palacete e Castelo da Boa Vista edifício onde funciona a, equipamento de grande valor patrimonial no contexto urbano de Albergaria-a-Velha. É um espaço de acesso à informação de todos os géneros e suportes, que promove a leitura e fomenta o conhecimento através de diferentes linguagens artísticas (as plásticas, as performativas, as cénicas, as musicais, as visuais, etc). Com uma vasta programação pretende ir ao encontro dos interesses da comunidade em geral, apresentando uma programação diversificada e também dirigida a públicos mais específicos, as famílias, as pessoas mais velhas, ao público escolar e também para a realização de ações de formação.

O Cineteatro Alba é uma estrutura municipal de apresentação, produção, acolhimento e criação de espetáculos e projetos artísticos amadores e profissionais, nas áreas performativas da música, teatro, dança, novo circo, entre outros cruzamentos disciplinares, bem como de cinema e artes plásticas, funcionando em articulação com os espaços pertencentes à rede cultural do Município de Albergaria-a-Velha. Desde a sua inauguração em 11 de fevereiro de 1950 que tem sido palco de um enorme repertório cultural, com a passagem de nomes mais sonantes do teatro, da revista e também com a projeção de filmes. O Cineteatro Alba pretende tornar-se numa referência de produção artística e fruição cultural na Região e no País.

Importa mencionar também o Arquivo Municipal instalado na antiga Cadeia da Comarca de Albergaria-a-Velha, edifício construído em 1906 e atualmente vocacionado para a preservação da memória coletiva, uma vez que tem como missão a recolha, tratamento e promoção do acesso à documentação de interesse para o Município. Este espaço tem-se afirmado de relevância na promoção cultural e histórica, tendo promovido várias publicações de livros e revistas para todos aqueles que se interessam pela História e Património do concelho de Albergaria-a-Velha e da sua região. É de salientar os projetos promovidos por este espaço, designadamente, o projeto “Nós, Albergarienses”, que tem efetuado o levantamento exaustivo de todos os registos paroquiais existentes em Portugal, ricos em informação pessoal, laboral, topográfica, social e familiar, e a sua organização numa base de dados única que permitirá conhecer a realidade do país entre os séculos XVI e XX; e o projeto para o futuro “Museu e Arquivo Histórico dos Recursos Hídricos”, novo equipamento cultural que o Município

pretende criar através de um protocolo de colaboração celebrado entre o Município e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Este espaço pretende ser um equipamento pluridisciplinar, inovador e inclusivo, de grande relevância para a preservação e tratamento dos acervos históricos e a disponibilização destes arquivos para investigação. Este Museu vai ser instalado na antiga Fábrica de Papel de Valmaior.

De referir, ainda, o Centro de Interpretação da Pateira de Frossos, localizado na freguesia de Frossos, num edifício histórico, outrora antiga câmara e cadeia da Vila de Frossos (1714) um espaço de promoção de atividades de educação ambiental e de descoberta da natureza, tais como o “Passeio Interpretativo de Borboletas”, Passeio Interpretativo de Libélulas e Libelinhas”, “Birdwatching”, “Percurso Pedestres”, visitas e exposições, oficinas e workshops sobre sustentabilidade, horta pedagógica, entre outras. Este espaço está situado a escassa distância da Pateira de Frossos, área protegida integrada em Rede Natura 2000, que alberga mais de 150 espécies de flora e cerca 200 espécies de vertebrados, incluindo espécies raras e protegidas, como o polígono-anfíbio (*Persicaria amphibia*), espécie em vias de extinção, a libélula-esmeralda (*Oxygastra curtisii*), entre outras. A Pateira de Frossos caracteriza-se por ser uma zona de grande riqueza cultural, paisagística e biológica, um espaço de maior importância para o recreio, para o turismo de natureza, para o turismo científico e para a pedagogia outdoor.

O Centro Cultural da Branca (CCBranca), foi concebido para a formação e prática da música e outras artes performativas. Inaugurado em 2006, localizado no campus cultural, educativo e desportivo da freguesia da Branca, dispõe de diversas salas de aulas, de salas de apoio administrativo e de um auditório com 180 lugares. Caracteriza-se como sendo um espaço de ensino/aprendizagem da música, da dança e do teatro. Atualmente, é o equipamento cultural de trabalho do Conservatório de Música da JOBRA e da Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca (ARMAB). Este espaço dinamiza igualmente, eventos culturais promovidos pelo Município, pela ARMAB, pelo Conservatório de Música da JOBRA, ou outras associações e entidades que pretendem usufruir e dinamizar as suas iniciativas neste espaço.

Em paralelo, o Centro Cultural de S. João de Loure, inaugurado em 2015, revela-se igualmente, um espaço importante ao nível da formação e da qualificação dos músicos amadores pertencentes à Banda Velha União Sanjoanense e à Banda Recreativa União Pinheirense, assim como para a dinamização de outras atividades de cariz artístico, como a dança e a representação. Este espaço surgiu da necessidade de

haver na zona sul do Município, um espaço que funcionasse como suporte à rede cultural e criativa do concelho de Albergaria-a-Velha.

A Casa Municipal da Juventude/ Espaço Intergeracional, inicialmente, foi concebida para ser a residência do Juiz Distrital e do Delegado do Procurador da República da Comarca de Albergaria-a-Velha (Casa dos Magistrados). O edifício construído em 1955 ficou na posse da Câmara Municipal no início do séc. XXI. Neste espaço são promovidas as atividades de lazer e ocupação de tempos livres dirigidas aos públicos infantojuvenis e Idade Maior. A maioria das atividades são dinamizadas pelo Serviço de Aprendizagem Criativa e têm como princípios orientadores a Educação pela Arte e a Aprendizagem ao Longo da Vida.

Por fim, e considerando que o Associativismo se constitui de uma significativa importância social, cultural, política e económica, que promove o exercício da democracia, de construção da cidadania, da integração social e expressão cultural, importa apresentar a sua distribuição no concelho de Albergaria-a-Velha. Verifica-se atualmente, a existência de 71 associações de cariz cultural, recreativa e desportiva, que apresentamos na tabela 48.

Tabela 93 - Associações locais

Tipologia	Nº	%
Ranchos e Grupos Folclóricos	9	12,7
Columbofilia, Caça e Pesca	3	4,2
Bandas de Música e Associações Musicais	5	7,1
Agrupamentos de Escuteiros	4	5,6
Associações de cariz cultural e recreativo e desportivas sem atividade regular federada	35	49,3
Associações com atividade regular federada e não federada	15	21,1
Total	71	100,0

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha, Divisão de Desporto e Cultura

A informação aqui apresentada encontra-se em constante evolução e atualização pelo que poderá ser consultada no site do Município através da visita do website oficial <https://www.cm-albergaria.pt/>, nos separadores *viver*, *desporto*, *cineteatro-alba* e *arquivo municipal*.

Análise participativa - SWOT

Para que o DS seja um documento estratégico que reflita as reais necessidades da população local, além da recolha de dados nas bases de dados nacionais, a equipa do Radar Social procedeu a dinamização de grupos de trabalho participativos, seguindo a metodologia de grupo focal, numa ótica de planeamento estratégico. Assim, foram identificadas as fraquezas (parte integrante da análise *swot*) do território ao nível das vulnerabilidades, problemáticas e necessidades, que permitirão determinar prioridades e discutir ideias para futuras intervenções, sempre tendo em conta a realidade do território.

Foram constituídos seis grupos de trabalho e apresentados os quatorze eixos de intervenção, designadamente Educação, Formação e Qualificação, Emprego/Desemprego, Crianças e Jovens, Pessoas mais Velhas, Deficiência/Incapacidade, Minorias Étnicas: Comunidade Cigana, Migração, Saúde, Segurança, Habitação, Respostas Sociais e Serviços de Apoio, Mobilidade e Transportes, Fenómenos de Exceção e Outros.

Através desta metodologia foi possível destacar as áreas prioritárias de intervenção, sendo elas:

- Saúde;
- Infância e Juventude;
- Envelhecimento;
- Respostas sociais e serviços de apoio
- Habitação.

Em contrapartida, a segurança, as minorias étnicas, a migração, a deficiência e/ou incapacidade, mobilidade e transportes, os fenómenos de exceção ou o emprego e a educação foram eixos considerados como menos prioritários, devido ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município e pelos parceiros sociais. Ainda assim, considerou-se relevante apresentar todas as problemáticas identificadas, as quais se apresentam.

1. Educação, Formação e Qualificação:

- Baixa qualificação e/ou ausência de qualificação adequada às ofertas de emprego a que as pessoas se candidatam;
- Dificuldades na língua/ aprendizagem da língua portuguesa;
- Baixas expectativas dos alunos em relação à escola;
- Programas Educativos desajustados ao mercado de trabalho/ formação profissional: devem ter em conta os interesses dos jovens e necessidades do mercado de trabalho;
- Articulação entre a escola e as entidades empregadoras;
- Absentismo e abandono escolar em algumas faixas etárias;
- Falta de programas específicos para o combate ao absentismo escolar e violência escolar.
- Falta de recursos humanos e técnicos especializados para constituição de equipas multidisciplinares, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas familiares, terapeutas da fala, educadores sociais, mediadores, animadores e pessoal não docente;
- Excessivas greves dos agentes educativos provocando instabilidade nas dinâmicas familiares, institucionais e da própria criança/ jovem.

2. Emprego/Desemprego

- Desemprego;
- Precariedade laboral, nomeadamente contratação através de empresas de trabalho temporário e trabalho sazonal;
- Dificuldade na deslocação para o trabalho por falta de transporte próprio ou público;
- Elevado número de baixas médicas;
- Dificuldade de manter os recursos humanos mais qualificados nos serviços;
- Dificuldade na contratação de trabalhadores em algumas áreas de trabalho;
- Mercado de trabalho desadequado à formação;
- Salários baixos, nomeadamente os salários médios e dos técnicos;
- Resistência na integração no mercado de trabalho pelas pessoas que beneficiam/ dependem de subsídios;
- Sobrecarga de impostos na classe média;
- Falta de políticas de emprego que permitam a conciliação da vida familiar;

- Ausência de sensibilidade do tecido empresarial para a integração de pessoas com deficiência e/ou incapacidade ou com patologia mental.

3. Crianças e Jovens

- Dependência dos ecrãs e conseqüente isolamento/ falta de interação social;
- Violência/ Bullying;
- Dificuldade na gestão das emoções;
- Falta de participação cívica e necessidade de ações de capacitação parental;
- Dificuldade na integração das comunidades minoritárias;
- Falta de recursos na área da saúde mental;
- Marginalidade juvenil;
- Falta de orientação vocacional;
- Falta de equipas multidisciplinares nas escolas;
- Falta de respostas e ocupação dos tempos livres dos jovens;
- Falta de respostas e/ou projetos na área da sexualidade promovidos por outras entidades que não sejam as USF;
- Falta de vagas nas creches e no ensino pré-escolar;
- Maior apoio parental;
- Absentismo escolar e falta de interesse escolar;
- Consumos de substâncias psicoativas ilegais;
- Maus-tratos e negligência.

4. Pessoas mais velhas

- Isolamento social, maus-tratos, abandono e negligência;
- Escassez de recursos económicos;
- Falta de recursos na área da saúde mental;
- Resistência do idoso na Integração em respostas sociais;
- Falta de vagas comparticipadas e falta de equipamentos, como por exemplo ERPI e Centros de noite;
- Falta de atividades e ocupação dos tempos livres;
- Falta de encontros intergeracionais e partilha de experiências entre gerações;
- Falta de Serviços de Apoio Domiciliário complementares como por exemplo, acesso aos cuidados de saúde, animação, fisioterapia, acompanhamento ao exterior;

- Criação de uma aldeia comunitária para os idosos;
- Necessidade de sensibilizar a família para um papel mais ativo na vida dos idosos institucionalizados;
- Dificuldade de celebrar protocolos com o Instituto da Segurança Social (respostas sociais);
- Mais informação e divulgação sobre os apoios sociais existentes, como por exemplo CD e CSI.
- Necessidade de ajustar e adaptar as respostas sociais ao perfil dos utentes;
- Apoios para as ajudas técnicas;
- Falta de Centros de Dia;
- Desresponsabilização das famílias.

5. Deficiência/Incapacidade

- Insuficiência de centros de atividades de capacitar e integração (CACI), Lares Residenciais e/ou Residência Autónoma
- Necessidade de apoio aos cuidadores informais;
- Necessidade de apoio no acesso às ajudas técnicas;
- Ausência de respostas na área das demências;
- Falta de vagas/ausência de respostas sociais para pessoas com deficiência;
- Necessidade de sensibilização para a inclusão;
- Falta de mão de obra qualificada;
- Ausência de respostas e apoios dirigidos às pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica.

6. Minorias Étnicas: comunidade cigana

- Falta de habitação legalizada;
- Necessidade de dinamizar cursos de alfabetização;
- Dificuldades na inserção no mercado laboral e falta de competências laborais;
- Subsidiodependência;
- Desvalorização da escola e educação;
- Cultura fechada com dificuldades na mudança;
- Estigmatização da comunidade cigana;
- Necessidade de promover ações de sensibilização sobre a comunidade cigana para a comunidade em geral.

7. Migração

- Necessidade de promover cursos de aprendizagem de língua portuguesa;
- Sobrelotação habitacional, arrendamento ilegal e rendas inflacionadas devido ao aumento na procura de habitação;
- Dificuldade em quantificar o número de população migrante;
- Redes de imigração ilegal;
- Acolhimento pouco estruturado;
- Baixos salários.

8. Saúde

- Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde primários (Falta de recursos humanos: médicos de família, de psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais e enfermeiros e dificuldade na marcação de consultas);
- Análise morosa na avaliação dos processos para emissão dos atestados de multiusos;
- Falta de respostas de saúde mental, designadamente na prestação de cuidados ao domicílio;
- Necessidade de divulgação dos programas de saúde mental existentes no concelho;
- Falta de respostas na área dos comportamentos aditivos, nomeadamente álcool e consumo de substâncias psicoativas;
- Falta de apoio/ acompanhamento dos cuidadores informais;
- Falta de vagas para integração em unidades de cuidados continuados;
- Dificuldades na aquisição de medicação.

9. Segurança

- Falta de policiamento geral, nomeadamente junto às escolas e horários de “risco” e falta de elementos de forças de segurança pública;
- Aumento de tráfico de drogas nos locais e horários que coincidem com as rotinas das famílias;
- Aumento de comportamentos de risco dos jovens associados aos consumos de substâncias psicoativas;

- Falta de iluminação pública nas ruas mais afastadas do centro de Albergaria-a-Velha;
- Vandalismo e aumento dos furtos/roubos.

10. Habitação

- Pouca oferta de habitação e custos elevados associados ao arrendamento;
- Sobrelotação: habitações sobrelotadas por migrantes;
- Falta de habitação social/ políticas de habitação social “inclusiva”; falta de abertura de concursos para as habitações sociais existentes, por exemplo na Quinta de Alque.
- Combate à habitação ilegal;
- Habitação degradada e sem condições de habitabilidade, potenciando situações de perigo, como por exemplo risco de incêndio e risco para a saúde.

11. Respostas Sociais e Serviços de Apoio

- Apoios ao Arrendamento;
- Existência de habitação social em algumas freguesias;
- Apoio na aquisição de habitação (estado central);
- Falta de respostas sociais, como Centros de noite, ERPI, Lares Residenciais e Centros de Convívio;
- Falta de recursos/ respostas especializadas na área da saúde mental;
- Dependência económica das repostas sociais;
- Utilização excessiva dos apoios sociais;
- Reforço das políticas de proteção às vítimas de violência doméstica;
- Falta de projetos inovadores na área do envelhecimento ativo;
- Necessidade de articulação e colaboração entre os técnicos das diferentes respostas sociais e consequente melhoria das condições de vida dos beneficiários;
- Alargamento da rede de UCC;
- Falta de ambulâncias para transporte de utentes.

12. Mobilidade e Transportes

- Falta de rede de transporte eficaz;
- Falta de transporte próprio;

- Dificuldade na troca de carta de condução pela população estrangeira;
- Horários dos transportes públicos incompatíveis com as rotinas das pessoas e famílias / horários escolares;
- Poucos transportes adaptados;
- Fraca acessibilidade física no edificado e via pública para as pessoas com mobilidade reduzida, como por exemplo falta de rampas de acesso;
- Falta de condições de segurança para mobilidade suave (circulação de bicicletas e/ou trotinetes) e para a circulação de peões.

13. Fenómenos de Exceção

- Migração;
- Incêndios florestais;
- Cheias sazonais que resultam do desinvestimento nas estruturas preventivas;
- Pandemias;
- Falta de formação para a população enfrentar as catástrofes naturais;
- Falta de meios/recursos (por exemplo falta de bombeiros) e/ou de equipas multidisciplinares para intervenção em crise.

14. Outros

- Criação de Bancos de recursos, nomeadamente de ajudas técnicas;
- Falta de acesso à Cultura para quem reside nas freguesias do concelho;
- Descentralização dos eventos culturais, criando companhias culturais itinerantes;
- Prostituição
- Criação de uma linha do Vouga e ou/ metro de superfície.

Eixos Estratégicos

Após a identificação das problemáticas em cada eixo de intervenção, solicitámos que cada participante identificasse os 5 problemas que considerem como prioritários de intervenção social no concelho. A partir destes contributos foram identificados os eixos estratégicos para a atualização do diagnóstico e para o desenho do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Albergaria-a-Velha, bem como com as medidas

e ações que poderão contribuir para a resolução ou mitigação das vulnerabilidades sociais identificadas como intervenção primária no Município.

Grau de Prioridade	Eixo	Problema (s) Diagnosticado (s)
1.º	Pessoas mais velhas	Falta de serviços de apoio domiciliário com respostas complementares de saúde, atividades de estimulação, animação, fisioterapia e acompanhamento ao exterior.
		Perspetiva familiar que o apoio institucional dispensa o papel ativo da família.
		Necessidade de ajustar e adaptar as respostas sociais ao perfil dos utentes.
2.º	Infância e Juventude	Falta de equipas multidisciplinares nas escolas.
3.º	Saúde	Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde primários (falta de médicos de família, de psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais e enfermeiros e dificuldade na marcação de consultas).
4.º	Respostas Sociais e Serviços de Apoio	Falta de respostas sociais, como Centros de Noite, ERPI, Lares Residenciais e Centros de Convívio.
		Falta de recursos/ respostas especializadas na área da saúde mental.
5.º	Emprego/Desemprego	Número elevado de baixas médicas.
		Resistência na integração no mercado de trabalho pelas pessoas que beneficiam/ dependem de subsídios.

Após identificação das vulnerabilidades no Município, os participantes do grupo de trabalho foram divididos em dois grupos e convidados a partilhar entre si, medidas/projetos/respostas sociais que tenham sido implementadas e que tenham dado resposta às problemáticas identificadas pela Rede Social.

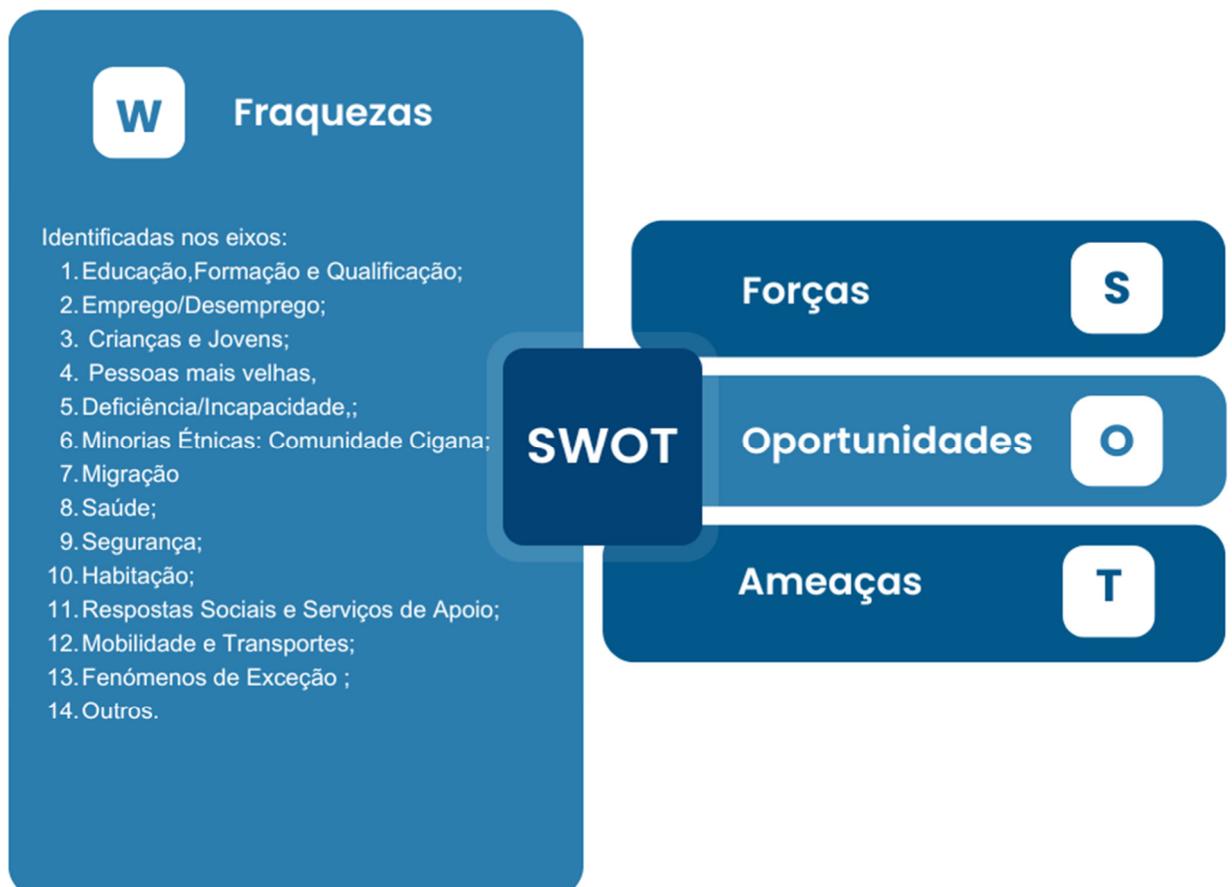
Medidas/Projetos/Respostas Sociais que foram implementadas e que tenham dado resposta às problemáticas identificadas pela Rede Social

- Projeto Jovens Inspiradores – o que permitiu o aumento da literacia em saúde mental nos jovens;
- Projeto “You(th) AAVE a voice” – promover a participação ativa dos jovens;
- Banco de recursos do CAFAP;

- Projeto “Cidade das Cores” – aumentou as competências pessoais, sociais e emocionais das crianças no último ano do pré-escolar e preparação da transição para o 1º ciclo;
- Implementação do projeto GAVD, CLAIM e CLDS;
- Projeto Safe Web – literacia digital e continuidade do projeto “Web for Kids”;
- Projeto Escolhas N’ Ritmos dirigido às minorias étnicas;
- Projeto Cuidador + Cuidado (cuidadores informais);
- Projeto Capacitar para Cuidar;
- Projeto + Vida – promoção do envelhecimento Ativo;
- Projeto ALFABITA dirigido aos idosos em situação de risco;
- Vita Sense (Saúde Mental);
- Teleassistência;
- PROBRANCA digital;
- BAC (Branca Alimenta e Cuida);
- Apoio à reconstrução de habitações degradadas;
- Rainhas de Portugal;
- Pontes Sonoras;
- Unidade Socio-Ocupacional – CEDIARA
- Gabinete AnCoragem – Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica de Albergaria-a-Velha
- CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes)
- Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
- Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica
- Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)
- Gabinete de Atendimento ao Migrante (GAM)
- Balcão da Inclusão
- NRitmos
- Contrato Local de Desenvolvimento Social
- Desporto Adaptado
- Sala Snoezelan
- Incluir + Música
- Compostagem/ Ecoponto/ Reciclagem
- Empreendedorismo Juvenil
- ALBUS
- Programa Idade Maior

- Cesta dos Livros
- Banco Local de Voluntariado
- Campo de Férias
- Apoio ao Associativismo
- Roda do Conto

Com esta sessão “*focus group*” realizámos também uma análise *SWOT* parcial, que nos permitiu efetuar uma análise das potencialidades, das oportunidades e identificar as circunstâncias que poderão constituir um risco ou uma ameaça à intervenção. A recolha e análise desta informação envolvendo todos os atores sociais, servirão de linhas orientadoras de intervenção social.



Ameaças

T

- Falta de financiamento para o Gabinete CLAIM;
- Linguagem das candidaturas inacessível para os técnicos;
- Falta de políticas sociais adequadas à realidade do território;
- Lotação das respostas sociais;
- Dificuldades financeiras, falta de financiamento e saída dos técnicos devido às dificuldades económicas;
- Falta de respostas sociais ao nível do apoio residencial;
- Falta de forças de segurança;
- Insuficiência rede de transportes públicos, nomeadamente em algumas freguesias e para a zona industrial;
- Falta de equipas multidisciplinares nas áreas da saúde e educação;
- Falta de formação e capacitação para os Técnicos que intervêm na área da infância e com pessoas idosas e/ou dependentes;
- Perceção da falta de proteção para quem denuncia situações de violência doméstica;
- Falta de recursos humanos, materiais e financeiros;
- Pressão Social;
- Burocracia institucional que causa entropia;
- Falta de civismos e inteligência emocional;
- Problemas de saúde mental;
- Falta de acesso a respostas especializadas na área da saúde;
- Recusa à ajuda/apoio;
- Trabalho por turnos rotativos é uma ameaça à dinâmica familiar dos colaboradores;
- Baixos salários dos técnicos sociais;
- Desvios na aplicação de fundos e apoios;
- Aumento da criminalidade e segurança.

SWOT

Oportunidades

O

- Financiamento do Estado e fundos comunitários; candidaturas ao PRR ao nível da habitação e equipamentos sociais (creches e apoio na criação de serviços de apoio ao domicílio);
- Apoios disponibilizados pelo Município de Albergaria-a-Velha;
- Diversidade Cultural;
- Associativismo;
- Equipas técnicas e profissionais com uma visão abrangente, proativos e dedicados;
- Central de Camionagem;
- Zona Industrial;
- Apoios, como por exemplo, para o arrendamento e bolsas de estudo promovidas pelo Município;
- Transferência de competências em matéria de ação social para o Município, mantendo os protocolos celebrados anteriormente;
- IPSS com respostas diversificadas e de proximidade à população;
- Criação de grupos de trabalho;
- Projeto "Jovens Inspiradores";
- Projeto "You(th) have a voice" do Erasmus + que irá decorrer entre 2024 e 2026 que visa promover a participação ativa e democrática dos mais jovens;
- Desenvolvimento do CLDS;
- Submetida uma candidatura para Projeto de literacia de saúde mental dirigida aos jovens a aguardar aprovação;
- Apoio prestado pelo Município para dar continuidade aos projetos na área da migração e criação de uma loja AIMA no concelho.

SWOT

S**Forças**

- Elevado número de ofertas de emprego;
- Bom relacionamento entre os parceiros sociais;
- Número elevado de população em idade jovem ativa;
- Respostas Sociais diversificadas dirigidas à população;
- Existência de respostas sociais que permitem que as pessoas idosas se mantenham no seu meio natural de vida;
- Financiamento resultante dos protocolos estabelecidos entre IPSS e Segurança Social;
- Rede Social e CLAS e trabalho em rede;
- Sinergia colaborativa;
- IPSS motivadas e estáveis;
- SAAS da competência do Município;
- Técnicos capazes de ir ao encontro das soluções ajustadas às problemáticas que vão surgindo;
- Associativismo cultural, desportivo, recreativo e social;
- Boa rede viária;
- Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
- Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica
- Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)
- Gabinete de Atendimento ao Migrante (GAM)
- Balcão da Inclusão
- NRitmos
- Contrato Local de Desenvolvimento Social
- Oferta educativa diversificada.

SWOT

Síntese

O DS assume um papel chave na atuação e desenvolvimento social do Município. É um trabalho que aponta para uma visão interpretativa da situação social, a partir da sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentais recolhidas, e onde são elencadas e fundamentadas as prioridades do Município.

Como documento estratégico, prevê-se a sua atualização, na íntegra, num espaço temporal de três anos. Por se tratar de um documento dinâmico, flexível, estará sujeito a atualizações periódicas, resultante da participação dos diferentes parceiros.

Este DS, é assim, essencial para garantir que as intervenções e políticas públicas sejam direcionadas de forma eficaz, promovendo o bem-estar social e atendendo às necessidades reais da população. Desta forma, e indo ao encontro das vulnerabilidades sociais aqui identificadas será atualizado o PDS e desenvolvido o PA da Rede Social.

Bibliografia

Barros, P.P & Santos, C. (2022). *Acesso a Cuidados de Saúde, 2022 – As escolhas dos cidadãos no pós-pandemia*. CÁTEDRA BPI | FUNDAÇÃO "LA CAIXA" em Economia da Saúde. Carcavelos: Nova School of Business & Economics.

Barroso, C., & Bruschini, M. C. (Maio de 1981). Sofridas e mal pagas. *Caderno de pesquisa nº37*, pp. 39-43.

Camargo, E. M. & Añez, C. R. R. (2020). *Recomendações da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

CMAAV (2007). *Carta Educativa do Município de Albergaria-a-Velha*. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha e Universidade de Aveiro

CMAAV (2021-2023). *Diagnóstico Social do Concelho de Albergaria-a-Velha*. Albergaria-a-Velha: Rede Social de Albergaria-a-Velha

CMAAV (maio de 2011). *Plano de Apoio ao Desenvolvimento do Associativismo, Desportivo e Cultural do Município de Albergaria-a-Velha*. Município de Albergaria-a-Velha.

CMAAV (2021). *Plano Municipal para a Igualdade de Género e não Discriminação (2022-2024)*. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

CMAAV (2023-2025). *Plano de Desenvolvimento Social de Albergaria-a-Velha (2023-2025)*. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal e Rede Social de Albergaria-a-Velha

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Coordenação Nacional Garantia para a Infância (2023). *Plano de Ação Garantia para a Infância 2022-2023*.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha (2022). *Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha*. Albergaria-a-Velha: CPCJ de Albergaria-a-Velha.

Ferreira, P. M. (2004). Tendências de mudança no casamento em Portugal – uma sociografia dos últimos vinte anos. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - A questão social no novo milénio* (pp. 1-25). Coimbra: Centro de Estudos Sociais - FEUC.

Informação à Comunicação Social - INE (2024). *Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente – 2023*. Serviço de Comunicação e Imagem. Ine.pt
Núcleo da Rede Social, DIC - Departamento de Investigação e Conhecimento (2002). *Plano de Desenvolvimento Social: Programa Rede Social*. Lisboa: IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social.

Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. (2023). *Pobreza e Exclusão Social: Relatório 2023*. Porto: EAPN Portugal.

Oliveira, J. H. (2012). *Psicologia do Idoso - Temas complementares (2ª edição)*. Porto: LivPsic.

Rosa, M. J. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Relatório de Atividades 2023 da USF Beira Vouga

Relatório de Atividades e Contas 2023 da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros

Regulamento Interno – USF Rainha D. Tereza

USF Rainha D. Tereza (2023). Manual de Articulação USF Rainha D. Tereza

Jornal Oficial da União Europeia (2021). *RECOMENDAÇÃO (UE) 2021/1004 DO CONSELHO de 14 de junho de 2021 relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância*. Luxemburgo: Conselho da União Europeia

Fontes de dados eletrónicos:

Câmara Municipal de Albergaria -a- Velha: (cm-albergaria.pt/)

INE (Portal INE)

PORDATA (Portal PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios,
Portugal e Europa)

MEC – DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (mec.pt))

Ministério da Saúde

Diário da República

